



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Ana Vitória de Queiroz Valente da Silva

**Modelos cognitivos no processo de categorização de VIOLÊNCIA:
estruturas e processos evidenciados no discurso da mulher**

Rio de Janeiro

2021

Ana Vitória de Queiroz Valente da Silva

**Modelos cognitivos no processo de categorização de VIOLÊNCIA:
estruturas e processos evidenciados no discurso da mulher**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof.^a Dra. Tânia Mara Gastão Saliés

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S586

Silva, Ana Vitória de Queiroz Valente da.

Modelos cognitivos no processo de categorização de VIOLÊNCIA:
estruturas e processos evidenciados no discurso da mulher / Ana Vitória de
Queiroz Valente da Silva. – 2021.

106 f.: il.

Orientadora: Tânia Mara Gastão Saliés.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Letras.

1. Metáfora - Teses. 2. Análise do discurso – Teses. 3. Violência contra
as mulheres – Teses. 4. Gramática cognitiva – Teses. I. Saliés, Tânia Maria
Gastão. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III.
Título.

CDU 801.541.251:396

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ana Vitória de Queiroz Valente da Silva

**Modelos cognitivos no processo de categorização de VIOLÊNCIA:
estruturas e processos evidenciados no discurso da mulher**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 28 de abril de 2021.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Tânia Mara Gastão Saliés
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Sandra Pereira Bernardo
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Lilian Vieira Ferrari
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

A Mônica Valente, minha mãe, a mulher que me ensinou a ler.

A Pedro Paulo, meu pai, o homem que me ensinou a sonhar.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Além disso, seguem meus agradecimentos:

À professora Tânia Saliés, que me ensinou na prática o valor da experiência para uma mais complexa conceptualização da vida. Mesmo que a experiência seja só sair para ver o sol. Minha maior incentivadora e torcedora desde meu primeiro dia na graduação. O núcleo prototípico da minha categoria PROFESSOR.

Às professoras Lillian Ferrari e Sandra Bernardo, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora da minha dissertação e pela leveza e generosidade com a quais me mostraram possíveis caminhos a seguir.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a todos os professores, aos alunos, funcionários e companheiros de resistência na luta por uma educação pública e de qualidade.

Aos meus avós, pais e ao meu irmão, por jamais terem duvidado da minha capacidade e por terem celebrado comigo até as conquistas mais triviais.

À família Barbosa, que será para sempre minha segunda casa.

A Matheus Couto, meu amigo e também amor, meu amor e também amigo.

Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar
[...]

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

(Maria da Vila Matilde – *Elza Soares*)

RESUMO

SILVA, Ana Vitória de Queiroz Valente da. *Modelos cognitivos no processo de categorização de VIOLÊNCIA: estruturas e processos evidenciados no discurso da mulher*. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A violência é definida pela Organização Mundial de Saúde como o “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (KRUG, 2002, p.5). Em relação à violência contra a mulher no Brasil, os dados estatísticos alarmantes sobre as vítimas (BRASIL, 2020) e os estudos das estruturas conceituais relacionadas a categoria violência parecem estar fortemente ligados a fatores sociocognitivos e culturais. Partindo de tal contexto, esta pesquisa objetiva investigar a conceptualização da categoria VIOLÊNCIA presente nas metáforas conceituais que emergem em um *corpus* composto por 112 relatos de experiência protagonizados por mulheres vítimas de violência de gênero. Os dados foram gerados em grupos virtuais da rede social *Facebook*. Para compreender como a categoria VIOLÊNCIA é estruturada conceptualmente por essas mulheres, os dados são analisados quantitativa e qualitativamente, à luz do paradigma interpretativista, tendo como norte a visão multiníveis da Metáfora Conceptual (KÖVECSSES, 2017) que inclui os conceitos de esquemas imagéticos, domínios, *frames* e espaços mentais. Para a montagem da categoria, a pesquisa fundamenta sua análise nos conceitos de categorização e prototipicidade. Em termos metodológicos, o estudo aplica procedimentos oriundos da linguística de *corpus*, como o uso do *software Antconc 3.2.4* para geração e organização dos dados. Os resultados mostram que a conceptualização de violência emergente dos relatos parece apontar para a existência de uma construção cultural que está presente na estrutura dessa categoria. Ela sugere haver um machismo estrutural - presente na sociedade brasileira e no modelo patriarcal de família - que molda a conceptualização de violência. O comportamento masculino violento revela, nos discursos analisados, mulheres conceptualizadas como objetos, animais, prisioneiras e passivas na relação de domínio do próprio corpo.

Palavras-chave: Categorização. Metáfora conceptual. Violência.

ABSTRACT

SILVA, Ana Vitória de Queiroz Valente da. *Cognitive models on the process of categorization of VIOLENCE: structures and processes in the women's discourse*. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Violence is defined by the World Health Organization as “the intentional use of force or power as a threat or, against yourself, another person or group or community, which causes or is very likely to cause injury, death, psychic damage, developmental changes or deprivations” (KRUG, 2002, p.5). Regarding the violence against women in Brazil, the alarming statistical data on the victims (BRASIL, 2020) and the studies of conceptual structures related to the category violence seem to be strongly associated with socio-cognitive and cultural factors. This research aims to investigate the conceptualization of the category VIOLENCE present in the conceptual metaphors that emerge in a corpus of 112 experience reports led by women who are victims of gender violence. The data were generated in virtual groups of the social network Facebook. To understand how the VIOLENCE category is conceptually structured by these women, the data are analyzed quantitatively and qualitatively, in the light of the interpretive paradigm, in the light of the multilevel view of Conceptual Metaphor (Kövecses, 2017), which includes the concepts of image schemas, domains, frames, and mental spaces. To assemble the category, the research grounds its analysis on the concepts of categorization and prototypicality. In addition, the study applies procedures from Corpus Linguistics, such as the use of Antconc 3.2.4 software for the generation and organization of data. Results indicate that the conceptualization of violence which emerges from the reports seems to point to the existence of a cultural aspect that is present in the structure of this category. It suggests that there is structural sexism - present in the Brazilian society and the patriarchal family model – giving form to the conceptualization of violence. A violent male behavior emerges from the speeches analyzed. In them, women are conceptualized as objects, animals, prisoners, passive in relation to power and control over their bodies.

Keywords: Categorization. Conceptual metaphor. Violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquematicidade proposta por Kövecses (2017)	41
Figura 2 - Hierarquia de esquematicidade proposta por Kövecses (2017)	45
Figura 3 - A influência contextual nos níveis de esquematicidade	47
Figura 4 - A categoria VIOLÊNCIA.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Tipos de violência contra a mulher.....	25
Tabela 2 -	Classificação de corpora.....	53
Tabela 3 -	Gatilhos e Metáforas no Uso do AntConc.....	60
Tabela 4 -	Número de Excertos.....	62
Tabela 5 -	Excertos do corpus relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTÊINER.....	64
Tabela 6 -	Esquemas Imagéticos de FORÇA CONTRA CONTÊINER.....	65
Tabela 7 -	Excertos do corpus relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É PERIGO.....	69
Tabela 8 -	Esquemas Imagéticos de PERIGO.....	70
Tabela 9 -	Excertos do corpus relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É CAÇADA	74
Tabela 10 -	Esquemas Imagéticos de CAÇADA.....	75
Tabela 11 -	Excertos relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É GUERRA...	80
Tabela 12 -	Esquemas Imagéticos de GUERRA.....	81
Tabela 13 -	Excertos do <i>corpus</i> relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É PRISÃO.....	86
Tabela 14 -	Esquemas Imagéticos de PRISÃO.....	87
Tabela 15 -	Excertos do corpus relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É CEGUEIRA.....	91
Tabela 16 -	Esquemas Imagéticos de CEGUEIRA.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTÊINER....	68
Quadro 2 -	Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É PERIGO.....	73
Quadro 3 -	Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É CAÇADA.....	78
Quadro 4 -	Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É GUERRA.....	84
Quadro 5 -	Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É PRISÃO.....	89
Quadro 6 -	Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É CEGUEIRA.....	95

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	20
1.1	A Luta Feminista e o Meio Jurídico.....	20
1.2	As Concepções Atuais de Violência no Meio Jurídico Brasileiro.....	25
1.3	A Violência contra a Mulher no âmbito da Sociologia e da Antropologia.....	26
1.4	Os Estudos da Violência contra a mulher na Linguística cognitiva.....	29
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	35
2.1	Categorização.....	35
2.2	Prototipicidade e Categoria Radial.....	37
2.3	Teoria da Metáfora Conceptual.....	38
2.4	A Visão Multiníveis da Metáfora Conceptual.....	40
2.4.1	<u>Nível Subindividual: Esquemas Imagéticos.....</u>	<u>41</u>
2.4.2	<u>Nível Supraindividual: Domínios e Frames.....</u>	<u>42</u>
2.4.3	<u>Nível Individual: Espaços Mentais.....</u>	<u>44</u>
2.4.4	<u>O Contexto no Nível dos Espaços Mentais.....</u>	<u>45</u>
3	METODOLOGIA.....	51
3.1	Natureza da Pesquisa.....	51
3.1.1	<u>O Método Misto.....</u>	<u>51</u>
3.2	O Corpus.....	52
3.2.1	<u>O Contexto.....</u>	<u>53</u>
3.3	Objetivos e Perguntas da Pesquisa.....	56
3.4	Procedimentos Metodológicos.....	57
3.5	Procedimentos de Análise.....	58
3.5.1	<u>A Análise Quantitativa.....</u>	<u>58</u>
3.5.2	<u>A Análise Qualitativa.....</u>	<u>62</u>
4	A CONCEPTUALIZAÇÃO DE VIOLÊNCIA.....	63
4.1	VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTÊINER.....	63
4.2	VIOLÊNCIA É PERIGO.....	69
4.3	VIOLÊNCIA É CAÇADA.....	74
4.4	VIOLÊNCIA É GUERRA.....	79
4.5	VIOLÊNCIA É PRISÃO.....	85

4.6	VIOLÊNCIA É CEGUEIRA.....	90
4.7	MCI's e Categorias Radiais.....	96
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS.....	102

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está inserida na área da Linguística Cognitiva (LC), no amplo campo das Ciências Cognitivas, na qual se concentram estudos acerca dos processos cognitivo-discursivos relacionados ao fenômeno da significação. A Semântica Cognitiva permite o estudo desse fenômeno ao evidenciar a centralidade do sujeito na construção do sentido. Através da noção de “realismo corpóreo”, “pensamento corporificado” ou “mente corporificada”, a LC investiga os processos e estruturas conceituais que dão sentido às experiências humanas, buscando a compreensão da linguagem ao relacioná-la à memória, à atenção e à percepção, além de concebê-la como um instrumento que é capaz de organizar e fixar essas experiências.

Tais experiências envolvem, como afirma Johnson (1987, p. 15, tradução nossa), “tudo o que nos torna humanos: nosso ser corpóreo, sociolinguístico e intelectual, associado às interações complexas que compõem nossa compreensão do mundo”. É no dia a dia que o falante, por meio da interação social, materializa em seu discurso a sua forma de pensar e conceber o mundo, suas crenças, contradições e preconceitos. É no evento discursivo, que ele expõe o que é e como se coloca face as suas próprias percepções.

Ao contrário do que previam as teorias objetivistas, estudos empíricos apontam que conceitos humanos são compreendidos apenas dentro de estruturas conceituais ancoradas na natureza da experiência humana e que são variáveis de acordo com a cultura. O corpo, que antes parecia não ter relação nenhuma com a significação de conceitos abstratos, passa a ser visto, dentro dessa nova perspectiva do pensamento corporificado, como a origem física das estruturas imaginativas da conceptualização humana. Passamos a tratar o corpo como “um termo genérico para as origens corporificadas de estruturas imaginativas de entendimento, como esquemas imagéticos e suas elaborações metafóricas” (JOHNSON, 1987, p. 17, tradução nossa).

Considerando tais aspectos, estabeleço a categoria VIOLÊNCIA – no âmbito específico da violência contra a mulher –, tema desta dissertação. VIOLÊNCIA é um conceito abstrato, complexo, portanto, sua categoria é estruturada a partir de diversos aspectos, tais como os fatores ambientais, biológicos, psicológicos e sociais. Segundo Feltes (2007, p. 93), o experiencialismo cognitivo auxilia na compreensão de categorias mais complexas que não têm aporte fundamental no domínio físico como é o caso da categoria aqui analisada. Lakoff e

Johnson (1980, apud FELTES 2007, p. 93) delimitam as duas fontes das quais as estruturas conceptuais significativas complexas emergem:

- (1) Da natureza estruturada da experiência corporal e social;
- (2) Da nossa capacidade inata de projetar, pelos mecanismos da razão, certos domínios estruturados da experiência corporal e interativa para domínios de natureza abstrata. (FELTES, 2007, p. 93)

Categorias complexas, como a VIOLÊNCIA, envolvem algumas estruturas imaginativas de entendimento. Lakoff e Johnson (1980) argumentam que umas dessas formas de estruturação de conceitos complexos é a Metáfora Conceptual (MC). Em teoria desenvolvida pelos teóricos, a metáfora deixa de ser um mero recurso estilístico textual para ser concebida como um processo cognitivo. Pensar metaforicamente é entender e experienciar um tipo de coisa em termos de outra, ou seja, a conceptualização de um domínio em termos de outro. Transferimos atributos e aspectos do domínio-fonte para o domínio alvo, sendo o domínio-fonte costumeiramente o mais concreto – e daí a importância da experiência humana-, e o domínio alvo, o mais abstrato.

A Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), postulada por Lakoff e Johnson (1980), serviu como base para diversos estudos na área da Linguística Cognitiva. Estudos esses que tentaram solucionar problemas encontrados na TMC ou que se aprofundaram em questões específicas como, por exemplo, elucidar que aspectos de um domínio são projetados em outros domínios na organização da metáfora conceptual. Dentre esses estudos, está o trabalho de Kövecses (2017), que propõe uma nova abordagem em relação ao tratamento das metáforas conceptuais: a Visão Multiníveis da Metáfora Conceptual.

Nessa nova abordagem, as metáforas conceptuais envolvem simultaneamente diferentes estruturas conceptuais em níveis diferentes de esquematicidade. São quatro níveis: o primeiro é o nível subindividual, nível dos esquemas imagéticos. O segundo é o nível supraindividual, no qual estão localizados os domínios e os *frames*. Por último, encontra-se também o nível individual, que abrange os espaços mentais.

No presente trabalho, busco compreender como a categoria VIOLÊNCIA é estruturada conceptualmente por mulheres vítimas de violência, utilizando os aportes teóricos advindos da Teoria da Categorização, da Teoria do Protótipo e da Visão Multiníveis da Metáfora Conceptual. Para isso, atenho-me a um *corpus* montado por mim, que abrange 112 relatos de

experiência protagonizados por mulheres vítimas de violência, gerados em grupos virtuais da rede social *Facebook*.

Motivações

Ao ser contemplada por uma bolsa de Iniciação Científica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – cuja finalidade era a produção de material na área da Linguística Sociocognitiva – foi-me possibilitado um maior acesso às áreas de estudo da cognição, o qual me gerou um interesse na perspectiva histórica e atual dos mesmos. Além de visualizar a importância da existência desses estudos, fui capaz de me aprofundar em questões metodológicas, por meio de projetos desenvolvidos e apresentados em eventos como o Fórum de Estudos Linguísticos da UERJ (FELIN) e a Semana de Iniciação Científica (SEMIC).

O interesse pelo tema proposto surgiu após a minha compreensão de que a linguagem, como aponta Fauconnier (1997, p. 1), é apenas “a ponta visível do iceberg da construção invisível do significado”. Entender a noção de aspecto social da cognição humana e conceber, através dos pressupostos da LC, o significado como um processo inacabável de categorização e recategorização do mundo, despertou-me diversas inquietações sobre como a interação social é capaz de moldar nossas estruturas cognitivas de conceptualização e, consequentemente, nos fazer transparecer – não apenas no discurso, mas também em nossas ações – crenças coconstruídas socialmente.

Ao navegar pelas águas virtuais de um dos *sites* de relacionamento mais populares no Brasil, o *Facebook*, deparei-me com uma série de grupos privados, formados majoritariamente por mulheres, que tinham algo intrigante em comum: em todos eles, era possível a visualização de postagens de desabafos extensos, os chamados “textões”, que expunham episódios diversos de violência sofridos pelas usuárias.

No entanto, reparei que o que para mim parecia um episódio claro de violência contra a mulher, para muitas das narradoras não era bem assim. A violência verbal, para elas, de uma forma geral, não parecia ser tão grave quanto à violência física, ou até mesmo não parecia se enquadrar na mesma categoria. Outras agressões pareciam ser justificadas pelo próprio comportamento da vítima. A culpa, então, parecia recair quase sempre sobre a própria vítima, principalmente nos relatos que abordavam episódios de abuso sexual e de assédio.

Essas percepções e outras inquietações me levaram a ingressar no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e elaborar um projeto que atendesse

às minhas expectativas como estudante da linguagem, curiosa acerca dos assuntos relacionados à cognição, mas talvez acima de tudo, enquanto mulher.

Seriam essas experiências – aparentemente tão banais, relatadas em postagens no *Facebook* – capazes de auxiliar na tão complexa estruturação conceptual da categoria VIOLÊNCIA? Seriam essas as vivências que impulsionariam a organização conceptual, atingindo níveis esquemáticos profundos da cognição humana? O que daria conta de explicar que o que eu enxergava como violência, para outras mulheres, não parecia ser igual?

Nesta dissertação, parto do pressuposto de que é possível entender a forma como a mulher brasileira percebe e categoriza o conceito de VIOLÊNCIA, posiciona-se e é posicionada diante do mundo e da sua sociedade e, meu objetivo, de forma geral, é elucidar a forma como isso acontece.

Relevância e justificativa

Historicamente, a violência atinge todos os setores sociais. É descrita por Rezende e Sacramento (2006, p. 95) como “um fenômeno multideterminado e, como tal, complexo”. Segundo os autores, ainda, é um termo de natureza polissêmica, podendo ser utilizado em diversos contextos:

Podemos pensar que o termo violência pode ser empregado tanto para um homicídio quanto para maus-tratos emocionais, verbais e psicológicos. Na esfera conjugal manifesta-se com frequência através dos maus-tratos; ao submeter à mulher a práticas sexuais contra a sua vontade; maus-tratos físicos, isolamento social; ao proibir o uso de meios de comunicação; o acesso aos cuidados de saúde; a intimidação. No ambiente profissional observa-se a presença de assédio moral (REZENDE; SACRAMENTO, 2006, p. 96).

Segundo Dahlberg e Krug (2006), a Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1165). Minayo (2004 apud REZENDE; SACRAMENTO, 2006, p. 96) aponta para o fato de que violência passa a ser para a OMS uma questão de saúde – definida pelo órgão como o estado de completo bem-estar físico, mental, social e espiritual – uma vez que está intimamente ligada a perda da qualidade de vida e da própria saúde. Além disso, observa-se que os malefícios causados pela violência, sejam eles lesões físicas ou danos psicológicos, constantemente necessitam da atenção dos serviços de saúde.

No que concerne à situação específica da violência contra a mulher no Brasil, os dados estatísticos alarmantes relacionados à realidade da mulher vítima de violência no país (BRASIL, 2020) e os estudos das estruturas conceituais relacionadas a categoria VIOLÊNCIA encontram-se fortemente ligados a fatores sociocognitivos e culturais, como pode ser salientado em uma pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado no ano de 2018: uma característica marcante da violência doméstica e familiar contra mulheres é o fato de ela ser perpetrada principalmente por pessoas que mantêm ou mantiveram com a vítima uma relação de intimidade. Além disso, fatores culturais podem influenciar tanto o nível de violência, quanto a forma como as mulheres lidam com a situação de violência a que estão expostas. (BRASIL, 2018, p. 5)

Portanto, pesquisas qualiquantitativas relacionadas ao tema, como a que aqui desenvolvo, parecem-me ser particularmente relevantes às contribuições para o avanço das discussões não somente na área da Linguística Cognitiva – e nos estudos relacionados à Metáfora Conceptual –, mas também nas áreas da Sociologia pós-moderna e da Antropologia.

A Linguística Cognitiva propõe uma mudança de visão na busca da compreensão do fenômeno da significação e dos processos de conceptualização e, por essa razão, não seria mais possível excluirmos da investigação linguística o papel do falante e do ouvinte, os principais personagens no uso da língua. O processo de categorização incorpora um aspecto importante da proposta cognitivista que recai sob os fenômenos referentes à conceptualização do mundo e às interações sociais por parte desses sujeitos interlocutores.

Ao categorizarmos, permitimos a reconstrução de experiências vividas e revelamos padrões de pensamento que refletem a vida cotidiana, admitindo, então, a importância da noção de perspectiva no processo de significação e expressão do mundo. Segundo a abordagem cognitivista, os falantes organizam estratégias discursivas e cognitivas, tais como a categorização, para compreender conceitos complexos e abstratos como a violência, além de seus efeitos.

Embora tais efeitos sejam parcialmente notados e que o tema não seja inédito nos estudos linguísticos brasileiros, o número de casos de violência contra a mulher no Brasil não deixou de crescer e, contrariamente, o fenômeno parece se alastrar ainda mais (BRASIL, 2020). Para fins de exemplificação, uma pesquisa elaborada pelo Observatório da Mulher contra a Violência, do Instituto DataSenado (BRASIL, 2018), revela que as agressões cometidas por “ex” (engloba-se todos os homens que viveram um relacionamento amoroso com a vítima) subiram de 13% para 37% entre 2011 e 2019.

Essa estatística por si só já justifica a necessidade da reflexão sobre a problemática da violência contra a mulher. O número de casos crescentes desvela o fato de que, como

pesquisadores, temos ainda um longo caminho a traçar rumo aos entendimentos sobre esse distúrbio social.

Portanto, alinhada a essa preocupação, entendo que pesquisas na área de violência – que têm cunho altamente social - e dados estatísticos desse fenômeno têm uma relevante função e que, nesse aspecto, trabalhos que nos permitem entender como conceptualizamos a categoria VIOLÊNCIA assumem papel central. É considerando meus conhecimentos e interesse enquanto estudiosa da área da LC, especialmente da Metáfora Conceptual, que justifico a relevância de se analisar o discurso proveniente de mulheres em situação de violência e realçar as metáforas conceptuais emergentes dele, expondo o modo de estruturação dessa categoria.

Objetivo geral

Meu objetivo geral neste estudo é verificar como mulheres vítimas de violência estruturam o conceito de VIOLÊNCIA por meio dos processos de categorização, utilizando-me dos pressupostos da Visão Multiníveis da Metáfora Conceptual. Para melhor entender o processo, parto das seguintes perguntas:

- 1) Que papel a metáfora exerce na conceptualização de violência pelas mulheres cujos relatos compõem o *corpus* da pesquisa?
- 2) Como as mulheres, cujos relatos compõem o *corpus* da pesquisa, estruturam a categoria VIOLÊNCIA, a partir das âncoras lexicais e discursivas presentes na interação no grupo fechado do *Facebook* aqui investigado?
- 3) Quais as contribuições sociais este estudo poderia oferecer?

Respondê-las me permitirá compreender melhor como a metáfora conceptual – que inclui noções sobre o pensamento corporificado e que abrange conceitos esquemáticos ancorados no comportamento social – auxilia na estruturação da categoria VIOLÊNCIA.

Organização do estudo

Para que as indagações formuladas possam ser respondidas, esta dissertação encontra-se dividida em seis capítulos. No primeiro, apresento as motivações, a relevância e a justificativa para a realização deste estudo. O segundo capítulo trata da revisão de literatura sobre a categoria VIOLÊNCIA em estudos na área da Linguística Cognitiva, além de retratar a temática da violência contra mulher em trabalhos realizados nas áreas da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia.

No terceiro capítulo, discorro sobre o arcabouço teórico utilizado para a investigação. Apresento a Linguística Cognitiva e seus princípios norteadores, atendo-me especificamente aos conceitos-chaves para o entendimento da análise. São eles: a Teoria da Categorização, a Teoria do protótipo, a Teoria da Metáfora Conceptual e a Visão Multiníveis da Metáfora Conceptual. Antecipo que me permito elucidar as premissas teóricas com excertos retirados do próprio *corpus* desta pesquisa, por acreditar que assim haja maior fluidez na integração da teoria e da análise.

No quarto capítulo, exponho meu percurso metodológico. Para isso, descrevo a natureza da pesquisa, apresento o *corpus* e seu contexto. Em seguida, defino os objetivos gerais e específicos, bem como as perguntas de pesquisa. Por fim, exponho os procedimentos metodológicos e de análise.

O capítulo cinco é destinado às análises relacionadas à conceptualização de VIOLÊNCIA – no contexto específico da violência contra mulher – realizadas a partir dos excertos organizados no *corpus* e baseadas na visão multiníveis da metáfora conceptual.

Por fim, no sexto capítulo, retomo as perguntas de pesquisa relacionando-as às análises e discorro sobre os entendimentos emergentes a partir dessa relação. Avalio as contribuições da pesquisa em si, apontando possíveis desdobramentos para pesquisas futuras e exponho minhas reflexões finais.

1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Langacker (1997 apud FELTES, 2007, p.77) aponta alguns fatores que devem ser levados em consideração na investigação linguística do processo de conceptualização. São estes os fatores:

- (1) Ambientais: o ambiente fornece uma base experiencial comum para o desenvolvimento da estrutura conceptual-semântica;
- (2) Biológicos: o que se estabelece para a linguagem deve ter plausibilidade a partir de uma perspectiva biológica (anatômica, fisiológica, perceptual, neurológica, genética);
- (3) Psicológicos: os estudos sobre a linguagem devem ser compatíveis com o que se sabe sobre os estudos psicológicos, devendo ser confrontados com evidências psicológicas;
- (4) Desenvolvimentais: a estrutura de um sistema linguístico é produto da aquisição da linguagem;
- (5) Históricos: a gramaticalização constitui o estudo da gramática em si, à medida que todos os aspectos de um sistema gramatical estão em algum estágio de gramaticalização em uso;
- (6) Socioculturais: a linguagem é um instrumento essencial e um componente da cultura, cujos reflexos na estrutura linguística é ubíquo e muito significativo.

Norteando-me nos elementos apontados pelo autor e considerando a afirmação de Barsted (2016, p. 17) de que a cotidianidade da violência contra a mulher “tem o poder de ofuscar sua visibilidade e descriminalizá-la no imaginário social e até mesmo, especificamente, no imaginário das mulheres”, neste capítulo, dedico-me a apresentar estudos já realizados sobre o assunto.

Para tanto, primeiramente, realizo um levantamento sobre o histórico da *advocacy*¹ feminista no Brasil e sobre as definições legais e atuais dos crimes de violência contra a mulher no país. Em um segundo momento, recorro à Sociologia e à Antropologia para investigar o tratamento social e psicológico dado à violência contra mulher nessas áreas de conhecimento, além dos aspectos relevantes às causas e às consequências desse fenômeno. Por fim, elenco estudos realizados na área da Linguística Cognitiva que tenham como foco de investigação a categoria VIOLÊNCIA – especificamente no âmbito da violência de gênero contra a mulher.

¹ Segundo o Houaiss (2020), *advocacy* é um termo que se refere à “prática política levada a cabo por indivíduo, organização ou grupo de pressão, no interior das instituições do sistema político, com a finalidade influenciar a formulação de políticas e a alocação de recursos públicos”.

1.1 A Luta Feminista e o Meio Jurídico

Visto que a presente pesquisa se baseia em um *corpus* gerado a partir de relatos de mulheres vítimas de violência coletados em grupos autodeclarados feministas na rede social *Facebook*, atendo-me à busca dessas usuárias por tais espaços virtuais declaradamente feministas como razão para expor o histórico de lutas desse movimento que se empenha na conquista pelos direitos das mulheres no Brasil, além das leis vigentes em relação ao combate à violência contra a mulher no país.

Leila Barsted (2016), em artigo que explana a luta feminista em solo nacional e internacional através das décadas, demarca nos anos 60 o início do movimento feminista brasileiro. Desde então, a luta feminista nacional visa à produção de leis de enfrentamento à violência contra a mulher no país, exigindo que o Estado reconheça tal prática como problema social e disponha de mudanças legais para o enfrentamento do mesmo, além de apoiar efetivamente as vítimas através da criação de políticas públicas competentes.

A batalha feminista no Brasil teve seu desenvolvimento em conformidade com as mudanças que já aconteciam no cenário internacional. Segundo Barsted (2016, p. 18), as agendas feministas externas parecem ser divididas em pelo menos duas fases. Na primeira, entre as décadas de 40 e 60, havia uma “tônica da proteção geral, genérica e abstrata, com base na igualdade formal, tal como definido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (BARSTED, 2016, p. 18).” Na segunda fase, que começa a partir da década de 60, a luta feminista focava nas peculiaridades e particularidades do sujeito de direito. Nessa visão, segundo Barsted (*ibid.*), “determinados sujeitos de direitos ou determinadas violações de direitos exigem uma resposta específica e diferenciada; é reconhecido, assim, o direito à diferença como um direito fundamental ao lado do direito à igualdade”.

A partir dessas ideias e da pressão imposta pelas mobilizações das feministas no contexto internacional, surge a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres aprovado pela Organização das nações Unidas (ONU) em 1967. Barsted (2016, p. 19) afirma que o documento foi considerado um marco na luta mundial pela erradicação da violência contra a mulher, no entanto, só obteve valor jurídico em 1975, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, na I Conferência Mundial das Mulheres, a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, sigla em inglês).

No Brasil, o início do movimento de mulheres e a luta contra a ditadura militar se entrelaçam. Para Barsted (2016, p. 25), o movimento feminista surgiu aqui “com uma dupla identidade: de um lado, fazia parte do movimento contra a ditadura, de outro, apresentava-se

como um ator social novo na luta pelo reconhecimento da condição das mulheres enquanto problemática social”. A teórica aponta que o movimento feminista nacional era uma força política na defesa da democracia e tinha como características principais a ausência de uma estrutura hierárquica e a diversidade em sua composição, que abrangia mulheres advindas de diferentes regiões, camadas sociais e origens étnicas/raciais. No país, almejando os direitos formais, as feministas lutavam contra uma cultura jurídica pautada no patriarcado e na concepção da dominação masculina. A agenda do movimento social abrangia

questões do trabalho urbano e rural, da renda, da participação política e social, da saúde, da sexualidade e do aborto, da discriminação étnico-racial, do acesso à terra, do direito a uma vida sem violência, dentre outros temas e questões que precisavam ser incluídos na arena pública e continuam atuais. (BARSTED, 2016, p. 23)

O movimento feminista no país pautava-se nos princípios da igualdade social, política e econômica entre homens e mulheres. Ambicionava que mulheres fossem reconhecidas como “sujeitos de direitos humanos” (BARSTED, 2016, p. 18) e exigia do Estado um olhar específico para as mazelas da violência sofrida por elas, uma vez que o próprio Estado tinha por histórico garantir e absolver tal violência. Um exemplo disso se dá pela prática jurídica de absolvição de homens que assassinavam suas mulheres em casos de legítima defesa de honra. É apenas na década de 70 que nasce o slogan “quem ama não mata”, possibilitando na década seguinte a condenação de homens que assassinaram suas namoradas e esposas. Segundo Barsted (2016, p. 30), somente nos anos 90 do século XX, o Superior Tribunal de Justiça extingue a tese de legítima defesa de honra como defesa jurídica aceitável.

Impulsionada pela I Conferência Internacional das Mulheres inaugurada pelas Nações Unidas, que aconteceu no México em 1975, a década de 70 do século XX foi marcada pela criação do Centro da Mulher Brasileira, localizado no Rio de Janeiro, e pelo surgimento de uma imprensa feminista (BARSTED, 2016, p. 26). Nessa década, denúncias de violências como o assédio sexual em ambientes de trabalho – que ainda não era considerado um ato criminoso – estiveram presentes. Outros tipos de denúncias típicas desse período eram as relacionadas à violência sexual, por parte de agentes do Estado, sofrida por mulheres que se opunham à ditadura militar.

Na década de 80, em um país recém-saído da ditadura e em processo de redemocratização, as feministas brasileiras conseguiram uma maior comunicação com as instâncias estaduais e federais, conquistando assim a criação dos Conselhos Estaduais e da Delegacia de Mulheres - presentes primeiramente nos estados do sudeste do país – e do

Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), órgão responsável pela produção de diversas campanhas midiáticas que alertavam para o assunto da violência contra a mulher e por pesquisas relacionadas à ao acesso de mulheres vítimas de violência de gênero à justiça.

Segundo Barsted (2016, p. 28), em 1988, a Constituição Federal reconhece a igualdade de direitos de homens e mulheres na vida pública e na vida privada e inclui em seu texto outros diversos direitos individuais e sociais das mulheres. Os anos 80 do século XX foram palco para uma luta feminista que empreendeu “ações contínuas contra as diversas formas de violência contra as mulheres, incluindo as denúncias sobre a incidência da violência sexual cometida nos espaços públicos, nas relações de trabalho, nas instituições do Estado e nas relações familiares” (BARSTED, 2016, p. 30).

Nos anos 90 do século XX, parece haver um esforço das entidades políticas nacionais e internacionais na definição do conceito de violência contra a mulher. Em 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução n. 19, promovida pela ONU (1992), que define a discriminação contra a mulher - prevista no artigo 1º da CEDAW – como uma violência baseada no sexo, ou seja, é “aquela violência dirigida contra as mulheres porque é mulher ou que afeta de forma desproporcional.” (1992 apud BARSTED, 2016, p. 31). No Brasil, em 1994, com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres - que surge na Convenção de Belém do Pará (OEA, 1994) - define-se como violência contra a mulher “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (OEA, 1994).

A partir dessa convenção, Barsted (2016, p. 32) elenca algumas considerações sobre a definição de cada tipo específico de violência contra a mulher.

Considera-se violência física qualquer conduta que ofenda a integridade física de uma pessoa. A violência psicológica é definida como qualquer conduta que vise degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outrem por meio de ameaça direta ou indireta, humilhação, manipulação, isolamento ou o que cause prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação e ao desenvolvimento pessoal. A violência sexual é compreendida como qualquer conduta que constranja uma pessoa a manter contato sexual físico ou verbal, ou a participar de relações sexuais com uso da força, chantagem, suborno, manipulação, ameaça direta ou indireta ou qualquer outro meio que anule ou limite a vontade pessoal. Essas formas de violência podem ocorrer na família, no trabalho, na sociedade ou nas instituições do Estado (BARSTED, 2016, p. 32)

É também nos anos 90 que surge a Norma Técnica sobre Agravos da Violência Sexual (BRASIL, 1999), criado pelo Ministério da Saúde, que tinha por objetivo garantir o direito ao aborto por parte de mulheres vítimas de violência sexual, pois embora fosse previsto por lei

desde a década de 40, nunca havia sido de fato disponibilizado a essas vítimas no país (BARSTED, 2016, p. 31).

Nos anos 2000, a Secretaria de Políticas para Mulheres ganha *status* ministerial e obtém maior alcance no que tange as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Em 2006, é aprovada a Lei Maria da Penha, um marco para a *advocacy* feminista no Brasil. A lei sustenta o dever do Estado em criar mecanismos para estipular punição adequada e coibir atos de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006).

Na década de 2010, os grupos feministas nacionais tornam a evidenciar a falta de acesso à Justiça pelas mulheres. Em 2012, com a pressão desses grupos sobre o Poder Judiciário, a Lei Maria da Penha torna-se constitucional com votação unânime no STJ, e em 2015, através da aprovação pelo Congresso, o Feminicídio é incluído no Código Penal como uma modalidade específica de homicídio qualificado (BRASIL, 2015). No entanto, apesar de todos os esforços dos movimentos feministas das últimas décadas, nas quais se destacam os sucessos referentes “à superação da legislação sexista, à criação de mecanismos institucionais voltados para a atenção às mulheres em situação de violência, bem como uma abertura do poder judiciário para incorporar os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos” (BARSTED, 2016, p. 36), a incidência da violência contra as mulheres no país, que já era extremamente alta, segue aumentando.

Segundo dados oferecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no “Atlas da Violência 2019” (BRASIL, 2019), observa-se uma diminuição dos homicídios femininos fora de casa em 3,3%. No entanto, há crescimento substancial dos homicídios femininos ocorridos dentro de casa no Brasil, uma taxa de 17,1%. Segundo a Instituição, é possível conceber que

a redução de homicídios de mulheres fora da residência esteja refletindo a diminuição gradativa da violência geral que tem se expandido cada vez mais para um maior número de unidades federativas. Por outro lado, o crescimento dos casos que ocorrem dentro das residências deve ser reflexo do aumento de casos de feminicídios, efetivamente (BRASIL, 2019, p. 39).

Outro fator que se mostra alarmante é a taxa de homicídios femininos dentro das residências, com o uso da arma de fogo, que cresceu 29,8% (BRASIL, 2019). Segundo o IPEA, causa preocupação a flexibilização em curso da posse e porte de armas de fogo no Brasil, pois “considerando os altíssimos índices de violência doméstica que assolam o Brasil, a possibilidade de que cada vez mais cidadãos tenham uma arma de fogo dentro de casa tende

a vulnerabilizar ainda mais a vida de mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2019, p. 42).

1.2 As Concepções Atuais de Violência no Meio Jurídico Brasileiro

Em agosto de 2020, a Câmara dos Deputados, através da Edições Câmara, lançou o livro “Violência contra a mulher” (BRASIL, 2020). A obra tem por objetivo esclarecer os tipos existentes de violência contra a mulher, o contexto histórico dessa problemática e das desigualdades entre homens e mulheres, além de apresentar os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha na tentativa de mudar essa realidade. É o primeiro livro da série Lei Fácil, coletânea que conta com livros produzidos com o intuito de facilitar a compreensão acerca das legislações e do processo legislativo de maneira didática e mais acessível à população.

De acordo com a obra, são cinco tipos existentes de violência contra a mulher. Tais tipos estão elencados na tabela 1, juntamente com suas especificações.

Tabela 1 - Tipos de violência contra a mulher (continua)

TIPO DE VIOLÊNCIA	ESPECIFICAÇÕES
Psicológica	Condutas que causem dano emocional e diminuição da autoestima da mulher, que prejudiquem o seu pleno desenvolvimento ou que visem a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.
Moral	Conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
Patrimonial	Ação que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
Sexual	Condutas que consistem em obrigar a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, manipulação, coação ou uso da força, assim como induzi-la a

	comercializar ou a utilizar sua sexualidade de qualquer modo.
Física	Ação intencional que coloca em risco ou causa danos à integridade física de uma pessoa, com ou sem o uso de armas brancas ou de fogo.

Fonte: BRASIL, 2020.

Almejo, com as análises das metáforas conceptuais que emergem no *corpus* e com a montagem da categoria VIOLÊNCIA, trazer um comparativo entre o que as vítimas entendem como violência e as tipificações propostas pela justiça brasileira.

1.3 A violência contra a mulher no âmbito da Sociologia e da Antropologia

No que concerne aos estudos sociológicos clássicos sobre a violência, a tradição de pesquisas na área esteve por muitos anos, em grande parte, concentrada na definição e na análise da violência por parte do Estado, além das questões relativas ao controle social. No Brasil, teóricos da área seguiram os mesmos temas, adicionando a esses, análises sobre a violência institucional e sobre a administração da criminalidade por parte do Estado. Seja pelo hábito tradicionalista de análise da violência estatal ou não, fato é que havia poucas pesquisas que abordavam outras manifestações da violência, como a violência interpessoal.

A Socióloga Maria Lourdes Bandeira (2014) considera que o fenômeno da violência de gênero contra a mulher só tenha se tornado campo de estudo e de pesquisa no âmbito das ciências sociais a partir das reivindicações dos movimentos feministas nacionais e internacionais. Mais especificamente, é a partir de 1980 que a área se expande no Brasil, levando mudanças às políticas públicas, como demonstrado na seção anterior. Segundo a teórica, a categoria central de análise do fenômeno da violência contra mulher é o gênero sexual, e não apenas aquilo que entendemos como sexo.

A qualificação e a análise da problemática da violência contra a mulher ocorreram à medida que o movimento feminista desconstruiu a ideia corrente de que o aparato sexual era inerente à natureza das mulheres e dos homens, colocando as concepções acerca dos sexos fora do âmbito biológico e as inscrevendo na história. Por sua vez, desconstruiu a ideia de que a violência contra a mulher está ligada aos significados atribuídos, de modo essencializado, à masculinidade, à feminilidade e à relação entre homens e mulheres em nossa cultura. Para se aprofundar no tema, foi fundamental a noção de gênero – distinta da de sexo –, sob a qual se dava no senso comum, a

associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje ainda serve para justificar preconceitos (BANDEIRA, 2014, p. 449)

Segundo Bandeira (2014, p. 450), é pela perspectiva de gênero que podemos compreender que a violência contra a mulher surge motivada pelas desigualdades baseadas nas condições de sexo dos indivíduos. Essas desigualdades surgem no âmbito familiar, no qual as relações sociais hierárquicas se projetam nas relações de gênero. Bandeira (2014) afirma que o uso da expressão “violência de gênero” implica no entendimento de que esse tipo de violência “ocorre historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas (BANDEIRA, 2014, p. 450)”. Tais ações violentas são executadas em contextos específicos e em espaços interpessoais que possuem cenários sociais e históricos dispares.

Foi a militância feminista e sua atuação múltipla focada nas reivindicações no combate à violência de gênero, no Brasil, que criaram condições políticas necessárias para o reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão. Bandeira (2014) assume o movimento feminista brasileiro como pilar da retirada do fenômeno da violência contra a mulher “da esfera da vida privada e familiar, legitimando-o como problema político e de saúde pública, envolvendo os direitos humanos das mulheres” (BANDEIRA, 2014, p. 453).

Nas universidades, o novo campo temático da violência de gênero, sob um olhar feminista, contribuiu para a criação de cursos, fóruns acadêmicos e núcleos de pesquisa que, a longo prazo, também colaboraram – e continuam colaborando – na elaboração de políticas públicas mais consistentes no que tange não apenas às leis de combate à violência de gênero contra a mulher, mas também ao apoio das vítimas. Desse mesmo modo, os teóricos da academia, sob um olhar feminista, empenham-se em explicar conceitualmente e metodologicamente a violência de gênero. Algumas dessas possíveis explicações são elencadas por Bandeira (2014):

- a. a hegemonia do poder masculino, que permeia as relações entre homens e mulheres;
- b. a condição de subalternidade feminina, baseada na hierarquia de gênero;
- c. a reprodução das imagens de homem e mulher e dos papéis a ambos atribuídos por meio da construção social da violência;
- d. a existência disseminada e, ao mesmo tempo, invisibilizada das violências nas relações familiares e sociais; e
- e. a presença das dissimetrias organizadoras das normas e regras sociais em relação aos comportamentos de homens e mulheres (BANDEIRA, 2014, p. 455).

A violência contra a mulher é um distúrbio social que persiste. Segundo Bandeira (2014, p. 460), as manifestações violentas são constituídas multiformemente e possuem características psicológicas, morais e físicas. Tais manifestações são formas do mantimento das relações de poder e submissão nas quais mulheres são expostas a situações de medo, isolamento e intimidação. Ainda segundo a socióloga, a violência de gênero contra a mulher acarreta situações que envolvem o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outro.

Esse uso da força simbólica é uma das faces da violência simbólica, concebida por Bourdieu (2012) como uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2012, p. 8). O conceito de violência simbólica não engloba a violência física, mas a violência estrutural. A dinâmica dessa se dá pelo estabelecimento de um poder simbólico, que impõe certos significados como legítimos e oculta relações de força, nas quais sua própria força é fundamentada. Segundo o sociólogo francês, a dominação masculina ocorre por adequar-se à ordem simbólica do mundo social. Através da submissão paradoxal da mulher – que é resultado da violência simbólica – seus mecanismos de atuação tornam-se efetivos.

Um exemplo disso seria o resultado de pesquisas recentes elencadas por Bandeira (2014), nas quais se revelam os motivos que dificultam o rompimento da relação violenta entre homem e mulher. Segundo a socióloga, ações e sentimentos apreendidos e legitimados socioculturalmente como “a esperança de o agressor mudar de comportamento, o medo de represálias e novas agressões, o medo de perder a guarda dos filhos, a censura da família e da comunidade, a dependência afetiva e econômica, dentre outros problemas” são fatores facilitadoras para a manutenção da violência contra a mulher (BANDEIRA, 2014, p. 461).

Barreira (1999), em alusão à teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu (2012), admite que as formas de dominação masculina se dão em uma via de mão dupla

à medida que os dominados aplicam aquilo que os domina, esquemas que são produtos da dominação, fazendo de seus atos de conhecimento atos também de reconhecimento e dominação. A chamada intuição feminina terminaria, na visão do pesquisador francês, sendo a lucidez especial dos dominados. Através da violência simbólica, as mulheres aplicam a toda realidade as relações de poder nas quais se veem envolvidas, reproduzindo esquemas de pensamento que são produtos da incorporação dessas relações explicitadas nas oposições vigentes na ordem simbólica (BARREIRA, 1999, p. 180).

A máxima de Simone Beauvoir “ninguém nasce, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2009, p. 361) – que admite a diferença biológica entre homem e mulher como base para a existência de uma diferenciação sociológica, tomada como fundamento para justificar a supremacia masculina sobre a mulher – encontra uma correspondência no trabalho de Bourdieu (2012). Ambos afirmam, segundo Barreira (1999, p. 178), que a “construção da diferença entre o masculino e o feminino está, portanto, circunscrita a um trabalho de classificação, separação e, sobretudo, ocultação dos mecanismos básicos de diferenciação”. Os gêneros masculino e feminino seriam entendidos, então, como o resultado de uma série de processos históricos e culturais e da naturalização de costumes estabelecidos por um grupo no poder, grupo esse, majoritariamente masculino.

Nesse panorama, os estudos sociológicos sobre a violência contra a mulher no Brasil encontram, nos estudos de gênero, uma categoria de análise que permite a investigação das relações sociais, em vista do poder simbólico e da violência simbólica, de forma mais potente e complexa, por abarcar o conceito de que há lugares sociais sexuais que revelam as diversas desigualdades às quais mulheres estão amarradas.

1.4 Os Estudos da Violência contra a mulher na Linguística Cognitiva

Os trabalhos apontados aqui focalizam as diversas conceptualizações envolvidas no fenômeno da violência contra a mulher no Brasil, analisadas à luz da Linguística Cognitiva. Pelo rigor metodológico e relevância em relação ao tema escolhido para esta dissertação, destaco as pesquisas de Carneiro (2014), Álvaro (2017) e Presotto et al. (2018).

Carneiro (2014), em sua tese, faz uma análise cognitivo-discursiva das metáforas sistemáticas na fala de mulheres vítimas diretas da violência doméstica. Em um primeiro momento, a estudiosa explicita as diversas faces do fenômeno da violência, tais como a violência em guerras e as violências rurais e urbanas, expondo os números desse distúrbio social em diversos países e nos estados brasileiros. No que tange à violência doméstica contra a mulher, foco de seu trabalho, Carneiro (2014) apresenta minuciosamente os perfis mais comuns de vítimas e agressores, além da perspectiva jurídica das categorias da violência contra a mulher, ou seja, o que é considerado crime no Brasil. A visão teórica aponta para o fato de que o quadro de violência doméstica contra a mulher no Brasil não difere muito de outros países e indica, ainda, que a possível causa para essas ocorrências não sejam apenas a

situação de pobreza, desigualdade e exclusão sociocultural, mas também “o preconceito, a discriminação e o abuso de poder e força por parte do agressor, decorrentes de uma sociedade marcada por uma cultura extremamente machista de submissão da mulher em relação ao homem” (CARNEIRO, 2014, p. 56).

Como base teórica, Carneiro (2014) elege as ideias de Vivian Cameron, sobre a Análise do Discurso à Luz da Metáfora, para analisar seu *corpus*, tendo como guia os conceitos de metáfora sistemática e linguística. A metáfora sistemática é entendida pela pesquisadora como local e emergente no discurso, podendo apresentar múltiplas dimensões a serem consideradas, tais como a linguística, a corpórea, a cognitiva, a afetiva, a sociocultural e a dinâmica. Já as metáforas linguísticas são compreendidas como metáforas encontradas no uso da linguagem, e não se assemelham às licenciadas pela Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 1980), embora Cameron reconheça a dimensão cognitiva da metáfora proposta na TMC.

O *corpus* da pesquisa em questão foi gerado através das transcrições da gravação do discurso de seis mulheres vítimas de violência doméstica – com faixa etária entre 18 e 48 anos – sobre os episódios que sofreram, em evento discursivo de um grupo focal que foi realizado na Casa Abrigo de São Luís (MA), instituição vinculada à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação da Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão. O procedimento metodológico foi baseado em roteiro proposto por Cameron (2007 *apud* CARNEIRO, 2014) e se dividiu em 11 etapas:

(1) transcrição do evento discursivo; (2) leitura de toda a transcrição do evento discursivo; (3) observação de possíveis temas-chave; (4) identificação dos tópicos discursivos; (5) descrição da estrutura do discurso; (6) identificação, organização e codificação dos temas; (7) organização e codificação dos tópicos discursivos identificados; (8) identificação das metáforas por meio dos veículos metafóricos; (9) agrupamento dos veículos metafóricos em famílias; (10) identificação das metáforas sistemáticas por meio do agrupamento dos veículos metafóricos e tópicos discursivos; e, por fim, (11) vinculação das metáforas sistemáticas aos temas e/ou tópicos discursivos ao longo do evento discursivo (trajetórias) (CARNEIRO, 2014, p. 135).

Como resultado, Carneiro (2014) revelou a existência de metáforas sistemáticas como ESTAR SEGURA NA CASA É ESTAR PRESA, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É PESO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É DESTRUÇÃO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É COMBATE e MULHER É OBJETO DE VALOR na fala das mulheres vítimas de violência doméstica que compuseram o *corpus* da pesquisa. Em relação à emergência dessas metáforas sistemáticas, a pesquisadora

aponta a relevância da figuratividade² estabelecida nas metáforas como forma de manifestação dos pensamentos e sentimentos dessas vítimas.

Outro estudo de enorme relevância para as pesquisas de gênero e violência de gênero contra mulher na Linguística Cognitiva é o estudo de Álvaro (2017). A pesquisadora faz, em seu artigo, uma análise semântico-cognitiva de relatos de mulheres sob a perspectiva dos conceitos de *self* e de ponto de vista – postulados por teóricos da área como George Lakoff, Mark Johnson, Ronald W. Langacker, Gilles Fauconnier, Eve Sweetser, Mark Turner e Lilian Ferrari – almejando investigar o funcionamento de estruturas linguísticas e suas relações com o funcionamento cognitivo. A pesquisadora gerou um *corpus* que é composto por entrevistas de mulheres de diferentes idades, classes e ocupações sociais publicadas no livro “Espelho de Vênus³”. Ainda que os trechos selecionados para análise sejam relacionados à perspectiva de mulheres sobre assuntos mais corriqueiros, como a rotina doméstica, por exemplo, Álvaro (2017) destaca que, embora nem sempre percebidas como tal pelas relatantes, há episódios de violência de gênero.

Álvaro (2017) discorre seu processo metodológico em três etapas. Primeiramente, realiza o levantamento bibliográfico acerca das questões relativas à *self*, ponto de vista, e subjetividade; em um segundo momento, faz a revisão da literatura referente ao aporte teórico-epistemológico e, por fim, analisa o *corpus* com a aplicação dos referidos conceitos. Em sua fundamentação teórica, a pesquisadora aborda as concepções ponto de vista, de subjetividade e de *self*. Assim como os teóricos mencionados, Álvaro (2017) admite o realismo experiencialista, no qual linguagem e pensamento são indissociáveis e o sentido é construído pelo sujeito. Nessa acepção, a percepção do sujeito é extremamente relevante para a construção de sentido.

É por esse aspecto que Sweetser, como explicita Álvaro (2017), afirma que a teoria da corporificação da mente é permeada pelo ponto de vista e que há evidências do ponto de vista mesmo em sentenças consideradas objetivas. Reiterando as ideias de Sweetser, Álvaro afirma ainda que uma única mente pode acessar múltiplos diferentes pontos de vista de uma mesma cena e que “além disso, não somos só capazes de estabelecer múltiplos pontos de vista, na

² Segundo Vilela (2005 apud CARNEIRO 2014, p.112), figuratividade “não é, portanto, uma exceção, um embelezamento: lidar com ideias como se fossem objectos, não representa apenas um processo de representação linguística, é sobretudo um processo mental para a conceptualização e categorização do mundo. A própria mente está estruturada de tal modo que o mapeamento do mundo só pode ser feito pela via da corporização da actividade mental: é toda a estrutura da linguagem que assim está organizada”.

³ O livro é uma coletânea de relatos reunidos pelo Grupo CE-RES, grupo de pesquisa sobre mulheres.

verdade, somos incapazes de manter apenas um ponto de vista do espaço ou da estrutura cognitiva, quando outros humanos estão presentes” (ÁLVARO, 2017, p. 2318).

Em relação à construção da subjetividade e do *self*, Álvaro apoia-se na teoria de Lakoff e Johnson (1999) de que o *subject* é “o *locus* da consciência, da experiência subjetiva, da razão, da vontade, da capacidade de sentir, do julgamento, a nossa *essência*, tudo o que nos faz únicos” (ÁLVARO, 2017, p. 2321). Acolhendo a teoria de Lakoff e Johnson (1999), Álvaro (2017) admite o funcionamento do sistema conceitual inconsciente como uma mão oculta que desenha, modela o pensamento humano consciente e, por conseguinte, determina a conceptualização de todos os aspectos da experiência humana.

Álvaro (2017) aponta como resultado da análise as diferentes maneiras de manifestação do esquema metafórico geral do sistema *subject-self* proposto por Lakoff e Johnson (1990). Com a emergência desse esquema na análise, a pesquisadora revelou o que as mulheres relatantes pensam sobre si mesmas e sobre o outro e como percebem intersubjetivamente o seu papel e o do outro dentro da moldura da relação de gênero. Dentre os achados, destaco os movimentos de culpabilização e de objetificação da mulher presentes no processo de conceptualização feito por ela mesma enquanto vítima de violência.

Sob o âmbito da LC, Presotto et al. (2018) propõem em seu estudo uma pesquisa das metáforas conceituais e da projeção metafórica formada no texto “Os 18 Vendilhões”, da jornalista Eliane Brum, publicado em uma coluna de opinião de um renomado periódico. A jornalista discorre em seu texto “sobre a problemática da votação da PEC 181/2015, em que 18 deputados, todos homens, votaram uma alteração no texto constitucional que se supõe pró-vida do feto, mas que vai contra a dignidade e os direitos humanos das mulheres” (PRESOTTO et al., 2018, p. 196).

As pesquisadoras iniciam seu artigo contextualizando os leitores sobre a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 181-A, de 2015, que possibilitaria a alteração do texto original do Código Penal (de 1940) sobre as formas de aborto atualmente legais. Tal mudança acarretaria uma possível manobra política, chefiada pela bancada evangélica, para exterminar o direito ao aborto por mulheres vítimas de violência sexual e em casos de comprovação de feto com anencefalia ou de gravidez com risco de morte para a mãe.

Para a análise da metáfora dos jogos de poder encontrados no texto de Eliane Brum, Presotto et al (2018) elencam o conceito de violência simbólica – apresentado por Bourdieu (2014 apud PRESOTTO et al., 2018, p. 194) – e o relacionam às noções de violência de gênero contra a mulher. As teóricas afirmam que essa violência é sustentada por uma cultura do estupro que permanece enraizada na sociedade brasileira. Segundo as autoras, a cultura de

estupro é uma forma de violência simbólica, na qual a violência contra a mulher seria culturalmente justificada, tolerada e amplamente estimulada.

Como aporte teórico, Presotto et al. (2018) utilizam-se de teorias linguísticas advindas do cognitivismo, como a Teoria da Metáfora Conceptual e de autores reconhecidos na área como Lakoff e Johnson, Kövecses e Gibbs. Assim como eles, as autoras entendem a linguagem como expressão dos modos de pensar da sociedade e a metáfora como um mapeamento entre conceitos abstratos em relação a conceitos mais concretos. Deste modo, nesse estudo, assim como presente estudo que aqui proponho, a metáfora não é compreendida como uma mera figura de linguagem, mas é tratada como uma forma de conceptualizar um domínio de experiência em termos de outro.

A metodologia adotada pelas teóricas abarcou técnicas advindas da Linguística de Corpus. Primeiramente, o *corpus* foi rodado no programa *AntConc* 3.2.2 para gerar uma lista de palavra no *WordList*. Com a análise manual da lista, as autoras chegaram a palavras que poderiam ser elementos centrais de possíveis metáforas. Tais palavras foram lematizadas⁴, e ao final desse processo, analisadas nas ferramentas *Concordance* e *Cluster* do software *AntConc*. Pela metodologia adotada, na análise, as autoras puderam elencar dois níveis de identificação de metáforas. No nível macro, encontraram a metáfora conceitual que perpassava todo o texto de Eliana Brum, que é a metáfora dos jogos de poder. No nível micro, elencaram as três categorias conceituais que contribuíram para a progressão do texto. Foram essas a política, a religião e a raça.

Os termos encontrados na lista do *Antonc* serviram de pistas lexicais para que as pesquisadoras estabelecessem DOMÍNIO DOS CORPOS FEMININOS como uma categoria conceitual importante no corpus da pesquisa e elencassem as metáforas conceituais VIOLÊNCIA É DOMINAÇÃO, DOMINAR O CORPO FEMININO É VIOLENTÁ-LO, APROVAR A PEC 181/2015 É VIOLENTAR AS MULHERES BRASILEIRAS e DIREITO É LUTA. Dessa maneira, ao analisar o texto da jornalista Eliane Brum, as pesquisadoras são capazes de explicar a dinâmica do jogo de poder e de força – existente na cultura brasileira pautada no machismo e na lógica patriarcal – que intui suprimir ao máximo o direito das mulheres de decidirem sobre os próprios corpos e sobre seus próprios destinos. Presotto et al. (2018) manifestam ainda a importância da “ideia de interseccionalidade, tão cara a um feminismo que se propõe a lutar não só pela igualdade de gênero, mas de raça e de classe” (PRESOTTO et al., 2018, p.203).

⁴ Segundo as autoras, lematizar é “o processo de deflexionar uma palavra para determinar o seu lema, isto é, sua forma canônica” (PRESOTTO et al. 2018, p.197). As teóricas optaram por utilizar um asterisco no lugar do sufixo ou prefixo de uma palavra, restando a sua raiz, de modo que as buscas fossem ampliadas para as palavras em sua forma básica.

Por fim, as pesquisadoras denunciam um modelo cultural que supostamente seria pró-vida por defender a ideia de proteção e dignidade do ser humano desde a sua concepção, no entanto, ocultaria em si diversas formas de violência contra a mulher.

Os três estudos diferem entre si quanto aos fundamentos teóricos elencados e as metodologias utilizadas, no entanto, encontram nos temas relativos à situação da mulher no Brasil e/ou da violência cometida contra elas uma similaridade. Inspirei-me, portanto, nesses trabalhos para guiar minhas escolhas relativas ao aporte teórico e a metodologia. Assim como Carneiro (2014), entendo que expor números da violência contra a mulher no Brasil é necessário para uma análise qualitativa que considera o âmbito social e cultural como terminantemente relevante para a conceptualização de qualquer conceito. Além dos números elencados, nesta pesquisa, também opto por evidenciar as definições jurídicas atuais de violência contra mulher por acreditar que, quando comparados com a categoria radial VIOLÊNCIA futuramente gerada nas análises, poderão salientar reflexões pertinentes.

Da mesma forma que Álvaro (2017), debruço-me sobre relatos que trazem a perspectiva da mulher sobre seu cotidiano e busco no discurso delas as representações do feminino e da violência de gênero contra a mulher. No entanto, pela quantidade de relatos gerados no *corpus* desta dissertação, diferencio-me de Álvaro (2017) em sua metodologia e me aproximo dos procedimentos adotados por Presotto et al (2018), advindos da Linguística de *Corpus*, no que tange o uso do *software AntConc* para a otimização do tempo na busca de excertos que estivessem relacionados às metáforas conceptuais encontradas manualmente.

Embora com a temática muito semelhante e com fundamentos advindos da mesma área, que é a Linguística Cognitiva, esta dissertação difere das pesquisas relatadas por abranger e analisar diferentes tipos de violência contra a mulher, sem a intenção de escolher um determinado tipo de violência para análise, como nos estudos de Carneiro (2014) que focalizam a violência doméstica ou no estudo de Presotto et al (2018) que traz à tona a questão das leis relacionadas à permissão do aborto para mulheres violentadas sexualmente. Destaco também, como diferencial, a montagem da categoria radial VIOLÊNCIA. A partir das análises das metáforas conceptuais que emergem no *corpus*, somadas à montagem da categoria, reflito sobre o protótipo desta e sobre os efeitos de prototipicidade, sempre relacionando-os à realidade social da mulher brasileira.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresento os princípios teóricos da Linguística Cognitiva que ancoram a análise do processo de conceptualização de VIOLÊNCIA no *corpus* deste estudo. Para tanto, primeiramente, apresento os conceitos de categorização e prototipicidade. Tais fundamentos conceituais abarcam diferentes tipos de organizações conceptuais, um deles – tema de interesse desta dissertação – é a organização conceptual que se dá na forma de metáforas conceptuais.

Com o propósito de elucidar esse processo, em um segundo momento, percorro os principais aspectos da Teoria da Metáfora Conceptual, que serve de base para novas teorias na área, como a visão multiníveis da Metáfora Conceptual (escolhida para análise dos dados desta pesquisa), apresentada em seguida. Nessa nova abordagem, os esquemas imagéticos, os domínios, os *frames* e os espaços mentais são quatro níveis de estruturas conceptuais de esquematicidade que proporcionam a possibilidade de uma compreensão mais completa do fenômeno metafórico, que, portanto, serão apresentados posteriormente em subtópicos próprios.

2.1 Categorização

A Linguística Cognitiva (LC) parte do pressuposto de que o pensamento tem propriedades gestálticas⁵. Lakoff (1987, p. 14) afirma que o pensamento é corporificado, ou seja, “as estruturas usadas para montar o nosso sistema conceptual emergem de experiências físicas e fazem sentido a partir desse aspecto”. O linguista argumenta ainda que o centro do nosso sistema conceptual é diretamente fundamentado na percepção, no movimento corporal e na experiência de caráter, não apenas físico, mas também social. Na concepção da LC, a percepção, a atenção e a memória são estruturas que formam o sistema conceptual e que cumprem um papel fundamental na organização dessas experiências no nível do pensamento,

⁵ Segundo Bailão (2009, p. 130), a psicologia Gestalt se fundamenta na ideia de que o todo é mais do que a simples soma das suas partes. “Para os gestaltistas, a organização perceptiva e as leis que presidem a essa organização estão relacionadas com capacidades inatas ligadas ao funcionamento do cérebro, não sendo susceptíveis de sofrer alterações por meio da aprendizagem. O ponto de partida do gestaltismo é a percepção”.

e, associadas aos modelos compartilhados de crenças socioculturais vivenciados na interação social, constituem nosso processo de categorização.

Categorização é o “processo através do qual agrupamos entidades semelhantes (objetos, pessoas, lugares etc.) em classes específicas” (FERRARI, 2014. p. 31). O indivíduo expõe em sua fala muito mais do que de fato enuncia, desvela em seu discurso a organização conceptual de suas experiências. Reflete sua posição em relação a crenças, percepções e ao que pensa sobre si mesmo e sobre seu meio social. Sempre que fala do mundo, agrupa objetos, qualidades e ações em classes específicas. Esse processo, que orienta a construção de sentido – na maioria das vezes de forma automática e inconsciente – é o processo de categorização. Lakoff (1987, p. 17) afirma que o modo com o qual pessoas categorizam evidencia que o pensamento é corporificado e imaginativo, pois não apenas categorizamos o que é concreto, como objetos, mas também o que é abstrato. Segundo o autor, “não há nada mais básico que a categorização para o nosso pensamento, percepção, ação e discurso” (LAKOFF, 1987, p. 5).

Os primeiros pressupostos da categorização, em seu modelo clássico, afirmavam que para que um elemento pertencesse a uma classe determinada, este deveria conter todos os atributos definidores da mesma. Lakoff (1987, p. 6) afirma que na antiguidade, as categorias eram tidas como contêineres e que as entidades a serem categorizadas podiam apenas estar dentro ou fora desse contêiner, sem a existência de um meio termo. As categorias, dessa forma, apresentariam limites rígidos. No entanto, tais pressupostos pareciam ser insatisfatórios, no sentido de que elementos podem não possuir todos os traços comum, e mesmo assim ainda estar classificados como integrantes de uma mesma classe.

Questionamentos em relação ao modelo clássico de categorização geraram estudos em diversas áreas, da Antropologia à Psicologia Cognitiva, área em que surgiu a Teoria do Protótipo desenvolvida por Eleanor Rosch. A teórica questionou a visão clássica de categorização em dois quesitos. Primeiramente, se categorias fossem definidas apenas por seus atributos compartilhados por todos os membros, então não haveria melhores representações de uma categoria. Em segundo lugar, se categorias fossem definidas apenas pelas propriedades inerentes a seus membros, então estas deveriam ser independentes das peculiaridades de todos os seres que fazem a categorização, como a “neurofisiologia humana, o movimento do corpo humano, e as capacidades humanas específicas para perceber, para formar imagens mentais, para aprender e lembrar, para organizar as coisas aprendidas, e para se comunicar de forma eficiente” (LAKOFF, 1987, p.7).

2.2 Prototipicidade e Categoria Radial

A Teoria do Protótipo, desenvolvida por Rosch (1973), fomenta a ideia de que para que um elemento pertença a uma categoria, ele não necessariamente deve possuir todos os atributos compartilhados pelos membros da mesma, mas manter alguns traços em comum com todos os outros elementos pertencentes a essa classe. O conceito de prototipicidade dá-se à medida que percebemos que na organização categorial há representantes prototípicos – mais centrais e, portanto, os melhores exemplos de uma classe – e representantes mais periféricos, que abrangem efeitos do protótipo e não apresentam tantos atributos em comum com o núcleo categorial.

Além destes representantes, há também os membros intermediários, que são organizados a partir dessa escala de prototipicidade e que juntamente com os membros mais prototípicos e mais periféricos, formam uma categoria radial. Dentro da categoria radial, quanto mais atributos em comum com o protótipo um membro possuir, mais perto do núcleo ele estará e quanto menos atributos, mais periférico ele será. Ferrari (2014) lista algumas contribuições da teoria desenvolvida por Rosch (1973):

- (i) As categorias não representam divisões arbitrárias de entidades do mundo, mas surgem baseadas em capacidades cognitivas da mente humana.
- (ii) Categorias de cores, formas, mas também organismos e objetos concretos, são ancoradas em protótipos conceptualmente salientes, que desempenham papel crucial na formação dessas categorias.
- (iii) As fronteiras das categorias cognitivas são imprecisas, de modo que as categorias vizinhas não são separadas por limites rígidos, mas há uma zona de intersecção (FERRARI, 2014, p. 38).

A teoria sugere que a categorização é essencialmente uma questão da experiência e da imaginação humana. O processo de categorização se dá, não apenas pela percepção, pela atividade motora e pela cultura de um povo, mas também é concebido através da metáfora, da metonímia e das imagens mentais. Estes três últimos fatores são os focos desta pesquisa. Mais especificamente, utilizo-me dos estudos relacionados ao processamento da metáfora conceptual como forma de categorização para analisar a estrutura da categoria VIOLÊNCIA.

Lakoff e Johnson (1990) afirmam que não haveria cognição sem as experiências sensorio-motoras ou sem a interação do indivíduo em contextos biológicos, psicológicos e culturais. É nesse parâmetro que se evidencia o fato de que a nova forma de pensar a categorização, incluindo agora os efeitos de prototipicidade e a ideia de uma categoria radial,

desconstrói a pressuposição de que todo ser humano teria a mesma sistematização/organização conceptual. Nessa dissertação, atendo-me a dois fatores que servem como base para a montagem da categoria radial de violência, via processamento das metáforas conceptuais. São eles a experiência individual, na qual um ideal se torna saliente em função do seu significado emocional para o indivíduo, e a frequência estatística, calculada com base no número de atributos pertencentes a um membro da categoria. Segundo Lakoff (1987) a frequência de ocorrência se relaciona diretamente com o processo de categorização, pois quanto mais frequente, mais categórico e mais perto do centro prototípico da categoria.

Uma das questões principais da análise estatística é estabelecer se os resultados obtidos têm significância estatística, de acordo com limites pré-estabelecidos. Quando se formula uma hipótese em relação a uma determinada característica de uma certa comunidade, a amostra dela retirada pode pertencer à essa comunidade de origem, portanto as diferenças observadas são consideradas “normais” ou podem não pertencer a essa população e as diferenças encontradas representam um efeito real, não podendo ser atribuídas ao acaso. Os valores encontrados no primeiro caso são considerados “não são estatisticamente significativos”, e “são estatisticamente significativos” no segundo.

Portanto, é necessária a compreensão de que um número elevado de ocorrências na pesquisa qualitativa e na pesquisa quantitativa permite uma análise correta da estrutura e traz uma maior significância estatística (SCHIFFRIN, 1987). A combinação de elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa é proposta com a finalidade de ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a categoria VIOLÊNCIA e sua implicatura no modo de viver da mulher brasileira, tão relevante à nossa realidade social.

No caso deste estudo, FORÇA CONTRA CONTÊINER é o sentido mais recorrente para a categoria VIOLÊNCIA no *corpus*. É o protótipo, o sentido mais comum, que possui atributos como: a força, a movimentação dessa força e a manipulação dessa força sobre um contêiner (que é um objeto). Através da análise das metáforas conceptuais emergentes no *corpus* e os sistemas cognitivos que as estruturam, foi verificado que alguns desses atributos, como a força, atravessam as outras radiais.

2.3 Teoria da Metáfora Conceptual

Ao relacionar a linguagem aos processos cognitivos que organizam a experiência humana, a Linguística Cognitiva (LC) passa, a partir da década de 80, a emitir um novo olhar sob a metáfora. Ela deixa de ser tratada como uma mera figura de estilo, ou um mecanismo retórico de ornamentação da linguagem, para ser concebida como um instrumento cognitivo. Os estudos de Lakoff e Johnson trazem à tona a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC). Os autores desenvolvem a ideia de que o sistema conceptual humano é fundamentalmente metafórico por natureza e que a essência da metáfora conceptual é o entender e experienciar um tipo de coisa em termos de outra, ou seja, a conceptualização de um domínio em termos de outro. Transferimos atributos e aspectos do domínio-fonte para o domínio alvo.

No entanto, Soares da Silva (1997) argumenta que a metáfora não é somente uma transferência semântica de um domínio para o outro, mas envolve uma “analogia sistemática e coerente entre a estrutura interna de dois domínios da experiência e, conseqüentemente, todo o conhecimento relevante associado aos conceitos e domínios em causa”. Segundo o autor, a metáfora tende a ser unidirecional, tendo em vista o fato de geralmente conceptualizarmos domínios abstratos em termos de domínios concretos. Na ativação das projeções metafóricas, transferimos atributos e aspectos do domínio-fonte, que tende a ser mais concreto e formado a partir das experiências corpóreas e culturais, para o domínio alvo, que geralmente é mais abstrato. Soares da Silva (2008) afirma que

a conceptualização de categorias abstratas se fundamenta, em grande parte, na nossa experiência concreta cotidiana. As metáforas conceptuais desempenham, pois, um papel crucial na conceptualização de muitos domínios. Elas constituem uma maneira de pensar, também em domínios como, por exemplo, a ética (cf. Johnson 1993), a política (cf. Lakoff 1992, 1996), ou as ciências (cf. vários estudos em Ortony 1993). (SOARES DA SILVA, 2008, p. 14)

A metáfora conceptual *VIOLÊNCIA É CAÇADA*, que emerge no discurso das mulheres vítimas de violência de gênero recolhido no *corpus* desta pesquisa, pode exemplificar essa percepção da diferença entre domínio-alvo e domínio-fonte. A caçada é uma atividade física que consiste na prática de matar ou capturar animais, seja perseguindo, prendendo ou rastreando-os intencionalmente para tais fins. A caçada propicia uma experiência corpórea e concreta. Já a violência não é conceituada com tamanha facilidade. Podemos catalogar todos os atos físicos de violência e mesmo assim não dar conta de todas as possibilidades semânticas relacionadas à essa categoria, pois é uma categoria mais abstrata. Nesse caso, *CAÇADA* é o domínio-fonte e *VIOLÊNCIA* é o domínio-alvo.

Lakoff (1987) inaugura também a noção de Modelo Cognitivo Idealizado (MCI), estrutura cognitiva que serve de base no processamento da metáfora conceptual. Apesar de não ser utilizada diretamente neste estudo, a conceituação de MCI serve como base para a diferenciação da ideia de *frame* – elencado por Fillmore e acolhido por Kövecses –, cujo conceito é apresentado no próximo tópico.

Lakoff (1987, p. 68) afirma que “organizamos nosso conhecimento por meio de estruturas chamadas modelos cognitivos idealizados, ou MCI’s, e as estruturas dessa categoria e seus efeitos prototípicos são subprodutos dessa organização”. Tratamos o MCI como sendo um complexo conjunto de enquadramentos distintos (*frames*), formados pela base conceptual de convenções culturais e de fenômenos naturais, que representam uma estrutura armazenada na memória de longo prazo. Para o linguista, a análise da estrutura de uma categoria não deve apenas elencar seu protótipo e apresentar as radiais, mas também deve desvendar os detalhes dos Modelos Cognitivos que suportam sua estrutura, pois esses refletem a cultura e o modo de pensar de um povo.

2.4 A Visão Multiníveis da Metáfora Conceptual

Diversos estudos na área da Linguística Cognitiva desenvolveram-se após a publicação de “*Metaphors We Live By*”, livro que apresenta a Teoria da Metáfora Conceptual proposta por Lakoff e Johnson em 1980. Desde então, questões e controvérsias a respeito da aplicação dessa teoria em análises do processamento cognitivo têm sido abordadas pela comunidade acadêmica. Uma dessas questões se relaciona às diversas terminologias usadas nos estudos da Metáfora Conceptual (MC). Kövecses (2017, p. 321) elenca diversas nomenclaturas utilizadas nessas pesquisas – tais como domínio fonte, domínio alvo, esquemas imagéticos, *frames*, cenas, espaços mentais, esquemas e cenários – para demonstrar que há um caos terminológico e um imenso dilema teórico-conceptual que resulta na dificuldade de identificação da unidade/ estrutura conceptual envolvida na formação e no processamento da MC.

Uma outra questão relaciona-se ao fato de que metáforas conceptuais na TMC são geralmente descritas como relações entre domínios. No entanto, como aponta Kövecses (2017, p. 328), conceber as metáforas conceptuais como um conjunto de relações de mapeamento apenas entre dois domínios faz surgir um problema: o domínio fonte geralmente

contêm muito mais material conceptual do que o que é realmente mapeado no domínio alvo. Ainda segundo o teórico, teorias sobre a MC não deveriam legitimar apenas um nível para explicar a ocorrências das metáforas.

O linguista propõe, então, a Visão Multiníveis da Metáfora Conceptual. Com essa nova abordagem, ele intenciona organizar as terminologias em hierarquias na formação da MC e identificar que aspectos de um certo conceito elencamos no momento da construção do significado. Para Kövecses (2017, p. 322), as metáforas conceptuais envolvem simultaneamente diferentes estruturas conceptuais em níveis diferentes de esquematicidade. São quatro níveis: o primeiro é o nível subindividual, nível dos esquemas imagéticos. O segundo é o nível supraindividual, no qual estão localizados os domínios e os *frames*. Por último, encontra-se também o nível individual, que abrange os espaços mentais.

Como Rosch (1987), Lakoff (1987) e Langacker (1987), Kövecses (2017, p. 323), afirma que o nosso conhecimento de mundo surge em largos sistemas de conceitos que estão organizados em hierarquias de vários níveis e que esses sistemas estão relacionados por níveis de esquematicidade. Langaker (1987 apud KÖVECSSES 2017, p. 323) define esquematicidade como “a precisão relativa de especificação entre um ou mais parâmetros”. Os vários níveis de esquematicidade, então, formam uma hierarquia como demonstrado na Figura 1. No entanto, cabe ressaltar que não há limites rígidos que separam tais níveis – como em nenhum processo de categorização – e que eles são graduados de acordo com sua esquematicidade.

Figura 1- Esquematicidade hierárquica proposta por Kövecses (2017)



Fonte: KÖVECSSES, 2017, p. 323.

2.4.1 Nível Subindividual: Esquemas Imagéticos

O nível subindividual, pertencente aos esquemas imagéticos, corresponde a aspectos teorizados como universais pela linguística cognitiva, envolve vários tipos de corporificação. Os esquemas imagéticos são versões esquemáticas de imagem que se relacionam com a ideia de que as experiências vividas pelos seres humanos através de seus corpos em ação fornecem e fundamentam nossa estruturação conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 1980). Grande parte do conhecimento do indivíduo não é estático, mas “é estruturado por padrões dinâmicos, não proposicionais e imagéticos dos nossos movimentos no espaço, da nossa manipulação do objeto e de interações perceptivas” (MARTELOTTA; PALOMANES, 2010). O conceito de esquema imagético toma por base aspectos importantes da experiência corporal humana, sobretudo as relações espaciais com as de, por exemplo, PARTE-TODO, CONTÊINER, FRENTE-TRÁS, CIMA-BAIXO e TRAJETÓRIA.

Em sua teoria, Kövecses (2017, p. 324) adota as definições de esquema imagético propostas por Lakoff e Johnson (1980). Ele postula ainda que esquemas imagéticos são “estruturas conceptuais que enchem as experiências de significados”. Por sua natureza altamente esquemática, atribuem sentido a uma variedade de conceitos e experiências. Para o linguista, esquemas imagéticos são estruturas conceptuais diretamente significativas, internamente estruturadas – constituídas de apenas algumas partes – altamente gestálticas e que seguem padrões análogos. Conceitos podem ser caracterizados por diferentes esquemas imagéticos, como também, diferentes conceitos podem ser ancorados pelos mesmos esquemas.

Na metáfora conceptual extraída do *corpus* VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTÊINER, acionamos pelo menos dois esquemas imagéticos, que são as próprias noções de FORÇA e de CONTÊINER. O contêiner, neste caso, é o próprio corpo da mulher que experiência a manipulação dessa força, vinda de fora de seus limites, sobre si.

2.4.2 Nível Supraindividual: Domínios e Frames

O nível supraindividual reflete a forma como uma determinada língua e cultura reflete padrões metafóricos descontextualizados. Esse nível é compartilhado pelo nível dos domínios, que estão localizados logo abaixo dos esquemas imagéticos, e pelo nível dos *frames*, localizado abaixo dos domínios. Segundo Kövecses (2017, p. 325), os termos “domínios”, “*frames*” e “modelos cognitivos idealizados” só podem ser distinguidos conforme seus níveis de esquematicidade. Em sua teoria, Kövecses (2017) deixa de lado os MCI’s de Lakoff (1987)

e se utiliza dos conceitos de domínio matriz e *frames* desenvolvidos por Langacker (1987) e Fillmore (1982), respectivamente. Langacker (1987, p. 488) admite o domínio como “uma área coerente da conceptualização relativa a como as unidades semânticas podem ser caracterizadas”. Ferrari (2014, p. 59) aponta que os domínios incluem “experiências perceptuais, conceitos, complexos conceptuais e sistemas elaborados de conhecimento”.

Domínio, para Kövecses, é mais do que o contexto de caracterização da unidade semântica. Ele se utiliza de um conceito mais abrangente postulado pelo próprio Langacker (1987): o domínio matriz. Kövecses argumenta que “o domínio, como domínio matriz, pressupõe uma variedade de conceitos que caracterizam diferentes aspectos de um domínio”. O domínio matriz é composto de muitas partes a mais que os esquemas imagéticos (nível superior ao dos domínios), engloba maior riqueza de informações, portanto, é mais específico.

Os *frames* estão localizados um nível abaixo do domínio matriz – ainda dentro do nível supraindividual –, pois são estruturas conceptuais menos esquemáticas em relação a este e aos esquemas imagéticos. A partir dos estudos de Charles Fillmore sobre a Semântica de *Frames*, Ferrari (2014) define *frame* como um “sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência” (FERRARI, 2014, p. 50). Ao longo da vida, o indivíduo experiencia socialmente situações comunicativas, e a partir do uso da língua em contextos reais de comunicação, este indivíduo passa a fazer “recortes” dessas situações comunicativas aos quais denominamos *frames*. Fillmore (1982) postula que o significado das palavras é subordinado ao *frame*, uma vez que para compreender o sentido dela, ou de uma sentença, precisamos acessar estruturas de conhecimento que advêm da experiência humana, levando em consideração as bases físicas e culturais dessa experiência.

A noção de *frame* é utilizada não somente para descrever diferenças no domínio social de uso de uma palavra – argumentando que a mesma palavra pode apresentar significados distintos ao ser enquadrada em diferentes *frames* –, como também para ressaltar que variados termos podem denotar a mesma coisa no mundo, mesmo sendo destacados a partir de *frames* distintos. Em sua visão multiníveis da MC, Kövecses (2017, p. 325) adota a visão fillmoreana dos *frames* e ainda acrescenta o entendimento de que “*frames* elaboram aspectos particulares de um domínio matriz”. Os *frames*, que elaboram o domínio, consistem em papéis e na relação entre esses papéis, sabendo-se que esses podem ser preenchidos por valores particulares.

Para exemplificar, alguns dos domínios que possivelmente surgem no domínio matriz acionado na metáfora conceptual VIOLÊNCIA É CEGUEIRA – que emerge no *corpus* – são os

domínios FUNÇÕES DO CORPO HUMANO e HABILIDADES SENSORIO-MOTORAS. Já os possíveis *frames* a serem ativados nessa mesma metáfora, dentre outros, podem ser os *frames* VISÃO e PERCEPÇÃO.

2.4.3 Nível Individual: Espaços Mentais

O nível individual é o nível dos espaços mentais e corresponde ao sistema cognitivo metafórico utilizado pelos falantes individuais de uma língua. Os espaços mentais são estruturas conceptuais mais específicas que os *frames*, os domínios matrizes e os esquemas imagéticos, portanto, menos esquemáticos e conceptualmente mais ricos. Falamos de espaços mentais quando mencionamos os valores específicos que preenchem os papéis e as relações entre papéis nos quais consistem os *frames* no discurso real em situações comunicativas específicas *on-line*. Fauconnier (2007 apud KOVECSSES 2017, p. 326) define espaços mentais como

estruturas muito parciais construídas quando pensamos e conversamos, para fins de compreensão e ação local. Eles contêm elementos e são estruturados por *frames* e modelos cognitivos. Os espaços mentais estão conectados ao conhecimento esquemático de longo prazo, tais como *frames* para caminhar ao longo de um caminho, e ao conhecimento específico de longo prazo.

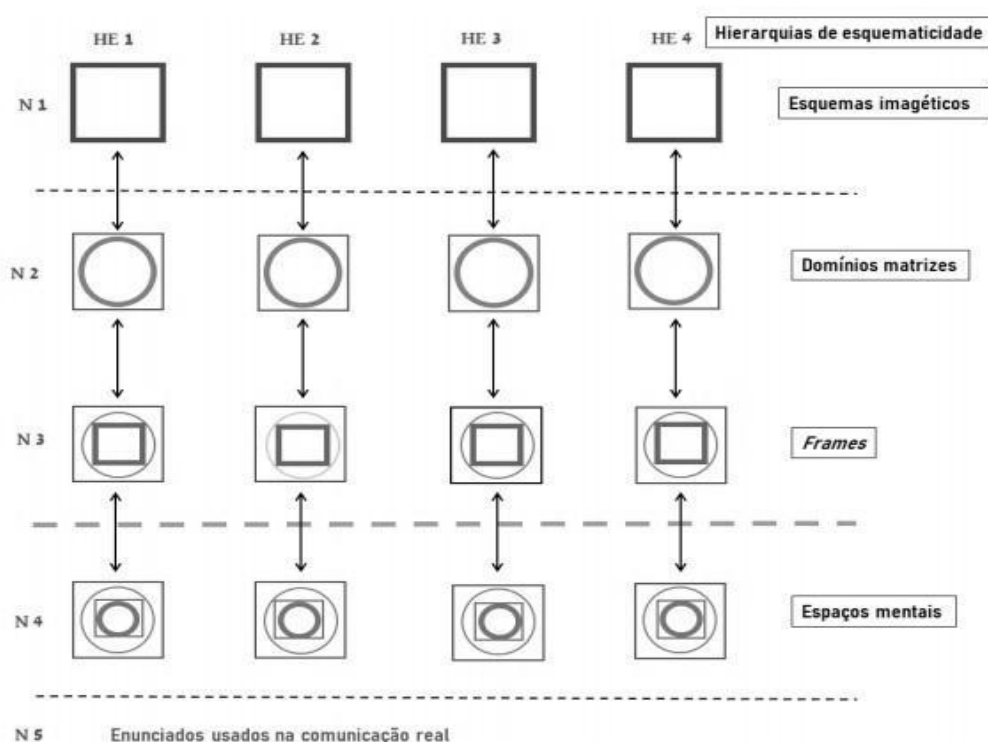
Em uma concepção semelhante, Kövecses (2017, p. 326) delimita os espaços mentais em relação aos *frames* e domínios. Espaços mentais seriam, então, “representações *on-line* de nossa compreensão da experiência na memória de trabalho, enquanto os *frames* e domínios são estruturas de conhecimento convencionalizadas na memória de longo prazo” (KÖVECSSES, 2017, p. 326).

Para fins de exemplificação, utilizo a mesma metáfora conceptual citada anteriormente: VIOLÊNCIA É CEGUEIRA. No nível dos espaços mentais, há especificações adicionais de qualquer um dos *frames* acionados nessa MC. Elaborações do *frame* VISÃO são os espaços mentais associados aos excertos (1) e (2), retirados do *corpus*. As sentenças especificam o indivíduo que não consegue ver/enxergar e o quê, de fato, esses indivíduos não conseguem ver/ enxergar. Essas são informações que não estão contidas no *frame* VISÃO mais esquemático.

- (1) [...] ela me fez prometer que eu não faria nada, eu queria ajuda em como convenço ela a denunciar, **queria fazê-la enxergar o quanto isso é serio**. Me ajudem manas o que eu faço numa situação dessas? [...] (Facebook, 08/2017)
- (2) [...] eu sabia que ele bebia e ficava agressivo, inclusive ja brigamos mil vezes por isso, mas **eu to muito mal de voltar e ver que ta nesse ponto** nao sei o que fazer [...] (Facebook, 03/17)

A organização gráfica da hierarquia de esquematicidade proposta por Kövecses (2017), separada em níveis, está representada na Figura 2.

Figura 2- Hierarquia de esquematicidade proposta por Kövecses (2017)



Fonte: KÖVECSES, 2017, p. 12.

No nível 1 (subindividual), estão representados os esquemas imagéticos. Por serem estruturas análogas, os esquemas estão separados dos níveis 2 e 3 (níveis supraindividuais), dos domínios e *frames*. Já o nível 4 (individual), nível dos espaços mentais, está separado dos domínios e *frames*, pois esses são pertencentes à memória de longo prazo enquanto os espaços mentais são utilizados no processamento online da memória de trabalho. O nível 5 é o nível linguístico. É nesse espaço de comunicação em que os conteúdos dos espaços mentais são ativados no discurso.

2.4.4 O Contexto no Nível dos Espaços Mentais

Em 2020, com o lançamento de seu livro *Extended Conceptual Metaphor Theory* (2020), Kövecses retoma algumas críticas sofridas pela Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff e Johnson (1980) com a finalidade de abordar a importância do contexto na produção e compreensão de metáforas - tanto conceptuais como linguísticas - em situações particulares do discurso. Para o linguista, a TMC ausentou-se de uma discussão mais profunda sobre o aspecto da produção do uso dessas metáforas. Ele postula ainda que a TMC se resumia, primordialmente, a uma teoria cognitiva que não priorizava os elementos contextuais, o que tornaria a explicação do uso dessas metáforas uma tarefa árdua. Para o teórico (KÖVECSES 2020, p. 93), se a metáfora conceptual fosse um fenômeno exclusivamente cognitivo, estas

seriam definidas como conjuntos de mapeamentos entre um domínio fonte concreto e um domínio alvo abstrato. Os mapeamentos seriam correspondências conceituais entre os elementos da fonte e os do alvo. Expressões linguísticas tornariam essas correspondências manifestas na linguagem, e o significado dessas expressões seria baseado nos mapeamentos específicos. Por sua natureza, os mapeamentos sistemáticos fariam parte do sistema conceptual. Os casos centrais dessas metáforas surgiriam, de acordo com a versão padrão da teoria, de correlações na experiência entre conceitos abstratos (subjettivos) e sensorio-motores, isto é, da experiência corporificada.

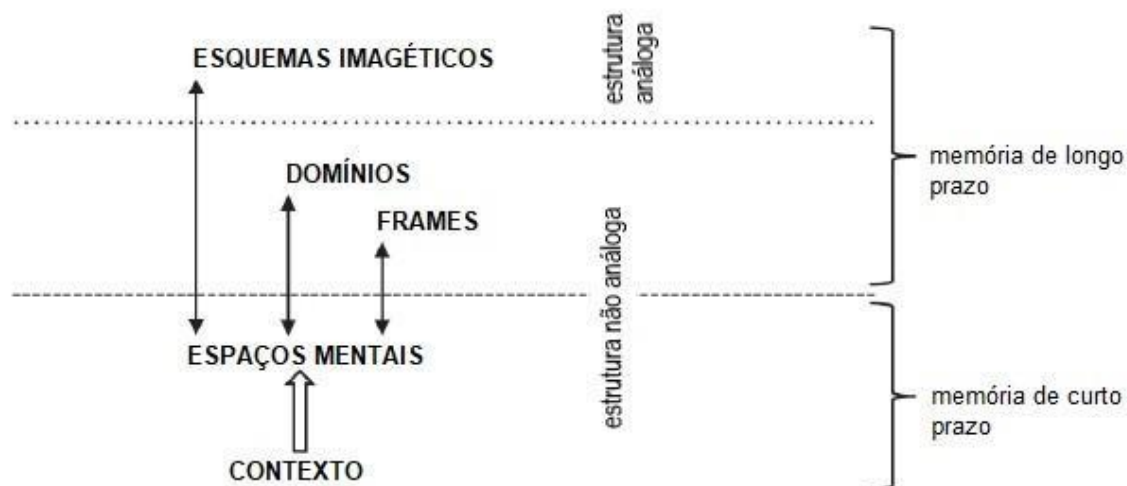
No entanto, ao considerar esta a única teoria como uma descrição integral da metáfora, estaríamos nos afastando da ideia de que “a compreensão de metáforas é altamente sensível ao contexto, como demonstrado experimentalmente por décadas de pesquisas psicolinguísticas e psicológicas” (KÖVECSES 2020, p. 93). Para Kövecses, a TMC necessitaria – para além de outros componentes como a função cognitiva e experiencial – adotar um componente contextual.

Para identificar e descrever que elementos deveriam fazer parte desse componente contextual da TMC, Kövecses (2020) segue a tradição langackeriana que concebe o significado como sendo fortemente dependente do contexto. É nesse sentido que o linguista adota o conceito de Langacker de EDC: “um espaço mental que compreende tudo o que se presume ser compartilhado pelo falante e pelo ouvinte como base do discurso em um determinado momento” (LANGACKER 2008 apud KÖVECSES 2020, p. 94).

Tornar explícito o que está contido nesse espaço mental quando um falante conceptualiza metaforicamente uma situação específica do discurso é, para Kövecses (2020, p.105), uma das formas de descrever o papel do contexto na produção de metáforas. Para tanto, o linguista adiciona o contexto na sua organização hierárquica dos níveis esquemáticos

da metáfora conceptual. Como pode ser observado na Figura 3, a influência contextual na conceptualização metafórica ocorre no nível dos espaços mentais, na memória de trabalho.

Figura 3 - A influência contextual nos níveis de esquematicidade



Fonte: KÖVECSES, 2020, p.105.

Kövecses assume que o significado – incluindo sua criação metafórica – se dá em uma situação em que os falantes/ conceptualizadores “estão copresentes e compartilham muita informação sobre a situação” (KÖVECSES 2020, p. 94). A criação do significado dependeria então de um “contexto relevante”, ou seja, de informações relevantes trocadas entre participantes do discurso, e de um “ambiente cognitivo mútuo” que englobaria diversos fatores contextuais. Para Kövecses (2020), uma concepção mais abrangente de contexto na conceptualização metafórica deveria consistir em fatores como a “interação cognitiva com vários elementos e propriedades da situação discursiva, o próprio discurso, o contexto cognitivo-conceptual e o corpo do falante e ouvinte” (KÖVECSES, 2020, p.115). O teórico agrupa essas dimensões de nossa interação com o mundo em quatro categorias: contexto situacional, contexto discursivo, contexto cognitivo-conceptual e contexto corporal.

Segundo Kövecses (2020), o contexto situacional está associado ao ambiente físico, a situação social e a situação cultural. O ambiente físico engloba a fauna, flora e demais características do plano físico como temperatura etc. Já a situação social está ligada aos “aspectos sociais da vida que geralmente se concentram em noções como gênero, classe, educação, trabalho, organizações sociais, estrutura social e outras” (KÖVECSES

2020, p. 94), enquanto a situação cultural envolve o contexto global e o contexto local. O primeiro refere-se ao conhecimento geral dos conceptualizadores sobre o ambiente de sua comunidade - conhecimento este que é compartilhado e representado no sistema conceptual - e o segundo, ao conhecimento específico que os conceptualizadores possuem sobre algum aspecto de uma determinada situação comunicativa.

O contexto discursivo engloba o discurso circundante – que é o próprio contexto linguístico, o cotexto -, o conhecimento sobre os principais elementos do discurso (falante, ouvinte e tópico), além dos discursos anteriores sobre o mesmo tópico e as formas dominantes de discurso relacionadas a um determinado assunto.

O contexto cognitivo-conceptual consiste no sistema conceptual metafórico dos falantes, suas ideologias, seu conhecimento prévio sobre eventos anteriores, assim como seus interesses e suas preocupações. Kövecses argumenta que a ideologia, por exemplo, pode influenciar na forma em que as metáforas surgem no discurso pois “a posição ideológica de uma pessoa em relação às principais questões sociais e políticas pode governar a escolha de metáforas” (KÖVECSSES 2020, p. 94). Além disso, metáforas específicas de um determinado discurso podem surgir devido ao compartilhamento por parte dos conceptualizadores de itens na memória de curto ou longo prazo, como os eventos e estados passados.

Já o contexto corporal está associado ao fato de que, para além do processo de corporificação do pensamento, “um estado particular do corpo pode produzir conceituações metafóricas específicas em casos específicos, como a doença de um poeta ou escritor” (KÖVECSSES 2020, p. 94), ou seja, as especificidades corporais das pessoas – tais como doenças ou habilidades motoras específicas – podem influenciar quais metáforas os falantes (inconscientemente) escolherão usar.

Para assumir o cenário comunicacional como um gatilho a ser analisado neste estudo, é necessário considerar a existência dos diferentes tipos de contextos elencados por Kövecses (2020) nos relatos que compõem o *corpus* desta pesquisa. O contexto situacional em que estão envolvidas as relatantes do *corpus* envolve uma situação social e cultural específica. Em uma visão global, são mulheres, vítimas de violência de gênero, inseridas em uma sociedade machista e patriarcal. Em contexto local, são mulheres, vítimas de violência de gênero, que fazem parte de um grupo privado virtual que tem como um dos focos discutir a própria violência de gênero por elas sofrida.

O contexto discursivo no qual se desenrolam os relatos abrange a comunicação mediada por computadores (CMC) em grupos privados de uma rede social específica, que é o *Facebook*. As participantes dos eventos discursivos compartilham entre si discursos anteriores

sobre o mesmo tópico e dominam as principais práticas de discurso relacionadas a esse tópico. Por exemplo, o uso de *hashtags* antes da narração completa de eventos para definir o grau de violência ou o tipo de violência sofrida a ser contada.

Já o contexto cognitivo-conceptual - que consiste nas ideologias, interesses e preocupações que permeiam o sistema conceptual metafórico das relatantes - parece ser fundamental na sustentação dos grupos virtuais dos quais elas participam. É na lógica da luta feminista e da mobilização das mulheres em prol da luta contra a violência sofrida por elas que tais grupos se estabelecem. É pelo compartilhamento da crença na equidade entre gêneros, no interesse mútuo por uma rede de apoio e ajuda e na preocupação de sofrer novamente algum tipo de violência que as relatantes se unem.

Em relação ao contexto corporal, Kövecses (2020) sugere que as particularidades físicas de cada indivíduo poderiam afetar a produção e compreensão de metáforas. Nesse sentido, as mulheres cujos relatos pertencem ao *corpus* compartilham a experiência de terem seus corpos vistos por terceiros como corpos femininos, corpos de mulher, portanto prontos a serem invadidos como podemos observar na metáfora VIOLÊNCIA É INVASÃO DE CONTÊINER que emerge no *corpus*.

Ao afirmar que falantes originam suas metáforas - em situações comunicativas reais - dos quatro tipos de experiências contextuais aqui explanados, Kövecses (2020, p.104) busca apontar que tal argumento

contraria a crença tradicional de que a maioria das nossas metáforas linguísticas são simplesmente expressões linguísticas convencionalizadas que possuem um significado, e usamos as metáforas quando queremos expressar esses significados em determinado contexto. Também vai contra uma visão comum da linguística cognitiva de que as metáforas que usamos são simplesmente baseadas em metáforas conceituais em nossas cabeças.

Indo em direção oposta à tais crenças, Kövecses (2020) afirma que os quatro tipos de contexto e os fatores contextuais pertencentes a estes, são, de fato, pré-ativadores de estímulos para que conceptualizadores produzam (inconscientemente) metáforas em um determinado discurso. Tal pré-ativação (*priming*) só pode ocorrer, segundo o linguista, se tanto falante quanto ouvinte puderem construir o caminho conceptual apropriado entre o significado pretendido do domínio alvo e o conteúdo experimental específico pré-ativado. Nesse sentido, diversos tipos de contexto e fatores contextuais podem gerar efeitos de pré-ativação.

Por fim, o que Kövecses (2020) almeja ao desenvolver sua teoria estendida da metáfora conceptual e nela incluir o contexto como gatilho é entender o que torna as

metáforas tão variáveis entre culturas, dentro de culturas e até entre indivíduos. Ele aponta que as metáforas conceituais e suas expressões linguísticas não se originam apenas da experiência corporal, mas também podem emergir de vários tipos de contexto e fatores contextuais como discurremos anteriormente. Segundo o linguista, “os fatores contextuais representam a totalidade de nossas experiências, à medida que interagimos com o mundo. Isso pode nos proporcionar uma nova estrutura no estudo do significado metafórico na cognição e na cultura” (KÖVECSES, 2020, p.115).

Em sua visão multiníveis da metáfora conceptual, Kövecses (2020) entende o contexto de forma mais abrangente que teorias anteriores. Para além do ambiente linguístico, há um contexto situacional, discursivo cognitivo-conceptual e corporal que fundam o uso da metáfora.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevo os procedimentos metodológicos adotados para analisar o processo de categorização de VIOLÊNCIA contra a mulher. Para tanto, descrevo a natureza da pesquisa e apresento o *corpus* e seu contexto. Em seguida, defino os objetivos gerais e específicos, bem como as perguntas de pesquisa. Por fim, exponho os procedimentos metodológicos e de análise.

3.1 Natureza da Pesquisa

O estudo possui caráter qualiquantitativo no âmbito da Linguística Cognitiva e da Semântica Cognitiva. Salienta e descreve as diferentes conceptualizações do termo VIOLÊNCIA, no tocante às relações de gênero – em específico a violência contra mulher –, tendo como unidade de análise os conceitos de categorização e metáforas multiníveis.

3.1.1 O Método Misto

O método misto, também denominado método qualiquantitativo, é utilizado neste estudo por confrontar a ideia de oposição de métodos – quantitativo vs. qualitativo – e optar por uma adequação dos dois. Tal predileção não ocorre por invalidar estratégias oriundas de cada método em específico, mas pela observação dos resultados positivos da colaboração dos mesmos em pesquisas na área da Linguística Cognitiva.

Segundo Soares da Silva (2008, p. 56), os métodos empíricos têm se revelado adequados e produtivos no paradigma das ciências cognitivas em geral. A pesquisa quantitativa tenta, de acordo com Gunther (2006, p. 203), obter um controle máximo sobre o contexto, objetivando reduzir de forma significativa a interferência de variáveis irrelevantes à própria pesquisa.

No entanto, ao reconhecer que aspectos sociais da linguagem implicam uma metodologia empírica de observação do uso dos dados e a forma mais natural de os encontrar

é em *corpora* textuais representativos, Soares da Silva (2008, p. 57) afirma que a adoção da metodologia do *corpus*, além de exigir sofisticação em técnicas quantitativas e estatísticas, também “implica um ciclo empírico-interpretativo de refinamento gradual das hipóteses pelo confronto repetido com os dados empíricos.”

Como salientado por Costa Júnior (2019, p. 48), em relação aos estudos de *corpora*, problemas na análise computacional surgem por não existirem *softwares* que analisem alguns fenômenos específicos da linguagem, cabendo ao pesquisador executar a tarefa manualmente. Berber Sardinha (2011, apud COSTA JÚNIOR, 2019), pioneiro nos estudos da Linguística de *Corpus*, recomenda que, no caso dos estudos sobre a Metáfora, “a análise manual não seja substituída pela de uma máquina, mas que a automação seja um recurso adicional para os grupos de pesquisa”. E este é um dos procedimentos metodológicos adotados neste trabalho.

Já a pesquisa qualitativa, segundo Gunther (2008, p. 202), “prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis”, em contraponto à pesquisa quantitativa. Para o autor, o estudo qualitativo concebe a compreensão como princípio do conhecimento, salienta a construção da realidade e objetiva a descoberta e a construção de teorias.

Por fim, o método misto, presente nesse estudo, permite selecionar técnicas quantitativas para lidar com a grande quantidade de dados de um *corpus*, organizando-os e elencando-os estatisticamente de acordo com a frequência em que surgem. Da mesma forma, esse procedimento possibilita a análise de cunho interpretativista, de um pesquisador que não se isenta, mas cumpre seu papel de “instrumento” no processo de investigação. Desse modo, o método misto de pesquisa dá-se a partir de uma abordagem qualiquantitativa.

3.2 O *Corpus*

O *corpus* de análise é composto por 112 relatos protagonizados por mulheres vítimas de situações de violência, gerados em diferentes grupos da rede social *Facebook*, totalizando 20.102 palavras. São, em sua maioria, narrativas de experiência pessoal (LINDE, 1993), em primeira pessoa, como relatos de procedimento e de opinião que permitem a observação dos tipos de atos de violência sofridos pelas mulheres participantes desses grupos.

A representatividade de um *corpus* é um ponto polêmico e muito controverso na área da Linguística de *Corpus*. Sardinha (2004, p. 22) afirma que quanto maior a extensão de um

corpus mais representativo de uma língua ele será. No entanto, a determinação de critérios para o tamanho ideal de um *corpus* ainda é um aspecto pouco pesquisado, como aponta Gonzalez (2007, p.43). Sinclair (1996) aponta ainda o fato de não haver abordagens formais para estabelecer a representatividade de um *corpus*.

Devido a esses fatores, Sardinha (2004, p. 26), dedicando-se às pesquisas referentes à variação de tamanho de *corpus* em estudos linguísticos existentes e amplamente aceitos por pesquisadores da área, estabeleceu uma classificação (tabela 2) na qual o *corpus* desta pesquisa é reconhecido como pequeno.

Tabela 2 - Classificação de corpora

Tamanho em palavras	Classificação
Menos de 80 mil	Pequeno
80 a 250 mil	Pequeno-médio
259 mil a 1 milhão	Médio
1 milhão a 10 milhões	Médio-grande
10 milhões ou mais	Grande

Fonte: SARDINHA, 2014.

Cabe salientar que o presente estudo, por se tratar de uma pesquisa com natureza eminentemente qualitativa e interpretativista, toma um olhar profundo sobre os dados e o tamanho do corpus acaba por perder a relevância frente a estudos meramente quantitativos que apenas abrangessem análises estatísticas.

3.2.1 O Contexto

O contexto em que se dá a pesquisa é o dos ambientes virtuais. A escolha por gerar e montar um *corpus* próprio para este estudo foi feita por admitir essa como a opção que melhor se enquadra em pesquisas que buscam refletir ocorrências do uso real da língua, seguindo a tendência recente de investigações empíricas na área da Linguística Cognitiva (COSTA JÚNIOR, 2019, p. 48). Para tanto, o *corpus* desta pesquisa foi gerado no *site* de relacionamentos *Facebook*, pois, além de permitir um estudo de interações bastante próximas da face a face (SALIÉS; SHEPPERD, 2013, p. 8), também possibilita pesquisas sobre as

particularidades das comunicações em ambientes virtuais e da participação da mulher nesses universos.

O *Facebook* é um dos *sites* de relacionamento mais populares do Brasil, com mais de 130 milhões de usuários no país (STATISTA, 2019)⁶. É um espaço virtual peculiar de comunicação (LIMA, 2004) que agrega pessoas de diferentes idades, classes sociais e graus de instrução (CARVALHO; KRAMER, 2013, p. 80). Os usuários partilham essa plataforma para utilização de diversos recursos digitais e inúmeras possibilidades de compartilhamento de conteúdo. Os participantes dessa rede social podem criar um perfil, postar sobre interesses pessoais e profissionais, trocar mensagens de texto, imagens e vídeos em tempo real.

Segundo Saliés e Shepherd (2013, p. 8), investigações linguísticas pertinentes a ambientes virtuais, ou seja, os estudos relativos à Linguística da Internet, são relevantes pois o entendimento de contextos e padrões interacionais, bem como registros, rituais pragmáticos e recursos discursivos da comunicação digital é uma condição indispensável para a compreensão da “sociedade em que vivemos e de questões inerentes à Linguística, como a relação entre linguagem, sociedade e cognição”. Nesse sentido, a presente dissertação visa contribuir entendimentos.

Latham (2018) aprofunda-se nas questões relacionadas ao mundo virtual como separado de um mundo real. Para a teórica, tal dicotomia nem mesmo existe. Ela não considera

que exista um espaço irreal (“mundo virtual”) no qual os indivíduos, ao se apresentarem em suas páginas pessoais, ao participarem de jogos online ou ao discutirem tópicos de seu interesse em fóruns de discussão on-line, participem de um mundo virtual que não interaja ou negocie com aspectos da vida real. Acredito que, ao considerar como dicotômicos os mundos real e virtual, perdemos de vista como o ciberespaço e a vida cotidiana (real?) estão inextricavelmente interligados (LATHAM, 2018, p. 43).

Para Latham (2018), uma linha clara de separação entre o mundo virtual e o real não poderia ser traçada, uma vez que os próprios usuários da comunicação mediada por computador (CMC) “muitas vezes se veem como uma mistura de suas identidades dentro e fora da rede.” Nesse mesmo sentido, Jones (2004, apud LATHAM, 2018) discorre sobre estudos que investigaram essa dicotomia e que obtiveram como resultado o fato de que a maior parte dos usuários da CMC “a considera como uma extensão de suas interações sociais da ‘vida real’ e não como separada dela”. O pesquisador aponta ainda que, ao contrário de apenas levar os internautas ao “ciberespaço”, o efeito das comunicações virtuais é o do

⁶ Statista é uma empresa alemã especializada em dados estatísticos de mercado e consumidores. Disponível em <<https://www.statista.com/>>. Acesso em 10 out 2020.

fortalecimento das relações entre o usuário, sua comunidade e circunstâncias materiais existentes.

Em uma visão semelhante, Carvalho e Kramer (2013, p. 81) postulam que *sites* de relacionamentos, como o *Facebook*, atuam como “representação virtual dos relacionamentos entre os seres humanos em seu mundo real”. Exemplo disso seria, então, o comportamento frequente dos internautas de se agruparem de acordo com interesses em comum. Recuero (2014, p. 117) explicita, ainda, que o *Facebook*, além de proporcionar aos seus membros a manutenção das conexões sociais já existentes, também permite “a associação com outros atores que não conhecemos ou que conhecemos muito pouco e com os quais dificilmente teríamos oportunidade de aprofundar os laços sociais”.

Esse fator possibilita o surgimento de grupos com uma quantidade imensa de usuários que se unem com um propósito em comum, como os grupos dos quais retirei relatos a fim de montar o *corpus* desta pesquisa. Esses grupos, em específico, são comunidades virtuais fechadas, administradas por uma ou mais usuárias, que só permitem a entrada de outros perfis nesse espaço virtual privado após solicitação e análise dos mesmos pelas administradoras. Essas comunidades, formadas por membros de diferentes regiões do Brasil, são caracterizadas por terem em comum a motivação ativista relacionada às pautas sociais, como o feminismo e/ou a militância LGBTQ+⁷.

Todavia, a existência desses grupos virtuais, nos quais me integro como participante-observadora, parece apresentar motivações para além da prática social de agrupamento por interesses em comum. Para a linguista americana Susan Herring (2013, p. 101), uma das pioneiras nos estudos de gênero na CMC, o discurso mediado pelo computador não é democrático. Para Latham (2018, p. 58), o motivo que levou pesquisadores da área da CMC a supor que os ambientes virtuais seriam “uma verdadeira ágora democrática em que os interlocutores, livres de preconceitos de gênero, raça, idade, tamanho, peso, deficiências físicas seriam avaliados somente por suas idéias” e que as relações de poder seriam suplantadas foi o fato de que não haveria a possibilidade da observação de pistas extralinguísticas – tais como vestuário, aparência física e tom de voz.

No entanto, segundo Caetano, Fragoso e Recuero (2017), fatores que pareciam externos à CMC, dissociados da rede, passaram a ser vistos de forma integrada. “Um desses casos é a violência presente em diversos segmentos da Internet e sob diferentes matizes, como a violência simbólica de gênero, que se tornou mais relevante nas problematizações

⁷ O termo refere-se às diferentes orientações sexuais e de gênero e à diversidade de identidades que englobam os sujeitos que desviam de uma normativa binária e heterossexual.

acadêmicas” (CAETANO; FRAGOSO; RECUERO, 2017, p. 3). A violência simbólica é abordada por Bourdieu (1991) como a legitimação da dominação econômica e simbólica na sociedade que, para além da linguagem, tem sua origem na naturalização das relações de poder e da imposição de uma determinada ordem social. Essa violência é também relacionada ao discurso, cuja função é aquela de constituir o poder simbólico.

Em relação à interação diferenciada dos gêneros no ambiente virtual, Herring (2013, p. 101) afirma que “padrões interacionais que favorecem os homens e não as mulheres foram transferidos do face a face para a CMC”. Spender (1980) corrobora essa ideia ao postular que a mulher tem “a percepção de que falar em público é domínio masculino” (apud HERRING, 2013, p. 101).

Essa compreensão se reflete em ambientes públicos virtuais, fazendo surgir um obstáculo na participação *on-line* das mulheres nesses espaços, pois as forças sociais do não-virtual se espelham no virtual. Herring (2013, p. 116) aponta que as preferências interacionais das mulheres nos ambientes virtuais “refletem as normas de socialização dos gêneros, pois as mulheres no mundo ocidental industrializado são tradicionalmente educadas para falar menos em público do que os homens, serem sociáveis e evitar conflito”.

A existência desses grupos virtuais exclusivos de mulheres – e centrados nas mulheres – assemelha-se aos fóruns *on-line* exclusivamente femininos observados por Balka (1993), Korenman e Wyatt (1996), nos quais as próprias mulheres controlam o tópico e o modo de discussão. Herring, Johnson e DiBenedetto (1995 apud HERRING, 2013, p. 101) sugerem, ainda, que esses locais virtuais exclusivos existam “com o propósito explícito de abrir espaços discursivamente empoderadores para as mulheres, em contraste com espaços públicos da internet, dominados por homens em sua maioria”.

É com base nessa teoria, que a exploração de um contexto tão específico e peculiar como o das interações femininas, em ambientes exclusivos virtuais, se torna tão relevante no que concerne a investigação do processo de categorização da VIOLÊNCIA sofrida por mulheres. Como afirma Lakoff (1987, p. 5), a compreensão de como categorizamos é central para o entendimento de como pensamos e funcionamos e, portanto, central para o entendimento do que nos torna humanos.

3.3 Objetivos e Perguntas de Pesquisa

Com esta investigação, busco contribuir para gerar entendimentos sobre o modo de estruturação do conceito de VIOLÊNCIA por meio dos processos de categorização, utilizando-me dos pressupostos da Visão Multiníveis da Metáfora Conceitual.

Meus objetivos específicos são:

- a) Identificar e analisar as metáforas relacionadas ao conceito de VIOLÊNCIA que emergem no corpus, à luz da Visão Multiníveis da Metáfora Conceitual (KOVECSES, 2017);
- b) Analisar a estruturação da categoria VIOLÊNCIA, à luz da Teoria dos processos de categorização, no âmbito da Linguística Cognitiva;
- c) Abordar questões metodológicas, avaliando o uso do programa *AntConc* e sua adequação como o instrumento da pesquisa em LC;
- d) Discutir as contribuições do estudo da conceptualização de VIOLÊNCIA às áreas da Sociologia e Antropologia;

Para atingir tais objetivos, elaborei as seguintes perguntas de pesquisa:

- 1) Que papel a metáfora exerce na conceptualização de violência pelas mulheres cujos relatos compõem o *corpus* da pesquisa?
- 2) Como as mulheres, cujos relatos compõem o *corpus* da pesquisa, estruturam a categoria VIOLÊNCIA a partir das âncoras lexicais e discursivas presentes na interação??
- 3) Quais as contribuições sociais este estudo poderia oferecer?

3.4 Procedimentos Metodológicos

A geração de dados foi iniciada dentro do *site* de relacionamentos *Facebook*, no qual inseri um perfil feminino em grupos que se autodescrevem como feministas e/ou militantes

LGBTQ+. Esses grupos também afirmam ter o objetivo de fomentar discussões sobre aspectos sociais, tais como o machismo e a homofobia. Assim sendo, analisei as publicações de maneira geral e constatei que a maior parte das usuárias tende a alertar os outros integrantes sobre o tipo de tema a ser abordado. Sabendo-se que um tema pode causar comoção dado o seu teor, as usuárias optam por utilizar as palavras “GATILHO”, “TRIGGER WARNING” ou “TW” no início do texto.

Tendo em vista esse fato, utilizei o mecanismo de busca de palavras do *Facebook* dentro do grupo para encontrar as entradas “GATILHO”, “TRIGGER WARNING” ou “TW”, cada uma sendo buscada separadamente. Após a pesquisa dessas palavras, constatei a existência de diversas publicações em que as usuárias narravam episódios de violências distintas sofridas, narrações estas que passaram a constituir o *corpus* desta pesquisa.

Em um primeiro momento, compilei os 112 relatos encontrados em arquivo *.doc*. No entanto, visando utilizar posteriormente o *software AntConc 3.2.4* (ANTHONY, 2012) para otimizar a análise do *corpus*, a padronização dos relatos coletados em arquivos *txt*. foi necessária. O *software*, que dentre várias funções, contabiliza a frequência de ocorrência de uma palavra, acaba por reconhecer em grupos distintos a mesma palavra se esta estiver representada com ortografia diferente.

Por exemplo, se a mesma palavra aparece no singular e no plural, abreviada ou não, com acento e sem acento, com a ortografia correta e incorreta, ela será contabilizada pelo programa em grupos diferentes. Para uma análise semântica, essas são diferenças não trazem impacto e, portanto, podem ser desconsideradas. Para a transformação de caracteres especiais em caracteres pertencentes ao *American Standard Code for Information Interchange* (ASCII) – mais facilmente lido pelo *AntConc* – criei um programa em linguagem *python* (ROSSUM, 1991)⁸ que realizasse essa função, padronizando, finalmente, os dados.

3.5 Procedimentos de Análise

3.5.1 A Análise Quantitativa

⁸ *Python* (ROSSUM, 1991) refere-se a uma linguagem de programação de alto nível. Foi lançada por Guido van Rossum em 1991.

Primeiramente, foi realizada uma leitura manual do *corpus* para a identificação manual das metáforas seguindo o método *MIP* – *Metaphor Identification Procedure* (PRAGGLEJAZ GROUP, 2007, p. 3). O método apresenta quatro passos a serem seguidos:

1. Leia todo o texto-discurso para estabelecer uma compreensão geral de seu sentido.
2. Determine as unidades lexicais no texto-discurso.
3. (a) Para cada unidade lexical no texto, estabeleça o seu significado no contexto, ou seja, como é aplicada a uma entidade, relação, ou atributo na situação evocada no texto (significado contextual). Considere o que vem antes e depois da unidade lexical.
- (b) Para cada unidade lexical, determine se há um significado mais atual e mais básico em outros contextos do que nesse a ser analisado. Para o que propomos, significado básico é:
 - Mais concreto (o que ele evoca é mais fácil de ser imaginado, visto, ouvido, sentido etc.);
 - Relacionado à ação corporal;
 - Mais preciso (em oposição ao vago);
 - Historicamente mais antigo.
 Os significados básicos não são, necessariamente, os mais frequentes da unidade lexical.
- (c) Se a unidade lexical tem um significado básico mais atual em outros contextos do que no analisado, defina se o significado contextual se diferencia do significado básico, mas pode ser entendido em comparação a ele.
4. Se sim, marque a unidade lexical como metafórica.

Durante a análise das unidades lexicais encontradas no *corpus*, o Dicionário Eletrônico Houaiss (HOUAISS, 2020) foi utilizado na verificação da existência de palavras com significados mais concretos, precisos ou relacionados à ação corporal que pudessem substituir as expressões metafóricas encontradas, como sugerido pelo *MIP* (PRAGGLEJAZ GROUP, 2007, p. 3). Nessa etapa, algumas metáforas conceptuais foram elencadas, tais como VIOLÊNCIA É SUJEIRA, VIOLÊNCIA É PUNIÇÃO, VIOLÊNCIA É GUERRA etc. Para buscar as ocorrências das expressões metafóricas relacionadas às metáforas conceptuais encontradas, o *software AntConc 3.2.4* (ANTHONY, 2012) foi utilizado.

O programa *AntConc 3.2.4* (ANTHONY, 2012) é um *software* gratuito de processamento de *corpus* amplamente utilizado em pesquisas linguísticas. Dentre as variadas funções do programa, é possível que ele exiba a lista de palavras mais utilizadas (*Word List*), listas de concordâncias (*Concordance*) e de palavras-chaves (*Keyword*). Segundo Barreiros (2017, p. 220), “estas ferramentas são de grande relevância para o linguista [...], pois fornece o conjunto das combinações e das colocações que a palavra pode ter em um determinado *corpus*”. Nessa etapa, a ferramenta utilizada foi a *Concordance*.

Para selecionar as unidades lexicais a serem buscadas no programa, optei pela procura, no dicionário, dos significados das palavras representadas no domínios-fonte das metáforas

elencadas anteriormente de forma manual. Por exemplo, no caso da metáfora VIOLÊNCIA É CAÇA, busquei os significados relacionados ao verbo “caçar” no Dicionário Eletrônico Houaiss (HOUAISS, 2020). Para a metáfora VIOLÊNCIA É PUNIÇÃO, o verbo “punir” foi buscado no dicionário. O mesmo ocorreu com todas as metáforas elencadas sucessivamente. As entradas lexicais mais concretas que emergiram das definições dicionarizadas formam “gatilhos” (em morfologia tradicional conhecidos como “lemas”), tal qual demonstrado na Tabela 3 e depois finalmente aplicadas ao programa *AntConc*.

Tabela 3 – Gatilhos e Metáforas no Uso do AntConc (continua)

METÁFORA	PALAVRA BUSCADA NO DICIONÁRIO HOUAISS	GATILHOS DE BUSCA
VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTÊINER	Forçar	coag* constrang* estupr*(invasão) viol*(invasão) forç* arromb* obrig*
VIOLÊNCIA É INVASÃO DO CONTÊINER	Invadir	penetr* tom* ocup* conquist* usurp* estupr* viol*
VIOLÊNCIA É SUJEIRA	Sujar	suj* manch* polui* corromp* pervet* noj*
VIOLÊNCIA É PUNIÇÃO	Punir	puni* corrig* castig* culp*
VIOLÊNCIA É FILME DE TERROR	Filmar Terror	film* registr* observ* vigi* med*(perigo) apavor* pavor susto assust* terror
VIOLÊNCIA É CEGUEIRA	Cegueira	ceg* vist* vis*

		ver enxerg*
VIOLÊNCIA É PERIGO	Perigo	perig* ameaç* risco dano med*
VIOLÊNCIA É GUERRA	Guerra	guerr* lut* combat* pelej* conflit* arm* atac* ataq* defesa defend*
VIOLÊNCIA É DOENÇA	Doença	doença adoec* cur* mal do*
VIOLÊNCIA É CAÇADA	Caçar	caç* perseg* prend*(prisão) mat* aprision* apanh* agarr*
VIOLÊNCIA É PRISÃO	Prisão Prender	Prisão Prend* Captur* Cativoiro Cadeia Corrente Livr* Laço Restring* Liber*

Fonte: A autora, 2020.

Após esse processo, utilizei a ferramenta *concordance* do *AntConc*, permitindo que, a partir dos gatilhos, os excertos contendo expressões metafóricas relacionadas às metáforas conceituais elencadas anteriormente pudessem ser encontrados no *corpus*. O número de excertos encontrados para cada metáfora encontra-se disposto na Tabela 4:

Tabela 4 – Número de Excertos (continua)

METÁFORA	NÚMERO DE EXCERTOS
VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTEINER	51
VIOLÊNCIA É PERIGO	33
VIOLÊNCIA É PUNIÇÃO	30
VIOLÊNCIA É SUJEIRA	24
VIOLÊNCIA É INVASÃO DO CONTÊINER	23
VIOLÊNCIA É CAÇADA	20
VIOLÊNCIA É DOENÇA	15
VIOLÊNCIA É GUERRA	14
VIOLÊNCIA É FILME DE TERROR	10
VIOLÊNCIA É PRISÃO	7
VIOLÊNCIA É CEGUEIRA	4

Fonte: A autora, 2020

3.5.2 A Análise Qualitativa

Por fim, observo qualitativamente as metáforas existentes nos excertos e de que forma estruturam cognitivamente no *corpus* VIOLÊNCIA. Ao fazê-lo, além de abarcar o conceito de categorização, também abraço como norte as concepções de espaços mentais, *frames*, domínios matrizes e esquemas imagéticos presentes na Visão Multiníveis da Metáfora Conceitual e desenvolvidas no capítulo que trata do arcabouço teórico (capítulo 2) à luz do contexto comunicacional em que ocorrem as postagens.

4 A CONCEPTUALIZAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Neste capítulo, desenvolvo a análise relacionada à conceptualização de VIOLÊNCIA. Uso excertos organizados a partir do *corpus* e sigo os processos metodológicos apontados no capítulo Metodologia (cap. 3), baseando-me nos conceitos de categorização (LAKOFF, 1987) e na teoria da visão multiníveis da metáfora conceptual (KÖVECSES, 2017). Para tanto, apresento a análise de seis metáforas conceptuais. São elas as duas mais frequentes no *corpus* (VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTÊINER e VIOLÊNCIA É PERIGO), duas com frequência intermediária (VIOLÊNCIA É CAÇADA e VIOLÊNCIA É GUERRA) e duas de baixa frequência (VIOLÊNCIA É PRISÃO e VIOLÊNCIA É CEGUEIRA).

4.1 VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTÊINER

A força é definida primordialmente pelo Dicionário Houaiss (2020) como um “agente físico capaz de alterar o estado de repouso ou de movimento uniforme de um corpo material”, “algo desconhecido que faz mover algo ou alguém”. Na física, a força é entendida como o agente da dinâmica responsável por modificar o estado de repouso ou movimento de um corpo. Essa força exercida sobre um corpo sempre gerará uma reação, ou seja, uma força contrária de igual grandeza (BRASILESCOLA, 2020).

O processo da descoberta da força física pelos seres humanos, assim como a conceptualização do corpo como um CONTÊINER, advém de experiências corporais primárias – sensoriais e perceptuais – na interação com o mundo. São vivências capazes de constituir e estruturar padrões esquemáticos de imagem, pertencentes à memória de longo prazo.

Na Tabela 5, apresento alguns excertos, relacionados ao domínio-fonte FORÇA CONTRA CONTÊINER retirados do *corpus*. Encontram-se em negrito as pistas linguístico-discursivas que o acionam.

Tabela 5- Excertos do *corpus* relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTÊINER (

Exemplo	Excerto	Relato/ Localização
1	[...] Ele tava sem camisa e ja tinha o visto " pegar " outras meninas meio q a força por perto de mim... Enfim, ele me pegou bem forte pelo braço (os dedos ficaram marcados, roxo no dia seguinte), me jogou na parede e tentou me beijar. Eu empurrei e disse q nao queria. Ele passou a mao em mim, do gavião baixo da minha bermuda até o meu pescoço, de baixo pra cima. Eu dei um tapa nele e gritei, empurrei e td mundo olhou. Ele saiu bem puto.	12
2	[...] Época de colegio se vc fazia algo com algum menino era rotulada de puta, piranha (?). Enfim, na época, um embuste forçou super a barra comigo, e forçou literalmente alguns atos sexuais, eu tive que usar de força física pra ele parar , pq o "não" pra ele nao adiantou [...]	46
3	[...] então quando eu vinha passando pela ponte um homem de moto parou ao meu lado e perguntou " quanto você quer pra me deixar ver você nua" eu fiquei totalmente sem reação por que achava que se dissesse não ele ia me levar a força , mas aí eu disse que não queria nada e que eu não era assim ele foi embora [...]	69

Fonte: Facebook (2020)

Como proposto por Kövecses (2017), o primeiro nível de esquematicidade na organização multiníveis da MC é o nível dos esquemas imagéticos. A FORÇA CONTRA CONTÊINER funciona como um domínio-fonte com alguns membros, como o ser detentor de força, o movimento por ele percorrido, sua velocidade, sua trajetória e o ser ou objeto que sofrerá o impulso. Aponto aqui os esquemas que mais caracterizam o domínio de acordo com os excertos do *corpus* expostos na Tabela 5, criada a partir da listagem de esquemas imagéticos proposta por Ferrari (2014). São esses os esquemas de ESPAÇO, ESCALA,

CONTÊINER, FORÇA e de EXISTÊNCIA. Esses esquemas abrangem as relações esquemáticas apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Esquemas Imagéticos de FORÇA CONTRA CONTÊINER

ESQUEMAS IMAGÉTICOS	RELAÇÕES ESQUEMÁTICAS
ESPAÇO	PERTO-LONGE E CONTATO
ESCALA	TRAJETÓRIA
CONTÊINER	CONTENÇÃO, DENTRO-FORA, SUPERFÍCIE E CONTEÚDO
FORÇA	FORÇA, FORÇA CONTRÁRIA, COMPULSÃO, RESTRIÇÃO E BLOQUEIO
EXISTÊNCIA	OBJETO, PROCESSO

Fonte: A autora, 2020

No segundo nível, há o domínio matriz FORÇA CONTRA CONTÊINER, que é caracterizado por uma atividade na qual um ser vivo percorre uma TRAJETÓRIA com determinada velocidade - podendo fazer uso ou não de um OBJETO - um MOVIMENTO que gera impulsão e, que ao tocar a SUPERFÍCIE de um CONTÊINER, é capaz de movê-lo e, nesse PROCESSO, modificar seu estado natural.

O domínio FORÇA CONTRA CONTÊINER consiste em alguns *frames*, situados no terceiro nível de esquematicidade proposto por Kövecses (2017). Alguns desses *frames* estão aqui elencados: o *frame* INÉRCIA evoca a ideia de um corpo parado ou em velocidade estável; o *frame* MOVIMENTO indica a direção e a trajetória percorrida pelo gerador da força/ atuante; o *frame* MAGNITUDE abrange a grandeza da força em termos de escala, assim como as consequências quantitativas da aplicação dessa força; o *frame* ATRITO consiste na força de um corpo que resiste ao movimento de um gerador de força/ atuante imputado sob ele, ou seja, a força contrária do receptor da primeira força.

O quarto nível, dos espaços mentais constitui-se de instâncias específicas de papéis e relações concebidas ao reunir as informações dos níveis supraindividuais às informações contextuais, ou seja, do discurso. Kövecses (2017) propõe que determinados aspectos do domínio-fonte perfilados na elaboração dos espaços mentais – intitulado de focos de significado – podem ser capturados por mapeamentos. A partir dos excertos elencados na Tabela 5, nota-se o perfilamento dos seguintes aspectos de FORÇA CONTRA CONTÊINER: (1) gerador de força / atuante, (2) força física, (3) receptor da força e (4) força de atrito.

O domínio-fonte FORÇA CONTRA CONTÊINER contribui produtivamente na significação do domínio alvo VIOLÊNCIA. Os focos de significado perfilados podem ser resumidos no seguinte mapeamento:

- (1) gerador de força / atuante ▼ violentador
- (2) força física ▼ intimidação física ou psicológica do violentador sob a vítima
- (3) receptor da força ▼ mulher vítima de violência de gênero
- (4) força de atrito ▼ reação da mulher perante violência sofrida

No excerto (1), a relatante conta ter sofrido abuso sexual e agressão física por parte de um homem em uma festa. Em seu discurso, narra ter visto outras mulheres serem “pegas” à força por ele – ou seja – já teriam sofrido abuso sexual por parte dele, até que enfim o mesmo acontece com a narradora. De forma agressiva, a vítima é jogada na parede e beijada contra sua vontade- o que configuraria um episódio de violência física e sexual no livro “Violência contra a mulher” (BRASIL,2020) -, mas reage empurrando seu algoz e gritando para que outros pudessem ver a situação que a afligia. Nesse contexto, são abertos os espaços mentais do medo, da insegurança, da agressão física e da reação. Todos esses espaços mentais contribuem para a construção dos significados das expressões do excerto 1.

O domínio FORÇA CONTRA CONTÊINER participa da conceituação de VIOLÊNCIA por meio de três *frames*: INÉRCIA, MOVIMENTO e ATRITO. O *frame* INÉRCIA relaciona-se ao estado da vítima antes da agressão por ela sofrida. Apesar de a narradora ter presenciado seu futuro violentador abusando de outras vítimas, ainda não havia aventado uma reação a essas situações; o *frame* MOVIMENTO engloba tanto a agressão física do violentador, quanto a intimidação e a agressão sexual em si, e o *frame* ATRITO envolve as ações que a vítima precisou executar - empurrar e gritar - para se livrar dos ataques do violentador. Esses *frames* encontram-se estruturados em apenas alguns aspectos do nível mais esquemático. São eles os esquemas imagéticos de ESPAÇO, ESCALA, CONTÊINER e FORÇA.

Já no excerto (2), a relatante recorda o passado e compartilha com seu grupo algumas lembranças do convívio com outras crianças enquanto estava na escola. Ela narra que as meninas que faziam “alguma coisa” com algum menino, certamente seriam rotuladas pela comunidade como uma menina vulgar. Ela conta ainda sua experiência com um “embuste” que “forçou a barra” com ela para obter vantagem sexual e que a reação de apenas falar “não” não foi o suficiente. Ela precisou usar força física contra o rapaz para poder sair daquela situação. Trata-se de um relato que expõe a realidade das violências consideradas psicológicas

e sexuais, segundo a classificação encontrada no livro “Violência contra a mulher” (BRASIL, 2020). Tal contexto contribui para a abertura de espaços mentais que envolvem o medo de ser rotulada vulgar, a agressão física e o abuso sexual por parte do violentador, o sentimento de insuficiência e incapacidade de ser respeitada, além do reconhecimento do uso necessário da força contra o rapaz.

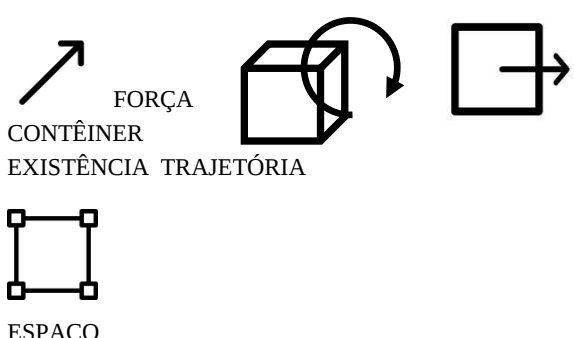
A VIOLÊNCIA é conceptualizada pela narradora através do acionamento de *frames* como MOVIMENTO que engloba as estratégias e táticas psicológicas e de força para envolver a vítima, MAGNITUDE, pois a vítima entende que a grandeza da violência sofrida é tão descomunal que apenas dizer “não” não seria capaz de salvá-la, ela precisaria reagir também com força física e ATRITO, que engloba justamente a reação necessária contra a ação do violentador. Tais *frames* estruturam relações esquemáticas nos esquemas imagéticos de ESPAÇO, ESCALA, CONTÊINER e FORÇA.

No excerto (3), a relatante narra um momento de pânico pelo qual passou enquanto andava sozinha por uma ponte. Aponta ter sido parada por um homem em um carro que questionou o preço que ela cobraria para se deixar ser vista nua. Ela narra a insegurança que sentiu e a incapacidade de reagir a investida por alguns instantes, por conta do medo de acabar sendo levada pelo homem no carro contra sua vontade caso ela negasse a tentativa do assediador. Segundo o livro “Violência contra a mulher” (BRASIL, 2020), ações como a humilhação, ridicularização e intimidação da mulher são consideradas atos de violência psicológica. Os espaços mentais abrangem, entre outros temas, a insegurança, o medo de andar sozinha, o pânico gerado pelo assédio, a dúvida sobre como reagir, além da separação entre mulheres que aceitam e as que não aceitam tal tipo de investida.

O domínio é sustentado pelos seguintes *frames*: INÉRCIA, MOVIMENTO e ATRITO. O *frame* INÉRCIA retrata o modo de desespero e não reativo em que a vítima se encontrava primeiramente, até decidir o que falar e o que fazer. Já o *frame* MOVIMENTO engloba a trajetória do predado até seu alvo e as estratégias de intimidação dele para com a vítima. O *frame* ATRITO abrange o fato de que mesmo em pânico, a intimidação do assediador gerou uma reação da vítima, necessária para que ela tentasse sair da situação que a afligia. Tais *frames* são estruturados dentro do domínio FORÇA CONTRA CONTÊINER pelos esquemas imagéticos ESPAÇO, ESCALA, CONTÊINER, EXISTÊNCIA e FORÇA.

A análise aqui apresentada encontra-se resumida na Quadro 1 que ilustra os níveis esquemáticos da metáfora conceptual VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTÊINER:

Quadro 1 – Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTÊINER

FORÇA CONTRA CONTÊINER	VIOLÊNCIA
EI  FORÇA CONTÊINER EXISTÊNCIA TRAJETÓRIA ESPAÇO	VIOLÊNCIA
DM GERADOR DE FORÇA/ ATUANTE FORÇA RECEPTOR DA FORÇA FORÇA DE ATRITO	VIOLENTADOR AGRESSÕES MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA REAÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA
FR INÉRCIA Corpo parado ou em velocidade constante ATRITO Força contrária à força recebida MOVIMENTO a trajetória percorrida pelo gerador da força/ atuante MAGNITUDE a grandeza da força em termos de escala e as consequências quantitativas da aplicação dessa força	INÉRCIA Estado físico e psicológico da vítima antes de sofrer violência ATRITO Reação da vítima ao sofrer violência MAGNITUDE Consequências da violência: morte, ferimentos, perda da liberdade etc. MOVIMENTO Agressões físicas, sexuais e psicológicas
EM Excerto 1: O homem pega mulheres à força Excerto 2: O homem força a barra com a mulher	Excerto 1: O violentador pratica assédio sexual Excerto 2: O violentador intimida a mulher para se aproveitar sexualmente dela

Fonte: A autora, 2020

4.2 VIOLÊNCIA É PERIGO

O perigo é definido pelo Dicionário Houaiss (2020) como uma “situação em que se encontra, sob ameaça, a existência ou a integridade de uma pessoa, um animal, um objeto etc.”. Já ameaça é definida pelo mesmo dicionário como “ação, gesto ou palavra que intimida; promessa de castigo ou malefício” (HOUAISS, 2020). Correr perigo é permanecer sob estado de ameaça e estar sob estado de ameaça é estar vulnerável aos danos proporcionados por fatores externos.

Apresento, na Tabela 7, alguns excertos relacionados ao domínio-fonte PERIGO retirados do *corpus* e, em negrito, encontram-se as pistas linguístico-discursivas que o acionam.

Tabela 7 - Excertos do *corpus* relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É PERIGO

Exemplo	Excerto	Relato/ Localização
1	[...] quando eu ameaçava de sair da casa onde morávamos ele tentava alguma forma de suicídio , ou ameaças do tipo colocar fogo na casa ou me trancar pra não sair [...] Me ameaçou com tesoura e espelho quebrado cortante [...] fico trêmula de lembrar toda a cena. Consegui escapar depois de horas trancada[...] não é fácil mesmo ele preso ainda estou com medo [...] Chegou a falar que se eu não tomasse os remédios que o psiquiatra passou nós iam terminar[...]	16
2	[...] Ele gritou, disse que ia mandar matar todas nós. Disse que faria da minha vida um inferno , pois nunca apoiei [...] Ele se exalta demais, ameaça bater na minha mãe , mas ela não deixa ele. [...] Minhas feridas vão muito além das físicas, que já sararam [...]	25
3	[...] um cara da msm sala ficava dando em cima de mim, me chamando pra comer pizza e etc e eu recusei [...] até q na hora q eu tava chegando perto do ponto de ônibus ele simplesmente decide de me agarrar contra a minha vontade e	79

	isso todo mundo estava vendo e ninguém fez nada [...] o povo me ameaçou dizendo q eu tava mentindo e várias outras coisas além deles querer bater em mim [...]	
--	---	--

Fonte: Facebook, 2020.

O domínio matriz PERIGO funciona como um domínio-fonte com diversos elementos como, por exemplo, o quê/ quem oferece perigo, o quê/ quem está em risco, o tipo de perigo que é enfrentado e as consequências das ameaças se concretizarem. Apresento aqui apenas os esquemas que mais caracterizam o domínio de acordo com os excertos do *corpus* expostos na Tabela 7, criada a partir da listagem de esquemas imagéticos proposta por Ferrari (2014). São esses os esquemas de ESPAÇO, ESCALA, CONTÊINER, FORÇA e de EXISTÊNCIA. Esses esquemas abrangem as relações esquemáticas apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8 - Esquemas Imagéticos de PERIGO

ESQUEMAS IMAGÉTICOS	RELAÇÕES ESQUEMÁTICAS
ESPAÇO	CONTATO
ESCALA	TRAJETÓRIA
CONTÊINER	CONTENÇÃO
FORÇA	FORÇA CONTRÁRIA, RESTRIÇÃO, BLOQUEIO
EXISTÊNCIA	REMOÇÃO, CICLO, OBJETO E PROCESSO

Fonte: A autora, 2020

No segundo nível, o domínio matriz PERIGO consiste em alguns esquemas. O perigo é uma parte da TRAJETÓRIA de um ser vivo, durante seu CICLO de vida, em que ele se depara com a ameaça de sua RESTRIÇÃO, CONTENÇÃO ou REMOÇÃO imposta por outro ser vivo ou objeto que possui mais FORÇA.

No terceiro nível de esquematicidade, encontram-se os *frames* constituintes do domínio perigo. São eles: o *frame* AMEAÇA indica o tipo de risco que é experienciado e o tipo de relação entre quem ameaça e quem é ameaçado; O *frame* SEGURANÇA abrange o nível de seguridade ou de periculosidade em que se encontra o ser em perigo; O *frame* SALVAÇÃO dá conta das artimanhas calculadas pelo ser que está em perigo para se salvar; os *frames* TRAUMA e MORTE são acionados por serem possíveis consequências para seres vivos que correm perigo.

Em relação aos focos de significado, ficam assim estabelecidos: (1) Ameaça à integridade da vida, (2) Salvação do ser vivo que está em perigo, (3) Consequências da situação de perigo. Esses podem ser resumidos no seguinte mapeamento:

- (1) Ameaça à integridade da vida ▼ ameaça de morte à mulher feita pelo homem;
- (2) Salvação do ser vivo que está em perigo ▼ fuga da vítima de violência ou prisão do homem violentador;
- (3) Consequências da situação de perigo ▼ lesões físicas e psicológicas e morte da vítima de violência.

No excerto (1), a narradora conta sua experiência ao viver um relacionamento abusivo com um homem “suicida e dependente químico”. Ela narra que apesar das ex-namoradas de seu companheiro já terem aberto boletim de ocorrência contra ele, nenhuma delas teve “a coragem de prender o covarde”. Além das constates agressões físicas, a relatante narra as diversas ameaças proferidas pelo companheiro: cometer suicídio, atear fogo na casa e trancá-la dentro, machucá-la com um espelho quebrado e terminar a relação.

As ameaças culminam em um episódio de agressão extremamente traumático para a vítima e a partir de então, ela decide ir até uma Delegacia de Mulheres denunciar. A sensação de perigo é tão recorrente, que mesmo após denunciar seu companheiro e vê-lo preso, a vítima confessa ainda sentir-se insegura. Os espaços mentais abertos são os de medo de reviver as ameaças, de agressão física, de morte, de prisão, dentre outros.

Nesse contexto, a violência é conceptualizada a partir de *frames* que constituem o domínio perigo. São eles: o *frame* AMEAÇA, que engloba os tipos de ameaça sofrida pela vítima como o término do namoro e agressões feitas com objetos cortantes; o *frame* MORTE por ser uma consequência dos tipos de agressões físicas impostas à vítima; o *frame* SALVAÇÃO que é acionado pelo fato de a vítima narrar sobre sua fuga e a prisão de seu violentador; os *frames* TRAUMA E SEGURANÇA por abarcarem os traumas físicos e psicológicos vivenciados pela vítima e a eterna sensação de insegurança deixada por tais marcas. Tais *frames* são estruturados dentro do domínio perigo pelos esquemas imagéticos ESPAÇO, ESCALA, CONTÊINER, FORÇA e EXISTÊNCIA.

No segundo excerto, a relatante conta sua história, que segundo ela é fruto de “uma sociedade machista e misógina, de um pai abusivo, agressivo e de uma mãe submissa”. Seu pai, quando é posto para fora de casa, ameaça mandar matar sua mãe, ela e a irmã. Em dado

momento, seu pai volta para casa, e a raiva dele se volta contra ela, pelo fato de a relatante sempre “se meter nas brigas” e nunca apoiar o relacionamento do casal, e ele passa a ameaçá-la. O medo da agressão física e da morte, a frustração por não proteger a mãe apropriadamente, as ameaças do pai e as feridas deixadas pela violência são espaços mentais acionados neste discurso.

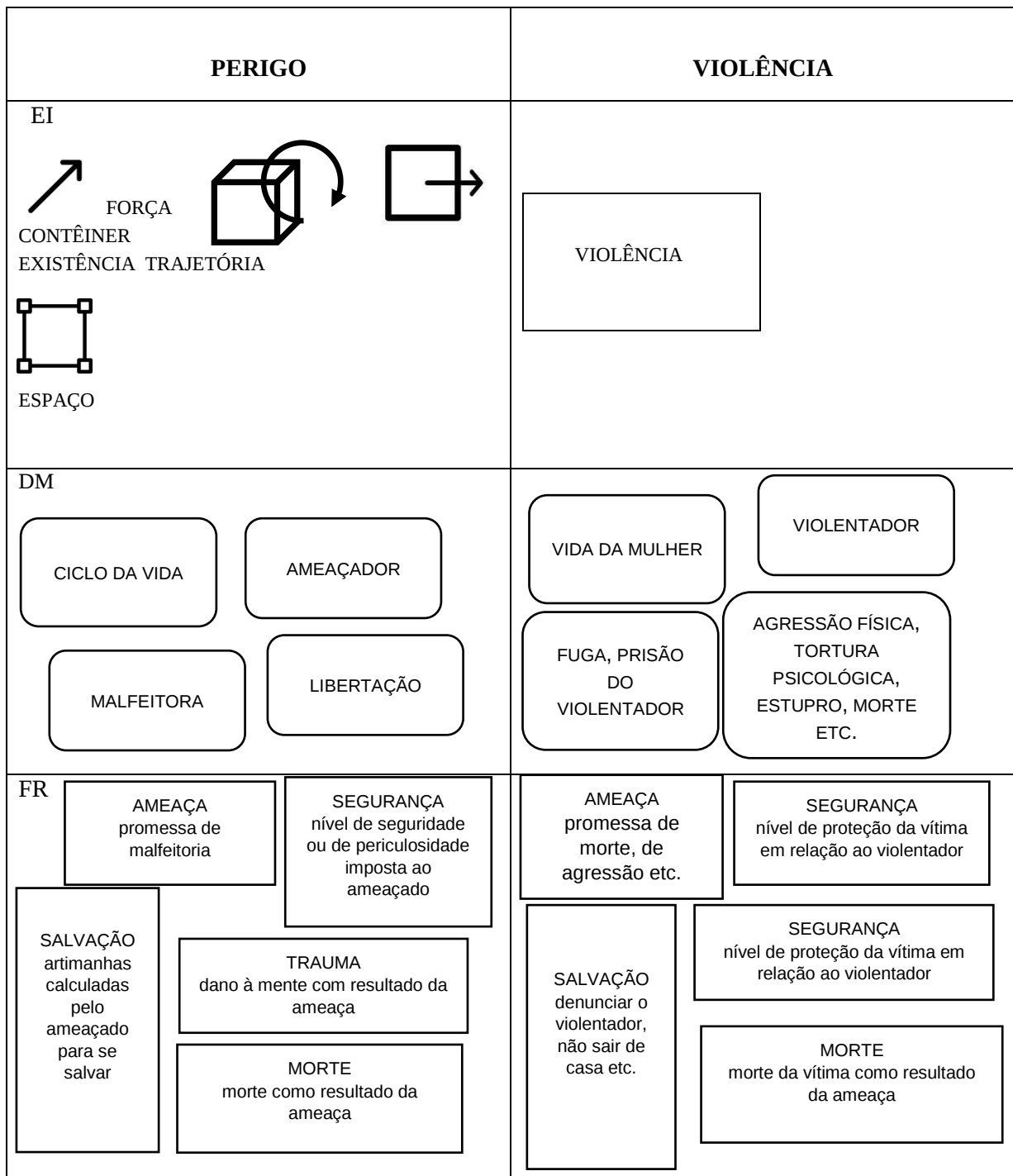
Os *frames* que constituem o domínio perigo, nesse contexto, são os *frames* AMEAÇA e MORTE que abrangem todas as “promessas de morte” proferidas pelo pai para a família da relatante e o *frame* TRAUMA que é marcado pelo foco dado às feridas emocionais que, segundo a relatante, machucam mais que as físicas, essas já saradas. Tais *frames* se estruturam no domínio perigo através dos esquemas imagéticos CONTÊINER, FORÇA e EXISTÊNCIA. Cabe ressaltar, que, nos excertos (1) e (2), as ações praticadas pelos violentadores como as agressões físicas e as ameaças, segundo o livro “Violência contra a mulher” (BRASIL, 2020), seriam tipificadas em violência física e psicológica.

No excerto (3), a narradora relata ter vivido um episódio de assédio sexual praticado por um colega de classe que, por algumas vezes, tentou estabelecer um vínculo amoroso com ela, mas que foi rejeitado. Em um dado momento, o violentador agarra a vítima em um ponto de ônibus, que reage dando “um soco na costela” dele. Para a surpresa da relatante, as pessoas que viram não apenas não ofereceram ajuda para defendê-la, como passaram a ameaçá-la, por conta de seu modo violento de lidar com a situação. Sendo assim, além da violência sexual sofrida, a vítima também passa a experimentar a violência psicológica - segundo o livro “Violência contra a mulher (BRASIL, 2020) - por parte dos colegas de sala. Os espaços mentais acionados abrangem os temas da rejeição, do assédio sexual como consequência da rejeição, da descredibilidade e da ameaça sofrida pela vítima.

Os *frames* acionados são os *frames* AMEAÇA, SEGURANÇA e SALVAÇÃO. O *frame* AMEAÇA abrange a ameaça feita pelos colegas do violentador de “bater” na vítima. O *frame* SEGURANÇA envolve o alto risco que a vítima corre de ser agredida novamente ao frequentar a escola, agora, pelos colegas de sala e o *frame* SALVAÇÃO abrange a artimanha da vítima em contragolpear o assediador para escapar da agressão sexual por ele imposta. Tais *frames* estão relacionados ao domínio perigo que se estrutura por meio dos esquemas imagéticos ESPAÇO, ESCALA, CONTÊINER e FORÇA.

A análise aqui apresentada encontra-se resumida na Quadro 3 que ilustra os níveis esquemáticos da metáfora conceptual VIOLÊNCIA É PERIGO:

Quadro 2 – Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É PERIGO



EM Excerto 1: O homem ameaça colocar fogo na casa Excerto 2: O homem ameaça mandar matar a família	Excerto 1: O violentador tortura psicologicamente a vítima Excerto 2: O violentador tortura psicologicamente as vítimas
---	--

Fonte: A autora, 2020

4.3 VIOLÊNCIA É CAÇADA

A caçada consiste na prática de perseguir, capturar e prender animais com a intenção de matá-los ou traficá-los. Se hoje, a prática da caçada é ilegal em diversos países, devido a sua contribuição para a ameaça de extinção de diversas espécies do reino animal, cabe salientar que nem sempre foi assim. Historicamente, o ser humano já se utilizou das habilidades de caça visando sua própria alimentação – a obtenção de alimentos para sua própria subsistência – e até mesmo o controle de pragas. Devo ressaltar também a existência da caçada como prática esportiva, atividade na qual os adeptos perseguem e atiram em animais por lazer, justificando seu estilo de vida como uma tentativa de perpetuar tradições.

Na Tabela 9, apresento alguns excertos, relacionados ao domínio-fonte CAÇA retirados do *corpus* e coloco em negrito as pistas linguístico-discursivas que o acionam.

Tabela 9 - Excertos do *corpus* relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É CAÇA

Exemplo	Excerto	Relato/ Localização
1	[...] e eu estabilizada financeiramente, divorciada a 15 anos com um filho especial, carente, fui uma presa fácil [...] era meu bem e de repente meus bens, fez de tudo pra tomar tudo, salario, pensão, aluguéis. O mau caráter a cada vez que dava uma investida eu recuava [...] me seguia a todos os lugares para que eu não contasse ou pedisse ajuda [...]"	17
2	[...] mataram minha infância, e minha inocência [...] foi quando a esposa dele me trancou no quintal com ele e eu ficava correndo,	29

	tentando fugir dele com muito medo, a esposa dele ria bastante como se aquilo fosse uma brincadeira, o quintal era muito grande então eu corria com muito medo, até conseguir sair de perto e voltar pra perto da porta e bater lá desesperadamente pra esposa dele abrir [...]	
3	[...] tinha um cara que ele era deficiente auditivo, arrastou eu e minha amiga pro quarto, e quis trancar a gente lá com ele. Eu dei um chute no saco dele e comecei a bater na porta e fazer um escândalo, minha amiga ficou travada , sorte que meu pai deu falta bem na hora e quase matou o cara na pancada [...]	52

Fonte: Facebook (2020)

A CAÇADA funciona como um domínio-fonte amplo com diversos membros, como o caçador, as armas utilizadas para caçar e a própria caça, e os esquemas imagéticos que estão a ele relacionados também são extensos. No entanto, aponto aqui os esquemas que mais caracterizam o domínio de acordo com os excertos do *corpus* expostos na Tabela 9, criada a partir da listagem de esquemas imagéticos proposta por Ferrari (2014). São esses os esquemas de ESPAÇO, ESCALA, CONTÊINER, FORÇA e de EXISTÊNCIA. Esses esquemas abrangem as relações esquemáticas apresentadas na Tabela 10.

Tabela 10 - Esquemas Imagéticos de CAÇADA

ESQUEMAS IMAGÉTICOS	RELAÇÕES ESQUEMÁTICAS
ESPAÇO	PERTO-LONGE E CONTATO
ESCALA	TRAJETÓRIA
CONTÊINER	CONTENÇÃO E DENTRO-FORA
FORÇA	EQUILÍBRIO, FORÇA CONTRÁRIA, RESTRIÇÃO E BLOQUEIO
EXISTÊNCIA	REMOÇÃO, ESPAÇO DELIMITADO, CICLO E OBJETO

Fonte: A autora, 2020

No segundo nível, o domínio matriz CAÇA consiste em alguns esquemas. Especificamente, a CAÇA é caracterizada por ser uma atividade na qual um ser vivo percorre uma TRAJETÓRIA para chegar PERTO de outro ser vivo, que é seu ALVO, com o intuito da

RESTRIÇÃO ou CONTENÇÃO desse outro ser – CONTRA sua vontade e utilizando FORÇA – enclausurando-o em um ESPAÇO DELIMITADO ou acabando com sua EXISTÊNCIA.

O domínio CAÇADA consiste em alguns *frames*, situados no terceiro nível de esquematicidade proposto por Kövecses (2017). Alguns desses *frames* estão aqui elencados: o *frame* PERSEGUIÇÃO evoca a ideia de quem persegue (caçador) e de quem é perseguido (a presa, criatura a ser capturada); o *frame* AMEAÇA surge para indicar o tipo de relação – e a intensidade – entre caça e caçador; o *frame* ARMAMENTO também é acionado e abrange o tipo de objeto utilizado para machucar e deter a presa; o *frame* FUNÇÃO DA CAÇA permite divagar sobre o propósito da atividade da caça – seja esse a subsistência, a alimentação, o lazer, o controle de pragas ou outro qualquer; os *frames* FUGA, PRISÃO e MORTE são acionados por serem as possíveis consequências para a presa, vítima da atividade de caça.

Em relação aos focos de significado, ficam assim estabelecidos: (1) perseguição da caça pelo caçador, (2) ameaça à vida da presa, (3) consequências da caça para a presa. Estes podem ser resumidos no seguinte mapeamento:

- | | |
|--|--|
| (1) perseguição da caça pelo caçador ▼ | a perseguição da mulher pelo homem |
| (2) ameaça à vida da presa ▼ | ameaça à vida da mulher |
| (3) consequências da caça para a presa ▼ | consequências da violência contra a mulher |

No excerto (1), a vítima de violência sente-se como “uma presa fácil”. Em seu discurso, admite ter sido um alvo fácil - devido a sua própria carência - para um homem que tinha interesse em dominar seu corpo e sua conta bancária. Conta sobre “as investidas” de seu ex-marido e sobre o fato de ter que “recuar” a cada ataque. Descreve, também que ele a seguia a todos os lugares.

A relatante vive, segundo a classificação do livro “Violência contra a mulher” (BRASIL, 2020), não apenas episódios de violência física e psicológica, mas também a violência patrimonial. Nesse contexto, são abertos os espaços mentais da caça, da carência, da situação financeira, da perseguição, do medo e das consequências de pedir ajuda. Todos esses espaços mentais contribuem para a construção dos significados das expressões do excerto 1.

O domínio CAÇA participa da conceituação de VIOLÊNCIA por meio de três *frames* dentro dele: PERSEGUIÇÃO, AMEAÇA e FUGA. Como sugeri no mapeamento, o *frame* PERSEGUIÇÃO (que envolve a caça e o caçador) se relaciona ao marido e a mulher que foi vítima da dominação física e financeira imposta por ele. O *frame* AMEAÇA (que envolve a

ameaça à vida da presa) se relaciona às ameaças sofridas pela vítima através das “investidas” do marido. Já o *frame* FUGA (que pode ser uma consequência da caça) está ligado ao fato de que a mulher notava que seu marido a seguia por todos os lugares e, portanto, precisava de ajuda para conseguir se desvencilhar do mesmo. Apenas alguns aspectos do nível mais esquemático são selecionados. São eles os esquemas imagéticos PERTO-LONGE, TRAJETÓRIA, FORÇA CONTRÁRIA e RESTRIÇÃO.

Já no excerto (2), a narradora relembra os sofrimentos de sua infância que agora, juntamente com sua inocência, está morta. Ela descreve a violência psicológica e física vivida no quintal de seu violentador, no qual, trancada, participava de uma espécie de “brincadeira” que consistia em correr para não ser pega por ele, para escapar dele. A conceptualização de VIOLÊNCIA se dá pela abertura dos espaços mentais de morte, da infância e da inocência, da prisão e da fuga, do medo, dentre outros.

Os *frames* acionados aqui são os *frames* MORTE, INFÂNCIA, FUGA e EMOÇÃO que parecem estar estruturados por uma série de esquemas imagéticos, como CONTÊINER, FORÇA CONTRÁRIA, TRAJETÓRIA, PERTO-LONGE, CICLO e BLOQUEIO. Cabe ressaltar, que no excerto (3) os *frames* MORTE e FUGA são acionados indicando que mesmo que a narradora tenha conseguido escapar da tortura física de seu malfeitor, ainda assim, não conseguiu escapar da morte. O *frame* MORTE, que é uma possível consequência da atividade da caça para a presa quando esta não consegue fugir de seu caçador, parece aqui se concretizar mesmo assim, através da morte da infância e da inocência da narradora.

O excerto (3) apresenta a situação de vítimas que foram “arrastadas”, “trancadas” e, por tanto, ficaram “travadas” ao viver uma situação de violência imposta por um homem. Os espaços mentais envolvem, dentre outras, as ações de arrastar, trancar e travar. O *frame* ARRASTAR está intimamente ligado aos esquemas imagéticos de FORÇA CONTRÁRIA, REMOÇÃO, TRAJETÓRIA E OBJETO, pois arrastar envolve a REMOÇÃO de um OBJETO pesado, que exerce FORÇA CONTRÁRIA (gravidade) de um ponto a outro numa TRAJETÓRIA. Já o *frame* PRISÃO, evocado a partir de “trancar” e “travar” parece ser estruturado pelos esquemas imagéticos CONTÊINER, ESPAÇO DELIMITADO, FORÇA CONTRÁRIA e BLOQUEIO.

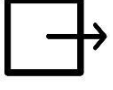
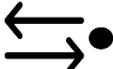
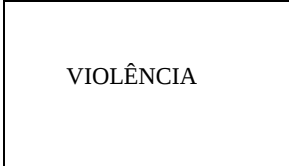
A VIOLÊNCIA, aqui, parece ser conceptualizada pela vítima a partir de ações que habitualmente o caçador impõe sobre a caça, como o domínio e o aprisionamento do corpo da presa, evocados pelas expressões “arrastou” e “trancou”. Saliento que, nesse episódio, o domínio do corpo da vítima também resultou no domínio de sua mente, pois sendo o corpo propriamente o CONTÊINER da mente, é pelo trauma gerado pela agressão que a amiga da

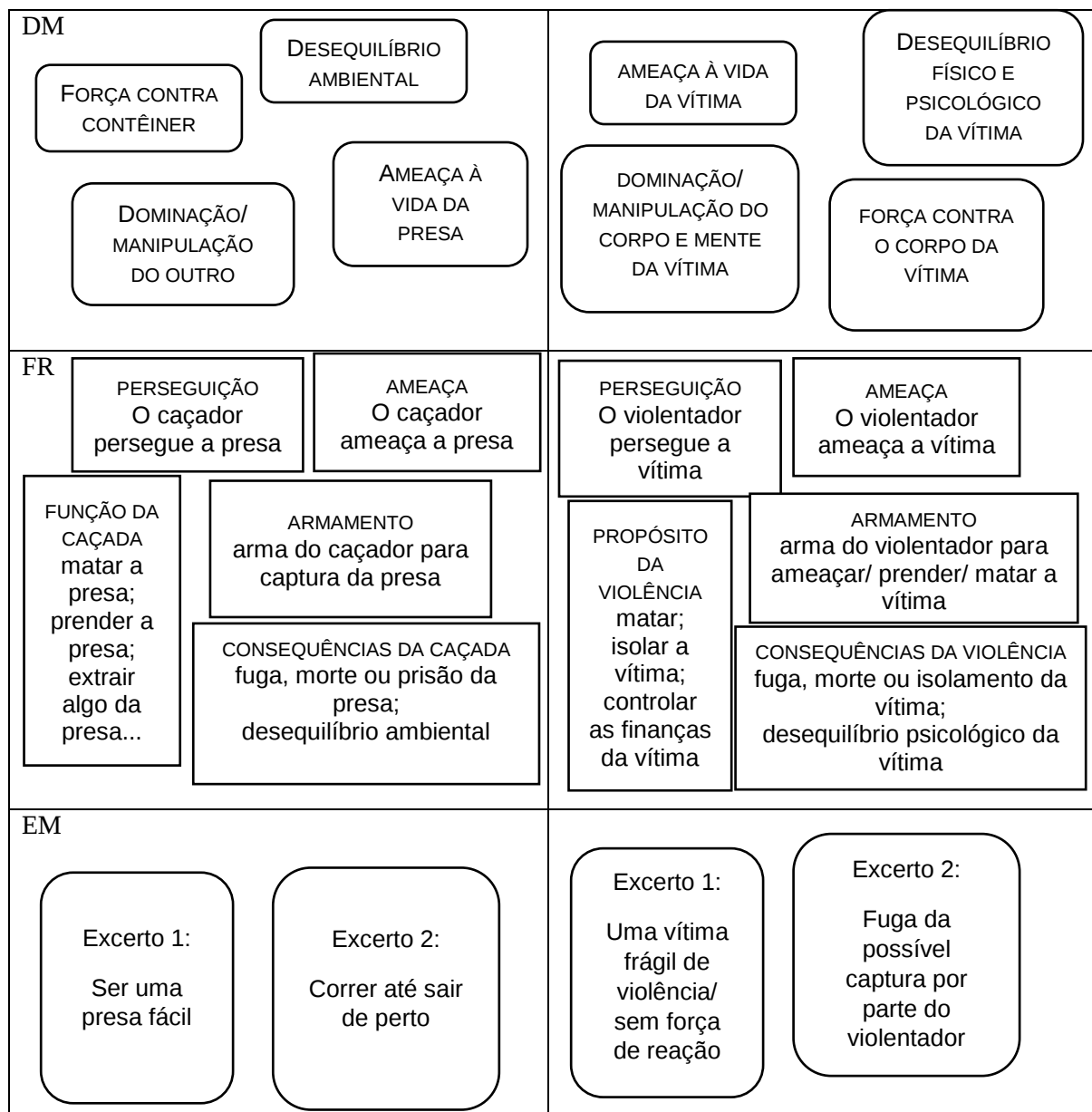
narradora “travou”, ou seja, não conseguiu obter controle, força própria, capacidade de raciocínio e ação após a situação traumática.

No entanto, segundo as especificações dos tipos de violência explanados no livro “Lei Fácil: Violência contra a Mulher” (BRASIL, 2020), este relato é a narração de um episódio de violência física, pois é por meio da agressão física que o violentador leva as meninas para o quarto e impede que elas saiam de lá. Tal assertiva, juntamente com uma reflexão sobre as teorias cognitivistas que assumem a hipótese da corporificação da mente e importância das experiências físicas, percepções e emoções para a estruturação daquilo que chamamos de cognição, impulsiona-me a cogitar que os limites definidos acerca das concepções das tipificações de violência propostos por lei não sejam assim tão rígidos. A exemplo do episódio narrado no excerto (2), podemos perceber que há semelhanças entre as violências físicas e psicológicas e atributos que percorrem toda a categoria VIOLÊNCIA de modo a expor que suas camadas radiais não possuem limites rígidos e a concepção do que é violência ou dos tipos de violência são, de fato, complexas.

A análise aqui apresentada encontra-se resumida na Quadro 3 que ilustra os níveis esquemáticos da metáfora conceptual VIOLÊNCIA É CAÇADA:

Quadro 3 – Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É CAÇADA

CAÇADA	VIOLÊNCIA
EI  FORÇA CONTRÁRIA OBJETO EQUILÍBRIO CONTÊINER  EXISTÊNCIA PERTO-LONGE TRAJETÓRIA	



Fonte: A autora, 2020.

4.4 VIOLÊNCIA É GUERRA

Segundo o Dicionário Houaiss (2020), a guerra se constitui como uma “luta armada entre nações, ou entre partidos de uma mesma nacionalidade ou de etnias diferentes, com o fim de impor supremacia ou salvaguardar interesses materiais ou ideológicos”. A guerra é um estado de conflito entre duas partes que podem ser extensas, como nações e Estados, ou menores, como organizações ou grupos sociais, e os interesses das partes envolvidas na guerra podem ter motivações variadas. Uma guerra pode ocorrer porque uma das partes precisa se

libertar do controle da outra. No entanto, a História tem nos mostrado que o extremo oposto ocorre igualmente e o desejo de controle de uma parte sobre outra pode ser, da mesma forma, estopim para este estado de conflito.

Na tabela 11, apresento alguns excertos retirados do *corpus*, relacionados ao domínio-fonte GUERRA e destaco em negrito as pistas linguístico-discursivas que os acionam:

Tabela 11 - Excertos relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É GUERRA

Exemplo	Excerto	Relato/ Localização
1	[...] Eu estava trêbada, ele não. Ele queria sexo, eu provoquei [...] Não preciso entrar em detalhes sobre o que aconteceu [...] Já conhecia o feminismo, já havia lido relatos e defendido companheiras na mesma situação [...] Agora estou eu, a garota que sempre defendeu o livre arbitrio do próprio corpo incapaz de sequer tocá-lo sem ter vontade de chorar.	21
2	Gente, acho que esse é um caso que precisamos divulgar o máximo possível, já que sabemos bem que a Internet hoje em é uma arma poderosa . [...] pq a mãe culpa a mais nova pelo abuso, como se ela tivesse aceitado, gostado, só pq ela ficou com medo da ameaça [...]	49
3	Se informe e não se cale, eu torço para que tenhamos forças dia após dia, para que sejamos as vítimas que falam e não as que se calam, a justiça nos dá voz, então por mais doloroso que seja, temos que criar forças, e gritar aos 4 ventos que não estamos sozinhas e estamos aqui para proteger outras de nós [...]	29

Fonte: Facebook (2020)

No primeiro nível de esquematicidade proposto por Kövecses (2017), o nível dos esquemas imagéticos, encontra-se o domínio-fonte GUERRA. Tal como o domínio-fonte CAÇADA, o domínio GUERRA possui diversos membros. Dentre muitos, destaco aqui as noções de ataque e de defesa, as armas utilizadas pelas partes em conflito, as estratégias traçadas por cada parte, a luta, a batalha, a derrota e a vitória. Os esquemas imagéticos que estão relacionados ao domínio-fonte em questão também são extensos, e, portanto, aponto aqui apenas os esquemas que mais caracterizam o domínio de acordo com os excertos do *corpus*

expostos na Tabela 11. São esses os esquemas de ESCALA, CONTÊINER, MULTIPLICIDADE, UNIDADE, FORÇA e de EXISTÊNCIA. Esses esquemas abrangem as relações esquemáticas apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12 - Esquemas Imagéticos de GUERRA

ESQUEMAS IMAGÉTICOS	RELAÇÕES ESQUEMÁTICAS
ESCALA	TRAJETÓRIA
CONTÊINER	CONTENÇÃO
MULTIPLICIDADE	PARTE-TODO
UNIDADE	FUSÃO E DIVISÃO
FORÇA	FORÇA CONTRÁRIA, RESTRIÇÃO, BLOQUEIO E EQUILÍBRIO
EXISTÊNCIA	REMOÇÃO, ESPAÇO DELIMITADO, OBJETO E PROCESSO
IDENTIDADE	COMBINAÇÃO

Fonte: A autora, 2020

No segundo nível, o domínio matriz GUERRA abrange determinados conceitos esquemáticos. A guerra é caracterizada pela DIVISÃO de duas partes em oposição que percorrem uma TRAJETÓRIA, em um PROCESSO de conflito, por terem como OBJETO de ambição o mesmo ESPAÇO DELIMITADO que usualmente já é dominado por uma das partes. Nesse processo, uma parte faz FORÇA contra a outra parte visando sua REMOÇÃO do espaço delimitado em questão. Em contrapartida, a parte atacada intenta um BLOQUEIO, fazendo FORÇA CONTRÁRIA à parte opressora.

No terceiro nível de esquematicidade proposto por Kövecses (2017), o domínio GUERRA consiste em alguns *frames*. O *frame* AMEAÇA abrange um conceito relacionado à tensão inicial entre duas partes que discordam e que pode resultar em guerra. O *frame* movimento DE GUERRA evoca a ideia dos movimentos e das posições de ataque e defesa tomados pelas partes envolvidas na guerra. O *frame* ARMAMENTO abrange as armas utilizadas nos conflitos. O *frame* ESTRATÉGIA inclui todos os tipos de estratégias tomados pelas partes visando a derrota da parte opositora, tais como a espionagem para obtenção de informações clandestinamente ou planejamento da trajetória percorrida pelas partes no plano físico. O *frame* LUTA abrange tanto os conflitos armados, como as batalhas travadas no processo da guerra, como os participantes desses conflitos: lutadores, batalhadores e guerreiros. Por fim, o *frame* COMPETIÇÃO evoca os conceitos do resultado da guerra que podem ser de vitória ou de

derrota, havendo um lado vencedor e um lado derrotado, além dos obstáculos percorridos por cada parte até conquistar a vitória. O *frame* MORTE também é aqui mencionado por ser relacionado às possíveis consequências da guerra.

O domínio-fonte GUERRA contribui produtivamente na significação do domínio alvo VIOLÊNCIA, e é a partir dos excertos elencados na tabela 3 que se nota o perfilamento dos seguintes aspectos desse domínio: (1) ameaça de guerra, (2) movimento de ataque e defesa, (3) a luta por um espaço delimitado e (4) estratégias de guerra. Os focos de significado perfilados podem ser resumidos no seguinte mapeamento:

- | | |
|-------------------------------------|--|
| (1) ameaça de guerra ▼ | ameaça contra a vida da mulher |
| (2) movimento de defesa e ataque ▼ | ações violentas por parte do homem e a procura por proteção por parte da mulher |
| (3) luta por um espaço delimitado ▼ | luta pelo direito ao corpo da mulher |
| (4) estratégias de guerra ▼ | articulações das partes (homem e mulher) para obter controle sob o corpo da mulher |

As instâncias específicas de papéis e relações geradas na junção das informações dos níveis supraindividuais às informações do discurso que constituem os espaços mentais – quarto nível na escala de esquematicidade proposta por Kövecses (2017) – são apresentados na análise de cada excerto separadamente.

No excerto (1), a narradora expõe a frustração por perder a luta contra a violência pela qual advogava. Relata ter vivido uma situação de abuso sexual, mesmo conhecendo os preceitos do feminismo, defendido amigas na mesma situação e se esforçado pelo direito ao “livre arbítrio” e pela liberdade de seu corpo. Segundo as definições jurídicas explanadas no livro “Lei Fácil: Violência contra a Mulher” (BRASIL, 2020), a narradora vivência mais um episódio de violência sexual. Os espaços mentais abertos abrangem a culpa por ter supostamente provocado seu malfeitor, a luta perdida e o direito ao livre arbítrio pelo seu próprio corpo. Em seu discurso, a vítima revela fazer parte de um grupo que seria supostamente capaz de lutar e se defender contra a violência de gênero, o grupo das feministas, e sua frustração advém do fato de que mesmo possuindo a arma do conhecimento, não conseguiu se defender ou se livrar da culpa e do nojo de si mesma.

Os *frames* acionados dentro do domínio matriz GUERRA são LUTA, MOVIMENTOS DE GUERRA e ARMAMENTO. O *frame* LUTA explicita a batalha travada pela vítima e suas companheiras contra seus violentadores e a violência de gênero a qual são submetidas. A

defesa de que necessitam para ter uma vida mais digna aciona o *frame* movimento DE GUERRA. Já o *frame* ARMAMENTO, parece ser relacionado a ideia de que o feminismo é um movimento social que supostamente seria capaz de proteger, através do conhecimento por ele ofertado, mecanismos de defesa para mulheres vítimas de violência. Cabe ressaltar ainda que, assim como as grandes guerras começam a partir de um estopim, a culpa revelada no discurso da vítima desvela a ideia de que ter “provocado” seu violentador foi a alavanca para o início da ação violenta por parte dele. O domínio matriz GUERRA parece ser estruturado pelos esquemas de EQUILÍBRIO, DIVISÃO, ESPAÇO DELIMITADO, OBJETO e FORÇA CONTRÁRIA.

É necessário salientar que no excerto (1), o feminismo parece ser o laço que une a narradora às companheiras e às mulheres entre si em prol da conquista de seus direitos, o que torna esse movimento também uma estratégia na guerra contra a violência doméstica. O fato das interações entre as usuárias acontecerem de tal forma está relacionado ao que salienta Herring (ver capítulo 3 – Metodologia) sobre o empoderamento dado às mulheres pela privacidade proporcionada por grupos fechados. Pode-se dizer que a celebração dessa unidade feminina aciona o *frame* ESTRATÉGIA que aparece aqui estruturado pelos esquemas FUSÃO, PARTE-TODO, COMBINAÇÃO e FORÇA CONTRÁRIA.

No excerto (2), a narradora pede ajuda por outra mulher vítima de violência sexual, que não recebe apoio da própria família para denunciar e prender seu algoz. A relatora solicita o auxílio de suas companheiras de grupo por acreditar que a “internet é uma arma poderosa” na solução do caso. Descreve ainda a culpabilização da vítima – feita pela própria mãe – e da ameaça de morte vivida por ela. A conceptualização de violência se dá pela abertura de espaços mentais que envolvem a necessidade de divulgação do caso, a internet como uma arma, a culpa da vítima e ameaça de morte sofrida por ela.

Os *frames* AMEAÇA e MORTE surgem juntos por serem a causa e uma possível consequência da batalha vivida pela vítima contra a violência que sofreu. Esses *frames* são estruturados pelos esquemas imagéticos de FORÇA CONTRÁRIA, REMOÇÃO e CICLO. O *frame* ARMAMENTO é acionado no discurso da narradora pelo fato de acreditar na internet como uma “arma poderosa” no combate a situações como a da mulher que intenciona ajudar. Cabe ressaltar aqui, que a arma não é apenas a internet, mas sim o discurso que se pode propagar na internet, o que revela dentro do *frame* ARMAMENTO a existência da metáfora conceptual PALAVRAS SÃO ARMAS e de todo o sistema metafórico que se desdobra dela, que incluem metáforas como FALAR É USAR ARMAS.

É notável também, em seu discurso, a tentativa de conclamar a força de união do grupo como estratégia nessa guerra, que assim como nos excertos (1) e (3) tem como

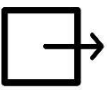
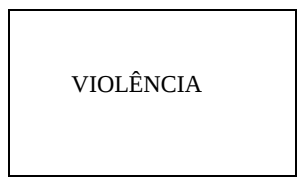
fundamentação as ideologias político-sociais advindas do movimento feminista. Os esquemas imagéticos relacionados aos dois *frames* elencados são os de FUSÃO, PARTE-TODO, COMBINAÇÃO, FORÇA CONTRÁRIA e REMOÇÃO.

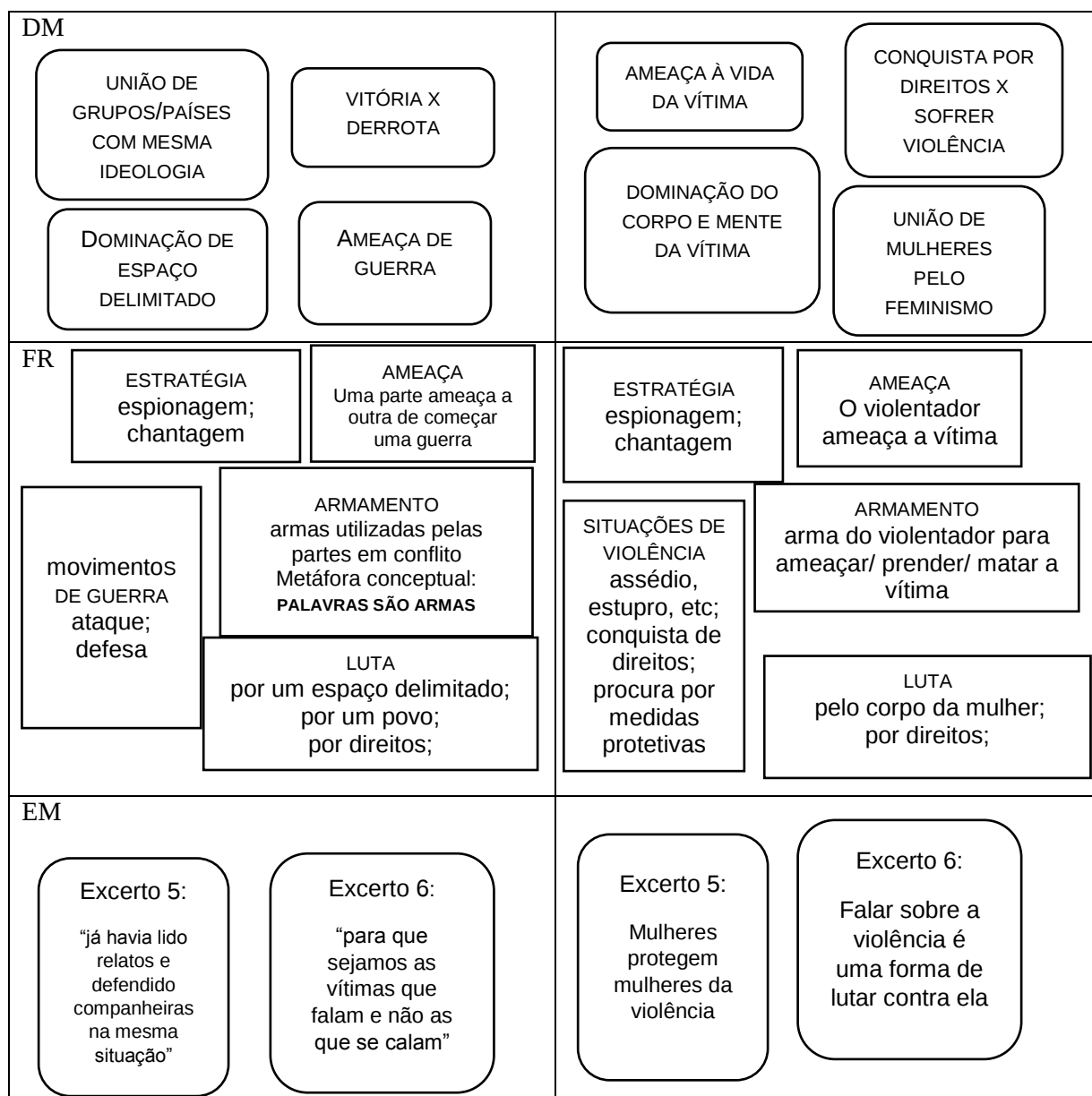
No excerto (3), a narradora conclama suas amigas virtuais e companheiras de luta para que essas não se calem, falem, gritem “aos 4 ventos” pois a justiça lhes dará voz. O *frame* ARMAMENTO é acionado pois a narradora conceptualiza a voz, a fala, o grito, o discurso e as palavras como arma para lutar contra a opressão que as atinge. Dentro desse *frame*, encontra-se a metáfora conceptual PALAVRAS SÃO ARMAS e todo o sistema metafórico que dela se desdobra, incluindo aqui as metáforas FALAR É LUTAR e GRITAR É LUTAR MAIS FORTE, não por acaso a narradora também pede em dois momentos de seu discurso que as companheiras “tenham força” e “criem forças” revelando a importância do esquema imagético FORÇA na conceptualização de VIOLÊNCIA.

A narradora, em seu discurso, assim como suas colegas relatantes, conceptualiza VIOLÊNCIA como uma GUERRA a ser travada contra os violentadores e utiliza como ESTRATÉGIA DE GUERRA um novo ARMAMENTO: as palavras. Os esquemas imagéticos elencados são os de FUSÃO, PARTE-TODO, COMBINAÇÃO, FORÇA, FORÇA CONTRÁRIA.

A análise que apresento tentativamente encontra-se resumida no Quadro 4 que ilustra os níveis esquemáticos da metáfora conceptual VIOLÊNCIA É GUERRA:

Quadro 4 – Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É GUERRA

GUERRA	VIOLÊNCIA
EI  FORÇA  CONTRÁRIA  IDENTIDADE  TRAJETÓRIA  CONTÊINER  EXISTÊNCIA  UNIDADE  PARTE-TODO	



Fonte: A autora, 2020

4.5 VIOLÊNCIA É PRISÃO

Sistemas punitivos de privação de liberdade existem desde os primórdios da humanidade. Segundo Carvalho Filho (2002), desde a Idade Antiga - que se estende de aproximadamente do século VIII a.C. à queda do Império romano do ocidente no século V d.C. – já havia a existência de locais que serviam como encarceramento para os suplícios como calabouços, ruínas e torres de castelos. Durante a Idade Média – período que compreende os anos de 476 a 1453 -, com a influência de poder da Igreja Católica, dois tipos de encarceramento surgiram: o cárcere do Estado e o cárcere eclesiástico.

Ainda segundo Carvalho Filho (2002), é na Idade Moderna que ocorre a substituição do martírio pela privação de liberdade, devido às ideias iluministas do século XVIII. O surgimento da pena de privação de liberdade estaria, então, vinculado ao aparecimento do capitalismo e ao aumento dos índices de pobreza em diversos países. Particularidades históricas do período começaram a demarcar o atual modelo do sistema de privação de liberdade, no qual se subentende que, a prisão priva o indivíduo de liberdade para que ele possa aprender através do isolamento, que o leva a refletir sobre seu ato criminoso.

Na Tabela 13, apresento alguns excertos, relacionados ao domínio-fonte PRISÃO retirados do *corpus* e coloco em negrito as pistas linguístico-discursivas que o acionam.

Tabela 13 - Excertos do *corpus* relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É PRISÃO

Exemplo	Excerto	Relato/ Localização
1	[...] Eu tentava gritar, pedir socorro, ajuda, tentava de alguma maneira fugir daquele inferno. Mas eu não conseguia mover um dedo. [...] Era como se eu estivesse presa dentro do meu próprio corpo e só eu ouvia os meus gritos [...] Quem vive em regime fechado somos eu e meu filho, presos dentro de casa por medo . Mas podem ter certeza que o outro está por ai aproveitando o carnaval... [...]	48
2	[...] eu falei que ia denunciar e ele jurou me matar [...] falei com meus anjos que sao as amigas feministas que fiz aqui criei coragem e fui denucialo [...] o feminismo me libertou, me deu coragem me fez leoa ! [...]	19
3	[...] meu ex fechou a janela no meu braço (ficou um roxo enorme) me enforcou na frente de todo mundo e falava que a culpa era minha... rs ainda bem q me livre! [...] Eu levei 7 anos! Me livre pq peguei ele ficando c uma garota na casa dele... [...] Não denunciei ele pq fui trouxa tb, pintou e bordou comigo, sorte que hoje conheci alguém maravilhoso q me faz feliz abeça [...]	109

Fonte: Facebook (2020)

A PRISÃO funciona como um domínio-fonte abrangente, consistindo em diferentes membros, como o aprisionado, o aprisionador, a cela, a pena, o crime etc. Os esquemas que mais caracterizam o domínio de acordo com os excertos do *corpus* estão expostos na Tabela 13, criada a partir da listagem de esquemas imagéticos proposta por Ferrari (2014). São esses os esquemas de ESPAÇO, ESCALA, CONTÊINER, FORÇA e de EXISTÊNCIA. Esses esquemas abrangem as relações esquemáticas aqui apresentadas (Tabela 14).

Tabela 14 - Esquemas Imagéticos de PRISÃO

ESQUEMAS IMAGÉTICOS	RELAÇÕES ESQUEMÁTICAS
ESPAÇO	PERTO-LONGE E CONTATO
ESCALA	TRAJETÓRIA
CONTÊINER	CONTENÇÃO, DENTRO-FORA, CHEIO-VAZIO
FORÇA	EQUILÍBRIO, FORÇA CONTRÁRIA, RESTRIÇÃO E BLOQUEIO
EXISTÊNCIA	REMOÇÃO E ESPAÇO DELIMITADO

Fonte: A autora, 2020

No segundo nível de esquematicidade proposto por Kövecses (2017), o domínio PRISÃO abrange determinados conceitos esquemáticos. A PRISÃO é a RESTRIÇÃO/ BLOQUEIO de um indivíduo que percorre uma TRAJETÓRIA de ofensas à comunidade em que vive. É a CONTENÇÃO desse indivíduo dentro de ESPAÇO DELIMITADO pela Justiça, instituição de FORÇA maior. É a REMOÇÃO desse indivíduo da sociedade, para que - uma vez longe dela - e não obtendo mais CONTATO com outros seres livres, tal indivíduo receba a punição apropriada para seus atos criminosos.

No terceiro nível, alguns *frames* constituem o domínio PRISÃO: o *frame* LIBERDADE abrange a situação anterior e posterior à prisão do indivíduo; O *frame* INFRAÇÃO abrange a ofensa criminal cometida pelo indivíduo e o *frame* PENA trata da punição que é por ele sofrida. O *frame* FUGA abrange as ações tomadas para escapar da prisão. O *frame* JUSTIÇA engloba os agentes de poder legal para efetuar a prisão de um indivíduo, bem como os infratores que por eles são presos.

A partir dos excertos elencados na Tabela 13, nota-se o perfilamento de aspectos do domínio-fonte PRISÃO que contribuem produtivamente na significação do domínio-alvo VIOLÊNCIA. São estes: (1) o Estado/ a Justiça que prende o infrator, (2) a cela, (3) a soltura/

liberdade do infrator e (4) o delito cometido pelo infrator. Os focos de significado perfilados podem ser resumidos no seguinte mapeamento:

- (1) O Estado/ a Justiça que prende o infrator ▼ O violentador que restringe a liberdade da mulher vítima de violência;
- (2) A cela ▼ o relacionamento amoroso com o violentador;
- (3) A soltura/ liberdade do infrator ▼ O término da relação amorosa/ separação;
- (4) O delito cometido pelo infrator ▼ A tentativa de separação por parte da mulher.

A análise de cada excerto separadamente exhibe os contextos e relações geradas na junção das informações por eles trazidas dos níveis supraindividuais às informações do discurso que constituem os espaços mentais, quarto nível esquemático.

No excerto (1), a relatante narra um episódio de agressão física – considerado como violência física pelo livro “Lei Fácil” (2020) - por parte do companheiro, que intuía provocar um aborto na vítima. Anos após o trauma, a relatante admite ainda se sentir presa, sem reação. Sente medo e por tal razão, vive em “regime fechado” com seu filho, sem poder sair de casa. Os espaços mentais abertos envolvem temas como a liberdade perdida, o medo de encontrar seu ex-companheiro novamente e a revolta pela sensação de injustiça.

A conceptualização de violência dá-se pela abertura de alguns *frames* no domínio PRISÃO. Os *frames* LIBERDADE, PENA e FUGA, acionados no discurso da mulher, expõem a disparidade da situação da vítima em relação à de seu violentador. As expressões “regime fechado” e “presos dentro de casa” revelam que o domínio PRISÃO, estruturado esquematicamente pelas noções de DENTRO-FORA, FORÇA CONTRÁRIA, ESPAÇO DELIMITADO, RESTRIÇÃO, BLOQUEIO E CONTÊINER, parece ser o exato oposto da experiência vivida pelo violentador, que está “por aí curtindo o carnaval”. Tal oposição desvela, nesse caso, um padrão comportamental social enraizado culturalmente que admite o lugar da mulher como sendo dentro de casa, enquanto o lugar do homem é fora de casa - ou onde bem quiser -, mesmo que este já tenha praticado atos de violência contra uma mulher.

No excerto (2), a narradora expõe uma agressão física vivida por conta dos ciúmes do seu ex-namorado e agradece às suas parceiras de grupo o apoio que recebeu para poder se “libertar” da situação que a afligia e denunciá-lo. Portanto, a ameaça de morte, o apoio do

grupo de feministas e a retomada do controle da própria vida são temas que integram os espaços mentais abertos no discurso.

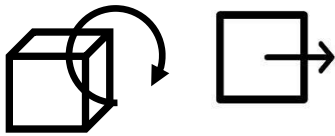
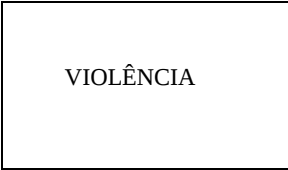
O *frame* morte é acionado como uma das possíveis consequências da ação da vítima em denunciar o companheiro. Já os *frames* FUGA e LIBERDADE desvelam que, com o apoio de suas colegas, a vítima passa a vislumbrar outro desfecho para sua história, no qual ela é “liberta” pelo feminismo e passa a ter a coragem de uma “leoa”, fazendo uma FORÇA CONTRÁRIA à FORÇA que a aprisiona. Tais *frames*, constituintes do domínio PRISÃO, parecem ancorados nos esquemas imagéticos de CONTÊINER, FORÇA e EXISTÊNCIA.

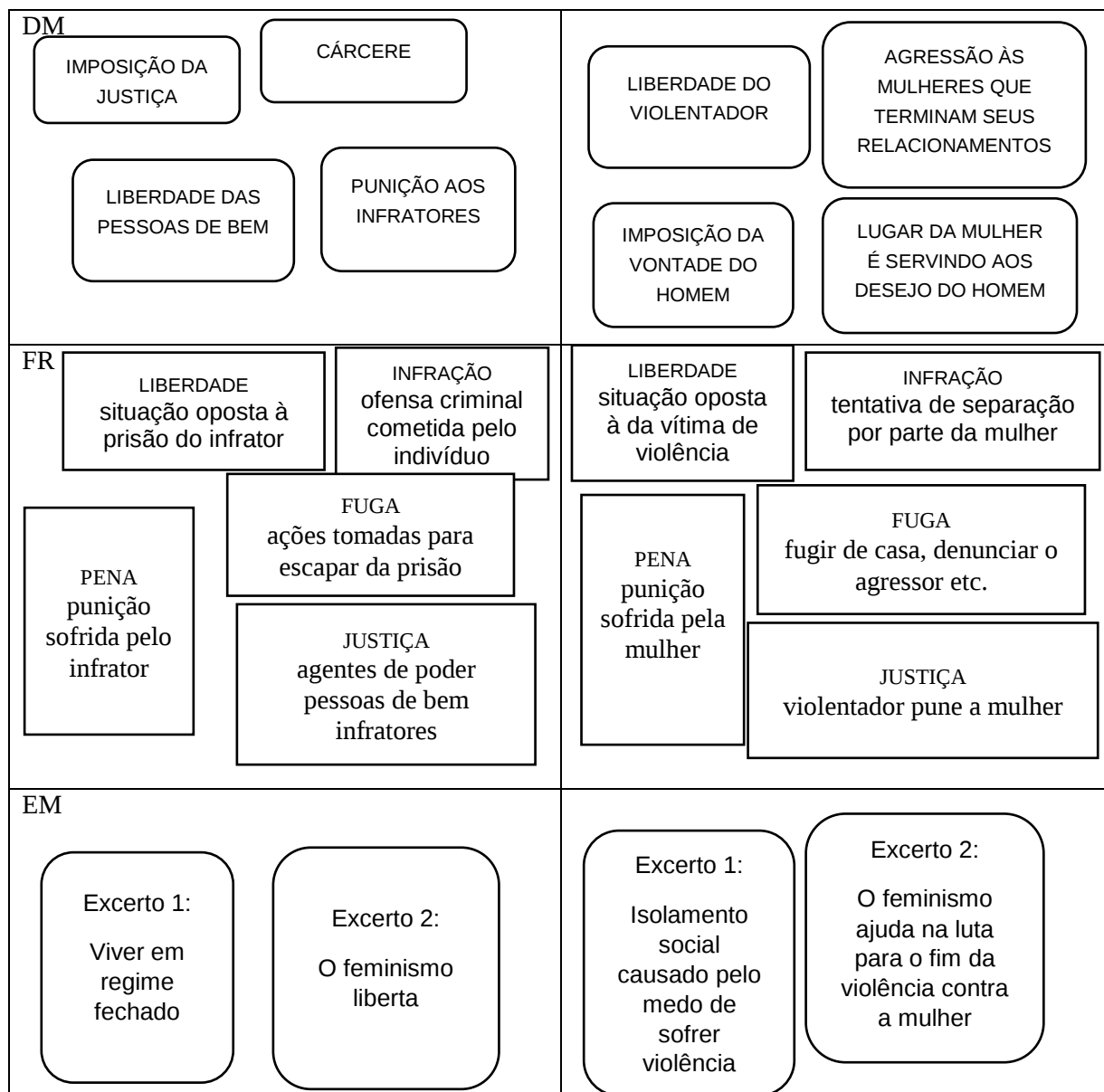
Já no terceiro relato (3), a relatante narra episódio traumatizantes marcados pela violência física e psicológica contra ela. No entanto, após alguns anos a narradora admite ter conseguido se livrar do relacionamento abusivo, uma vez que ela “pegou” seu ex-companheiro a traindo. Os espaços mentais abrangem as agressões, a culpa por ser agredida, a traição do companheiro e a liberdade advinda do término do relacionamento.

Nesse contexto, o *frame* LIBERDADE parece estar associado ao *frame* PENA, pois em seu discurso, a narradora admite ter se livrado do relacionamento apenas porque flagrou uma traição. Desse modo, apesar de todas as agressões enfrentadas pela vítima, ela só se sente livre quando seu companheiro passa a ser declaradamente infiel. Tais *frames*, constituintes do domínio PRISÃO, estão estruturalmente ancorados nos esquemas imagéticos de ESCALA, CONTÊINER e FORÇA.

A análise aqui apresentada encontra-se resumida na Quadro 5 que ilustra os níveis esquemáticos da metáfora conceptual VIOLÊNCIA É PRISÃO:

Quadro 5 – Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É PRISÃO

PRISÃO	VIOLÊNCIA
EI FORÇA CONTÊINER EXISTÊNCIA TRAJETÓRIA   ESPAÇO EQUILÍBRIO	



Fonte: A autora, 2020

4.6 VIOLÊNCIA É CEGUEIRA

A cegueira é uma deficiência visual caracterizada pela perda da habilidade de enxergar. Segundo a Organização Mundial da Saúde (CONDE, 2016) a cegueira “não significa, necessariamente, total incapacidade para ver, mas, isso sim, prejuízo dessa aptidão a níveis incapacitantes para o exercício de tarefas rotineiras”. Tal condição pode causar a anulação da visão de forma parcial ou total e também pode se dar de forma crônica - na qual o

indivíduo portador de deficiência visual viverá com a condição para sempre - ou pode ser reversível.

Na Tabela 15, apresento alguns excertos relacionados ao domínio-fonte CEGUEIRA retirados do *corpus* e coloco em negrito as pistas linguístico-discursivas que o acionam.

Tabela 15 - Excertos do *corpus* relacionados à metáfora conceptual VIOLÊNCIA É CEGUEIRA

Exemplo	Excerto	Relato/ Localização
1	[...] Uma amiga do trabalho desabafou comigo hoje que sofreu uma agressão de outro colega de trabalho [...] ela me fez prometer que eu não faria nada, eu queria ajuda como convenço ela a denunciar, queria fazê-la enxergar o quanto isso é serio . Me ajudem manas o que eu faço numa situação dessas?	3
2	[...] ele segurou meu dois punhos e torceu com tanta força que tive de usar tala e até hoje tenho problema neles, sofri horrores por ele, mas fazem 2 anos que superei e vi o quão mal ele me fazia [...]	112
3	[...] E durante esses dois anos foi difícil pra mim tocar nesse assunto. Mas eu decidi que chegou a hora. Eu não me vejo como coitadinha, eu fui uma vítima [...] Quero que a minha experiencia sirva como uma coisa pra abrir olhos da pessoas e falar pras outras vitimas de violencia, que eu entendo elas, eu sei como elas se sentem. Violentador de mulher não tem jeito ou cara viu? eu achei que estava segura porque eu passei 3 anos com esta pessoa que não tinha passagem pela policia, não vinha de familia pobre e estava prestes a se formar psicologo. Portanto, não julguem os livros pelas capas. [...]	48

Fonte: Facebook (2020)

A CEGUEIRA é um domínio-fonte que consiste em membros como o cego, a deficiência visual, as dificuldades impostas pela deficiência, aquilo que não se pode ser visto dada a condição da pessoa cega etc. Aponto aqui os esquemas que mais caracterizam tal domínio de

acordo com os excertos do *corpus* expostos na Tabela 15. São esses os esquemas de ESPAÇO, ESCALA, CONTÊINER, FORÇA e de MULTIPLICIDADE que abrangem as relações esquemáticas apresentadas na Tabela 16.

Tabela 16 - Esquemas Imagéticos de CEGUEIRA

ESQUEMAS IMAGÉTICOS	RELAÇÕES ESQUEMÁTICAS
ESPAÇO	CIMA-BAIXO, FRENTE-TRÁS, ESQUERDA-DIREITA, PERTO-LONGE, CENTRO-PERIFERIA E CONTATO
ESCALA	TRAJETÓRIA
CONTÊINER	SUPERFÍCIE E CONTEÚDO
FORÇA	BLOQUEIO E RESTRIÇÃO
MULTIPLICIDADE	PARTE-TODO

Fonte: A autora, 2020

No segundo nível de esquematicidade proposto por Kövecses (2017), a cegueira surge como um domínio que abrange determinados conceitos esquemáticos. A cegueira é caracterizada por ser uma deficiência que impõe uma RESTRIÇÃO ou BLOQUEIO à PARTE da visão ou da visão TOTAL de um ser vivo que, por tal razão, necessita do CONTATO físico com as SUPERFÍCIES para fazer tarefas diárias como deslocar-se no ESPAÇO a fim de percorrer sua TRAJETÓRIA.

No terceiro nível, alguns *frames* constituem o domínio CEGUEIRA. Listo aqui os *frames* que surgem nas análises da Tabela 15. O *frame* DOENÇA abrange a possível causa para a cegueira, assim como todos os sintomas e malefícios impostos ao organismo do ser vivo em decorrência da doença. O *frame* VISÃO abrange um dos cinco sentidos do corpo humano que permite analisar a vista, *frame* este intimamente ligado à noção de perspectiva. O *frame* NECESSIDADES ESPECIAIS dá conta de todo apoio estrutural e psicológico que uma pessoa cega precisa obter em sua comunidade. O *frame* TRATAMENTO abrange a trajetória de cuidados médicos, recursos terapêuticos e medicações que uma pessoa que tem deficiência visual necessita. O *frame* CURA trata da reversão da condição, na qual o cego volta a enxergar completamente.

A partir dos excertos elencados na tabela, nota-se o perfilamento de aspectos do domínio-fonte CEGUEIRA que contribuem produtivamente na significação do domínio-alvo VIOLÊNCIA. São estes: (1) o cego, (2) a cegueira, (3) a doença que causa a cegueira e (4) a cura. O mapeamento a seguir resume o perfilamento dos focos de significado:

- (1) O cego ▼ A mulher vítima de violência de gênero
- (2) A cegueira ▼ O período em que a mulher não consegue se desvencilhar de seu violentador e nem de sua relação com ele
- (3) A doença que causa a cegueira ▼ os sentimentos que a mulher vítima de violência nutre pelo seu violentador
- (4) A cura ▼ O fim da relação da mulher vítima de violência com seu violentador

No quarto nível da escala de esquematicidade proposta por Kövecses (2017), são apresentados na análise de cada excerto, as instâncias específicas de papéis e relações geradas na junção das informações dos níveis supraindividuais às informações do discurso que constituem os espaços mentais.

No excerto (1), a narradora expõe a situação em que sua amiga de trabalho vive com outro colega de trabalho com o qual mantém uma relação de amizade. Sua amiga é agredida constantemente pelo colega, que “tem problemas com drogas”, mas mesmo prefere não o denunciar nem à Justiça e nem no local em que trabalham juntos. A narradora se sente impotente nessa situação e almeja obter um conselho de suas colegas de grupo sobre como agir com sua amiga que não “enxerga” a gravidade de sua condição. Os espaços mentais abertos abrangem o tema da impotência, da inconformidade, das agressões vividas e do negacionismo da amiga em aceitar sua própria realidade.

O domínio cegueira se constitui em relação ao domínio violência nesse contexto a partir de determinados *frames*. O *frame* DOENÇA abrange a causa da cegueira – a vontade da vítima em ajudar seu violentador a largar o vício em drogas- e também os malefícios desta condição, que resultam em episódios de agressão física por parte do violentador contra a amiga da narradora. O *frame* VISÃO surge quando a narradora constata que sua amiga não enxerga, não entende o quanto a situação é séria. É nesse *frame* que se constata a existência de outra metáfora conceptual: ENTENDER É VER, ou ainda, COMPREENDER É VER e de todo o sistema metafórico que se desdobra dela, que incluem metáforas como ABRIR OS OLHOS É COMEÇAR A ENTENDER.

O *frame* NECESSIDADES ESPECIAIS e cura surgem da percepção da narradora de que a condição da sua amiga demanda ajuda externa e em seu desejo em solucionar a questão de vez, fazendo com que sua amiga finalmente possa entender a gravidade da situação. Assim

sendo, O domínio matriz CEGUEIRA parece ser estruturado pelos esquemas de ESPAÇO e FORÇA.

No excerto (2), a narradora conta um episódio de agressão física que viveu com seu ex-namorado em uma briga por ciúmes. Após muito sofrimento, a narradora “supera e vê” toda o mal que sofria por seu ex-namorado e finalmente termina o relacionamento, um fato marcante para ela, que celebra dois anos do acontecimento. Os espaços mentais abertos abrangem as agressões físicas, o sofrimento psicológico, a superação de um momento difícil e também a celebração pelos anos sem sofrimento.

A conceptualização de VIOLÊNCIA como CEGUEIRA se dá pelo acionamento de alguns *frames*. O *frame* DOENÇA abrange os malefícios trazidos pela cegueira, ou seja, os episódios de agressão física vividas durante o relacionamento enquanto a vítima não enxergava tais agressões como um “mal”, já o *frame* VISÃO surge pelo fato de a narradora admitir que por um bom tempo não foi capaz de “ver o mal” que sofria. Os *frames* TRATAMENTO e CURA surgem pela experiência da narradora no processo de superação e, finalmente, o alcance da visão/ entendimento sobre o mal causado pelo violentador. Tais *frames* se estruturam nos esquemas imagéticos de ESCALA e FORÇA.

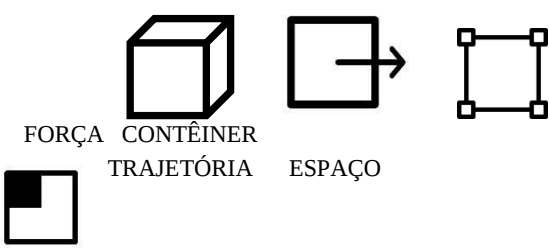
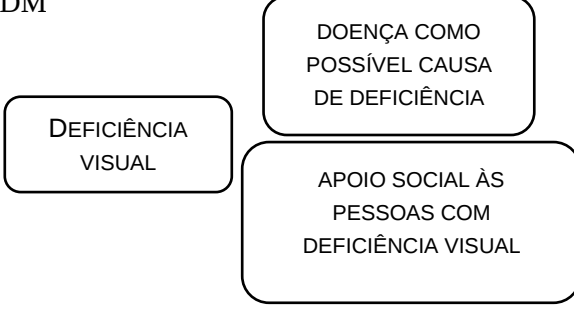
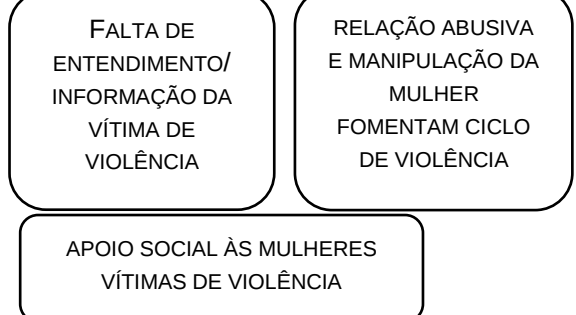
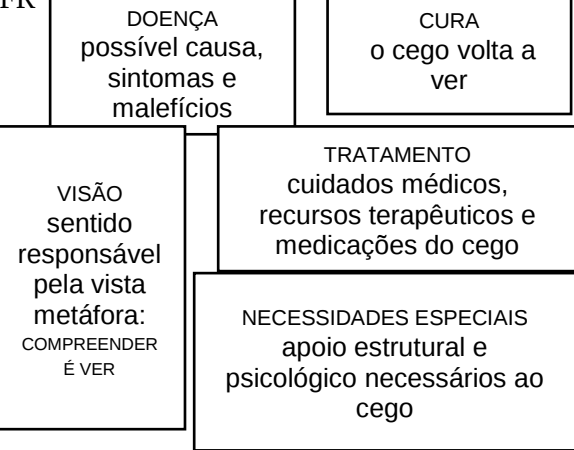
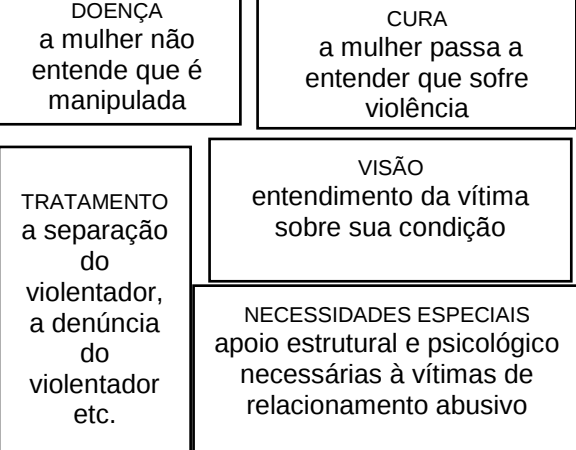
Já no terceiro excerto (3), a narradora conta uma série de episódio traumáticos vividos no relacionamento amoroso com seu ex-namorado e pai de seu filho. Após alguns anos sem tocar no assunto por receber diversos julgamentos, ela revela que não se enxerga mais como uma “coitadinha” e sim como vítima de violência, e pede para que a sociedade “abra o olho” para “ver” que episódios como o dela acontecem, à despeito do quão encantador possa ser o violentador. Os espaços mentais abertos abrangem as agressões e o sofrimento vivido, o julgamento dos familiares, a amargura de não ter enxergado o perigo que corria etc.

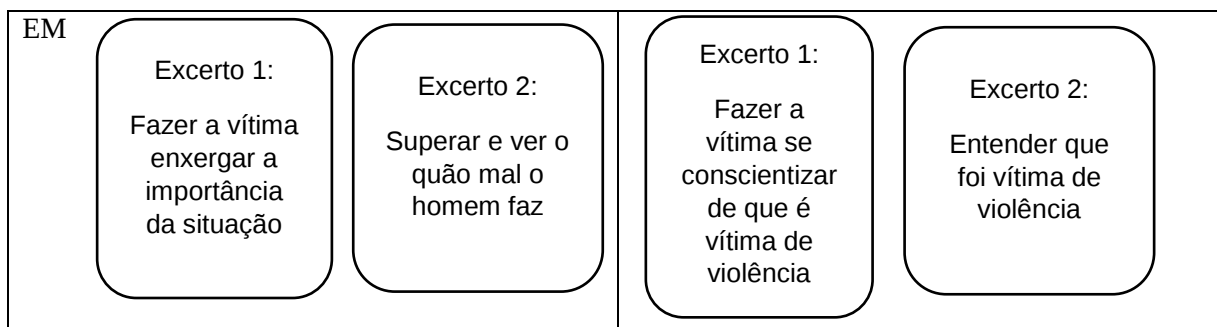
O pedido da vítima para que a sociedade “abra o olho” acaba por desvelar sua insatisfação com a sociedade em relação às práticas concebidas para evitar a violência contra a mulher. A narradora almeja que a sociedade alcance um entendimento sobre o que é a violência e possa identificar os malfeitores, independentemente de como esses pareçam, algo que não ocorreu enquanto ela era a vítima.

Nesse contexto, os *frames* DOENÇA e VISÃO são acionados por abrangerem os malefícios causados pela cegueira social, que seriam os episódios de violência vividos por vítimas como ela. Os *frames* NECESSIDADES ESPECIAIS, TRATAMENTO e CURA são acionados pelo pedido da vítima que concebe a solução para os episódios de violência contra a mulher como uma questão dependente da mobilização social. Tais *frames* são estruturados pelos esquemas ESCALA, ESPAÇO, CONTÊINER, FORÇA e MULTIPLICIDADE.

A análise aqui apresentada encontra-se resumida na Quadro 3 que ilustra os níveis esquemáticos da metáfora conceptual VIOLÊNCIA É CEGUEIRA:

Quadro 6 – Metáfora Conceptual VIOLÊNCIA É CEGUEIRA

CEGUEIRA	VIOLÊNCIA
EI  FORÇA CONTÊINER TRAJETÓRIA ESPAÇO PARTE-TODO	 VIOLÊNCIA
DM  DEFICIÊNCIA VISUAL DOENÇA COMO POSSÍVEL CAUSA DE DEFICIÊNCIA APOIO SOCIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL APOIO SOCIAL ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	 FALTA DE ENTENDIMENTO/ INFORMAÇÃO DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA RELAÇÃO ABUSIVA E MANIPULAÇÃO DA MULHER FOMENTAM CICLO DE VIOLÊNCIA APOIO SOCIAL ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
FR  DOENÇA possível causa, sintomas e malefícios CURA o cego volta a ver VISÃO sentido responsável pela vista metáfora: COMPREENDER É VER TRATAMENTO cuidados médicos, recursos terapêuticos e medicações do cego NECESSIDADES ESPECIAIS apoio estrutural e psicológico necessários ao cego	 DOENÇA a mulher não entende que é manipulada CURA a mulher passa a entender que sofre violência TRATAMENTO a separação do violentador, a denúncia do violentador etc. VISÃO entendimento da vítima sobre sua condição NECESSIDADES ESPECIAIS apoio estrutural e psicológico necessárias à vítimas de relacionamento abusivo



Fonte: A autora, 2020

4.7 MCI's e Categorias Radiais

As âncoras lexicais e discursivas presentes nos relatos, juntamente com fatores contextuais apresentados no estudo – tais como a importância da luta feminista pelos direitos das mulheres e as particularidades de grupos virtuais privados que impulsionam discussões sobre a violência contra a mulher no Brasil – apontam para o uso de metáforas conceptuais na estruturação da categoria VIOLÊNCIA, feita pelas mulheres cujos relatos compõem o *corpus* da pesquisa e já guiam o presente estudo no que concerne a segunda pergunta de pesquisa:

- 2) Como as mulheres, cujos relatos compõem o *corpus* da pesquisa, estruturam a categoria VIOLÊNCIA a partir das âncoras lexicais e discursivas presentes na interação?

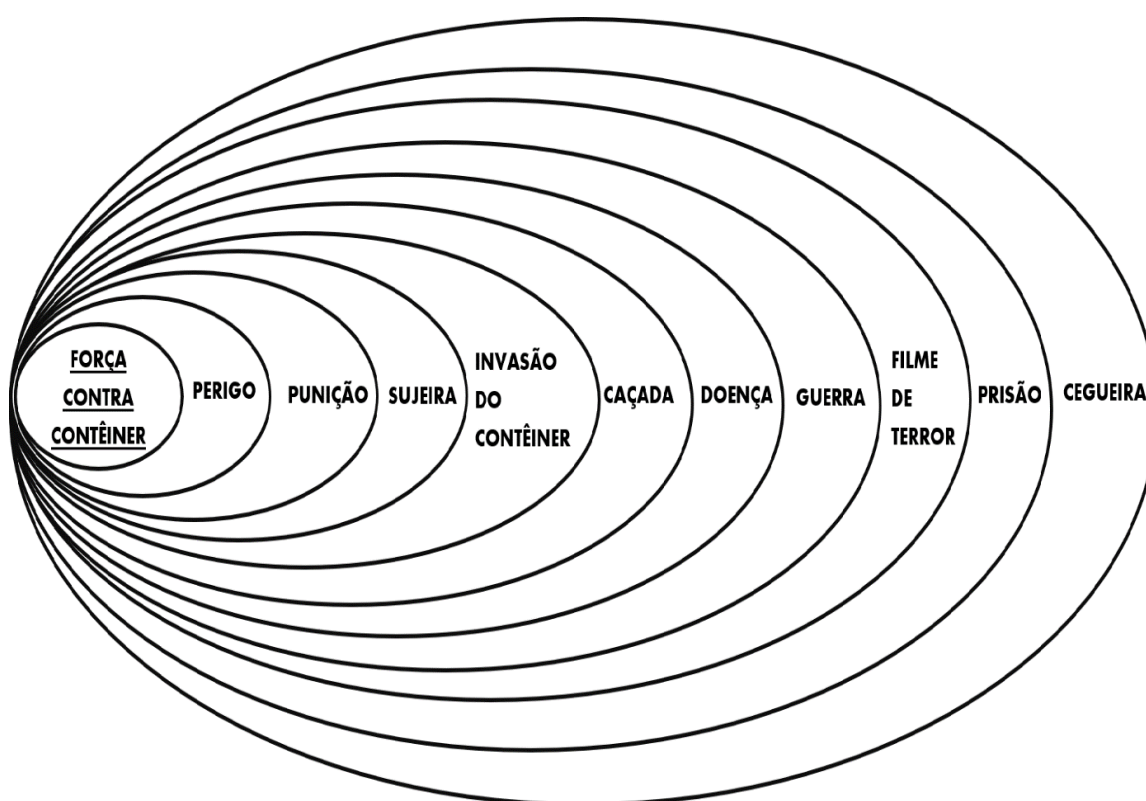
Conceptualizar um domínio semântico em termos de outro é utilizar estratégias cognitivas para o entendimento do que almejamos em termos de outras experiências, que usualmente são mais concretas. Na análise aqui apresentada, a conceptualização do domínio VIOLÊNCIA se dá à medida que os focos de significado são estabelecidos em relação aos domínios-fonte FORÇA CONTRA CONTÊINER, PERIGO, CAÇADA, GUERRA, PRISÃO e CEGUEIRA.

Neste estudo, dois fatores serviram como base para a montagem da categoria radial VIOLÊNCIA: a experiência individual, na qual um ideal se torna saliente em função do seu significado emocional para o indivíduo, e a frequência estatística, calculada com base no número de atributos pertencentes a um membro da categoria.

Em relação a experiência individual, a análise das metáforas conceptuais que emergem do *corpus* explicita, por si só, o nível de envolvimento emocional das mulheres vítimas de

violência ao falar de seus próprios traumas, visto que conceptualizar metaforicamente é justamente compreender uma experiência de vida em termos de outra. Em relação à frequência de ocorrência das metáforas no *corpus*, a metáfora que emergiu mais vezes (ver cap. 3), ou seja, a mais frequente, encontra-se no centro prototípico da categoria, enquanto as metáforas que emergiram menos vezes se espalham pelas radiais ao redor do núcleo como pode ser visto na Figura 4.

Figura 4 - A Categoria VIOLÊNCIA



Fonte: A autora, 2020

Segundo a LC, para que um elemento pertença a determinada categoria, ele não precisa possuir todos os atributos compartilhados pelos membros da mesma, mas manter alguns traços em comum com todos os outros elementos pertencentes a essa classe. O conceito de prototipicidade se dá à medida que percebemos que, na organização categorial, há representantes em níveis de prototipicidade. O mais central e, portanto, melhor exemplo de

uma classe, é o protótipo. Neste estudo, FORÇA CONTRA CONTÊINER é o sentido mais recorrente para a categoria VIOLÊNCIA no *corpus*, ou seja, é o protótipo.

Há também os membros intermediários, que são organizados a partir dessa escala de prototipicidade. Na primeira radial formada para além do núcleo, VIOLÊNCIA é caracterizada como PERIGO. Na terceira, como PUNIÇÃO. SUJEIRA, INVASÃO DO CONTÊINER, CAÇADA, DOENÇA, GUERRA, FILME DE TERROR e PRISÃO são os domínios alocados respectivamente até o representante mais periférico, o domínio CEGUEIRA, que ainda abrange efeitos do protótipo, mas não apresenta tantos atributos em comum com o núcleo categorial.

Nas metáforas analisadas, a manipulação da força sobre um contêiner é o atributo que se alastra desde o núcleo prototípico até a radial mais periférica nas mais diversas facetas. A força emerge no *corpus* não apenas como a força física, mas também em forma de tortura psicológica. A força imputada pelo violentador também surge como palavras, ameaças, como o desejo do homem, mas também de forma mais abrangente, como ideologias e leis que acabam por ditar o que deve ser o comportamento feminino. O contêiner surge vezes como o corpo da mulher, vezes como a mente da mulher e vezes como o lugar previsto para que a mulher ocupe: dentro de casa, servindo aos desejos do violentador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, analisei a conceptualização da categoria VIOLÊNCIA em metáforas conceptuais que emergiram de um *corpus* composto por 112 relatos de experiência protagonizados por mulheres vítimas de violência de gênero, gerados em grupos virtuais da rede social *Facebook*. Em termos metodológicos, o estudo aplicou procedimentos oriundos da linguística de *corpus*, como o uso do *software Antconc 3.2.4*, para geração e organização dos dados. Tais dados, em um segundo momento, foram analisados quantitativa e qualitativamente, à luz da Linguística Cognitiva.

A pesquisa fundamentou suas análises nos conceitos de categorização e prototipicidade e teve como norte a visão multiníveis da Metáfora Conceptual (KÖVECSSES, 2017) – um novo olhar sob a Teoria da Metáfora Conceptual, criada por Lakoff e Johnson (1980) – que inclui e organiza em níveis os conceitos de esquemas imagéticos, domínios, *frames* e espaços mentais à luz do contexto comunicacional.

Os resultados aqui apresentados incluem a análise das metáforas VIOLÊNCIA É FORÇA CONTRA CONTÊINER, VIOLÊNCIA É PERIGO, VIOLÊNCIA É CAÇADA, VIOLÊNCIA É GUERRA, VIOLÊNCIA É PRISÃO e VIOLÊNCIA É CEGUEIRA. Para alcançar as reflexões finais proporcionadas por esse estudo, retorno às perguntas de pesquisa lançadas inicialmente, com o intuito de expor o que deparei da aplicação das teorias elencadas e da análise do próprio estudo. Após a discussão sobre a segunda questão incluída na análise, debruço-me sob às primeira e terceira perguntas.

- 1) Que papel a metáfora exerce na conceptualização de VIOLÊNCIA pelas mulheres cujos relatos compõem o *corpus* da pesquisa?
- 2) Como as mulheres, cujos relatos compõem o *corpus* da pesquisa, estruturam a categoria VIOLÊNCIA a partir das âncoras lexicais e discursivas presentes na interação?
- 3) Quais as contribuições sociais que este estudo poderia oferecer?

Para a LC, a categorização de um conceito se dá através de estruturas cognitivas – tais como a percepção, atenção e memória - que, associadas aos modelos compartilhados de crenças socioculturais vivenciados na interação social, formam o sistema conceptual, cumprindo o papel fundamental na organização de experiências no nível do pensamento que é

o processo de categorização. Categorizar, organizar conhecimentos em níveis, é essencialmente uma questão da vivência e da imaginação humana. Nesse aspecto, a produção e a compreensão da metáfora conceptual são recursos cognitivos no processo de categorização de um conceito. Mais especificamente, neste estudo, as metáforas conceptuais produzidas pelas mulheres vítimas de violência que protagonizam os relatos pertencentes ao *corpus* desta pesquisa, exercem o papel de estruturar em diferentes radiais a categoria VIOLÊNCIA e sinalizar, indiretamente, como elas percebem as vivências junto aos seus companheiros, dando-nos assim a oportunidade de também entendê-las e quem sabe enfrentar esta realidade.

Na análise desta dissertação, a conceptualização do domínio VIOLÊNCIA se dá na relação desse domínio abstrato com os domínios-fonte FORÇA CONTRA CONTÊINER, PERIGO, CAÇADA, GUERRA, PRISÃO e CEGUEIRA. Ao compreender a violência como FORÇA CONTRA CONTÊINER, a mulher categoriza a si mesma como um contêiner, um corpo material inerte que é movimentado e modificado ao bem querer de um ser detentor de maior força, seu violentador. Quando conceptualiza a violência como PERIGO, a mulher vítima de violência passa a perceber que não apenas a agressão física é um dano para si, mas o estado de ameaça em que vive também é nocivo. Nesse aspecto, passa a deslumbrar as possíveis consequências desse estado de ameaça – morrer ou se salvar – e tomar decisões frente a essa constatação.

Na compreensão de violência como CAÇADA, o homem passa a ser o caçador e a mulher, a presa a ser caçada. A atitude do caçador se relaciona às atitudes do homem e as ações da mulher se relacionam às ações da presa – que depois de ameaçada, precisa correr, fugir e se esconder para não ser dominada, maltratada ou morta. No segundo caso, GUERRA, o homem e a mulher travam uma luta desigual pelo direito ao domínio do corpo feminino. A partir daí, uma série de relações emerge: os grupos em conflito se relacionam aos machistas e às feministas, as estratégias de guerra envolvem espionagem, chantagem e manipulação, o armamento selecionado ora são armas de fogo, ora são palavras. Se a vitória pode se referir à conquista de direitos feminino, a derrota pode trazer a experiência de viver a violência na pele.

Os resultados parecem se relacionar com os achados de Presotto et all (2018) que revelam a prática constante da tentativa de dominação do corpo feminino como forma de violentar mulheres e, também, com a análise de Carneiro (2014) que apresenta a conceptualização de violência contra mulher na forma de metáforas conceptuais, dentre elas a metáfora VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É COMBATE. No caso deste estudo, GUERRA aparece como um dos domínios-fonte para o domínio alvo violência, lançando ainda mais luz, juntamente com as pesquisas relatadas, para a problemática social.

Ao conceptualizar a violência como PRISÃO, a mulher vítima de violência se torna a prisioneira e o violentador é quem tem liberdade. Os crimes da mulher podem ser muitos: vão desde a culpa por se relacionar com o “homem errado”, a culpa de terminar o relacionamento contra a vontade de seu parceiro até simplesmente ajudar uma amiga ou familiar a escapar da violência imputada por outros homens. Nesse aspecto, o lugar da mulher na sociedade – e o que pode ou não fazer - é determinado exclusivamente pelo homem e pela obediência da mulher perante a ele.

No que tange a conceptualização de violência como CEGUEIRA, a mulher exerce o papel da cega que não compreende a seriedade das violências sofridas por ela mesma. Uma das causas da cegueira é justamente a própria violência, em forma de relacionamento abusivo. Nesse tipo de relação, a vítima é induzida pelo violentador a acreditar que sofre porque merece, tendo sua autoestima e capacidade de discernimento reduzidos ao máximo. Nesse *continuum* de violências, um estado cíclico de abusos, é cada vez mais difícil para a vítima sair do relacionamento e denunciar seu algoz. Acaba assim por necessitar de ajuda externa.

Em suma, os resultados trazem contribuições sociais ao denunciar o machismo estrutural – presente na sociedade brasileira e no modelo patriarcal de família – que molda a conceptualização de VIOLÊNCIA. O comportamento masculino violento revela, nos discursos analisados, mulheres conceptualizadas como objetos, como animais, como prisioneiras, como deficientes visuais e como passivas na relação de domínio do próprio corpo. Em contrapartida, é possível notar o surgimento de uma forte unidade no que tange o próprio comportamento feminino no enfrentamento da violência contra mulher. Essa união, que surge devido a existência de espaços virtuais feministas e exclusivamente de mulheres, parece fazer frente às atrocidades cometidas contra elas nessa guerra sem fim.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARO, P. T. Self e ponto de vista na linguagem da violência de gênero: uma análise semântico-cognitiva de relatos femininos em 1ª pessoa. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 2315 – 2334, set. 2017. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxi_cnlf/cnlf/Cad_CNLF_XXI_Textos_completos.pdf. Acesso em: 03 jun. 2020.
- ANTHONY, L. *AntConc (Versão 3.2.4)* [Computer Software]. Tokyo, Japan: Waseda University. 2012. Disponível em: <http://www.laurenceanthony.net/>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- BALKA, E. Women's access to on-line discussions about feminism. *Eletronic Journal of Communication*, v.3, n.1, 1993. Disponível em: <http://www.cios.org/www/ejc/v3n193.htm>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 449 – 469, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BARREIRA, I. A. F. A dominação masculina. *Práticas e Representações Regionais*, v. 30, n.1, p. 178 -181, out. 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/42523>. Acesso em: 01 jun 2020.
- BARREIROS, L. L. S. O uso de ferramentas computacionais na elaboração do Vocabulário de Eulálio Motta: AntConc e FLEEx. *Revista A Cor das Letras*, v. 18, n. 2, p.216- 241, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/ojs/index.php/acordasleytras/article/view/1835/pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BARSTED, L. L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra mulheres no Brasil. In: SANDENBERG, Cecília M. B.; TAVARES, Márcia S (org.). *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2016. p.17 – 40.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, P. *Language and Symbolic Power*. Massachusetts: Harvard University Press, 1991.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra as mulheres e adolescentes: Norma Técnica*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência

Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 18 out. 20.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 18 out 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil: Indicadores Nacionais e Estaduais. *Instituto de Pesquisa DataSenado*, 2018. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018>. Acesso em: 25 set 18.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atlas da violência 2019. *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas*, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784. Acesso em: 20 jul 20.

BRASIL. Ministério da Saúde. Violência contra a mulher. *Câmara dos Deputados*. Brasília: Ed. Câmara, 2020. (Série Lei Fácil, n.1).

CAETANO, M.; FRAGOSO, S.; RECUERO, R. Violência de gênero entre gamers brasileiros: um estudo exploratório no Facebook. *Lumina*, v. 11, n. 1, p. 1-21, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21367/11600>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CARNEIRO, M. F. *Emergência de metáforas sistemáticas na fala de mulheres vítimas diretas de violência doméstica: uma análise cognitivo-discursiva*. 2014. 425 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8920>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CARVALHO, FL. *A Prisão*. São Paulo: Publifolha, 2002.

CARVALHO, N.; KRAMER, R. A linguagem do Facebook. In: SALIÉS, T. G.; SHEPERD, T. G. (org.). *Linguística da Internet*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 77-94.

CONDE, A.J. M. *Definição de cegueira e baixa visão*. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2016.

COSTA JÚNIOR, D. F. da. *Metáforas conceptuais e frames na noção de “expectativa”: uma abordagem sociocognitiva com base em um estudo de corpora*. 2019. 153 f. Tese (doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://ap.uff.br/riuff/handle/1/11576>. Acesso em: 02 abr. 2020.

DALHERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1165, 2006. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232006000500007&script=sci_arttext. Acesso em: 18 out. 2020.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 1.

FELTES, H. P. M. *Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FERRARI, L. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2014.

GONZALES, Z. M. G. *Linguística de corpus na análise do internetês*. 2007. 98f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007. Disponível em: <https://leto.pucsp.br/bitstream/handle/13928/1/ZELI%20MIRANDA%20GUTIERREZ%20GONZALEZ.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

HERRING, S. Piso conversacional e gênero na cmc. In: SALIÉS, Tânia G.; SHEPERD, Tania G (org.). *Linguística da Internet*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-124.

HERRING, S; DIBENEDETTO, Tamra. “This discussion is going to far!” Male resistance to female participation on the internet. In: BUCHOLTZ, M.; HALL, K. (org.). *Gender Articulated: Language and the socially constructed self*. New York: Routledge, 1995. p. 197-210.

HOUAISS, A. et al. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#0. Acesso em: 18 out. 2020.

JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

KÖVECSSES, Z. Levels of metaphor. *Cognitive Linguistics*. v. 28, n.2, p.321-347, mar. 2017. Disponível em: <https://www.degruyter.com/view/journals/cogl/28/2/article-p321.xml>. Acesso em: 05 mar. 2020.

KRUG, E. G. *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/bwho/2002.v80n11/915-915/en/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought*. New York: Basic Books, 1999.

LATHAM, E. E. M. *Linguagem, identidade e gênero na comunicação mediada por computador: um estudo de web pages pessoais de mulheres*. 2006. 190f. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270858>. Acesso em: 25 abr. 2020.

LIMA, V. A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LINDE, C. *Life stories, the creation of coherence*. New York: Oxford University Press, 1993.

MARTELOTTA, M. E.; PALOMANES, R. Linguística Cognitiva. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 177 – 191.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher* - “Convenção de Belém do Pará”. 1994. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/basicos/belemdopara.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

PRAGGLEJAZ GROUP. MIP: A method for identifying metaphorically used words in discourse. *Metaphor and Symbol*, v. 22, n.1, p. 1-39, oct. 2007. Disponível em: https://www.lancaster.ac.uk/staff/eiaes/Pragglejaz_Group_2007.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

PRESOTTO et al. Dominar o corpo da mulher é violentá-lo: a progressão metafórica no texto “Os 18 vendilhões”, de Eliane Brum. *Scripta*, v. 22, n. 45, p. 191–204, maio/ ago. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/17155/13832>. Acesso em: 20 jun. 2020

RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no facebook. *Verso e Reverso*, v.28, n. 68, p. 114-124, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.06/4187> . Acesso em: 25 abr 2020.

REZENDE, M. M.; SACRAMENTO, L. T. Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*. v. 24, n. 1, p. 95 - 104, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n24/n24a09.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ROSH. E. Natural Categories. *Cognitive Psychology*, v. 4, n. 3, p. 328-350, May 1973.

SALIÉS, Tânia. G.; SHEPERD. Tania. G. Introdução: por uma linguística da internet. In: SALIÉS, Tânia G.; SHEPERD, Tania G (org.). *Linguística da Internet*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 7-16.

SARDINHA, T. B. *Linguística de corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.

SARDINHA, T. B. Metaphor and corpus linguistics. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 11, n. 2, p. 329-360, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-63982011000200004&script=sci_abstract. Acesso em: 01 jun 2020.

SHIFFRIN, D. *Discourse makers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SILVA, A. A. Soares da . Linguística cognitiva – Uma breve introdução a um novo paradigma da linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v.1, n.1-2, p.59-101, 1997. ISSN 0874-0321.

SILVA, A. A. Soares da. Integrando a variação social e métodos quantitativos na investigação sobre linguagem e cognição: para uma sociolinguística cognitiva do português europeu e brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*. v. 16, n. 1, p. 49-81, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2480>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SPENDER, D. *Man made language*. London: Pandora Press, 1980.